



DIÁRIO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 39

QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1992 (CN)

MENSAGEM Nº 71, DE 1992 (CN)
(Nº 493/92, na origem)

EMENDAS

ÍNDICE DAS EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 23/92

ALEXANDRE COSTA	008
AROLD CEDRAZ	053 a 056
ÁTILA LINS	011 a 018
AUREO MELLO	24 a 031
CARLOS ALBUQUERQUE	020
CLÓVIS ASSIS	039
COUTINHO JORGE	022 e 023
EDUARDO BRAGA	047 a 052
ELIO DALLA-VECCHIA	001 a 007
ÉZIO FERREIRA	032 a 035
FELIPE MENDES	009 e 010
GERSON PERES	036
HERMÍNIO CALVINHO	046
JONIVAL LUCAS	019
JOSÉ CARLOS ALELUIA	040 a 045
JOSÉ REINALDO TAVARES	037 e 038
WELLINGTON FAGUNDES	021

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

23-00001-5

23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TÍTULO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Credito para implantação na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Família Beneficiária (unidade): 1.914

Valor: Cr\$ 1.202.526.000,00 (dois milhões, quinhentos e dois mil, quinhentos e vinte e seis mil cruzeiros)

Fonte de cancelamento:

04.013.0031.2456.0007 - Cr\$ 1.067.508.600,00
04.013.0031.2456.0013 - Cr\$ 1.067.508.600,00
04.013.0031.2456.0018 - Cr\$ 1.067.508.600,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade corrigir distorções ocorridas quando da implantação de assentamentos na Região Centro-Oeste do Paraná.

Um dos municípios da Região atingidos pelos assentamentos, alguns já implantados, outros a serem implantados e acampamentos num total de 1.914 famílias com 9.570 pessoas.

Pretende-se promover a "passagem" a subsistência inicial e a estruturação produtiva das famílias assentadas, tanto no que se refere à produção, como correção do solo, fornecimento de sementes, fornecimento de ferramentas básicas, acompanhamento técnico, programas especiais de crédito para financiamento da produção e colheita das diversas culturas no caso de frutificação da safra. Quanto à infra-estrutura, como recuperação e abertura de estradas, abertura de docas, construção de moradias, escolas e postos de saúde.

23-00002-3

23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TÍTULO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Implantação e consolidação de Projetos de Assentamentos na Região Centro-Oeste do Paraná

Valor: Cr\$ 4.213.840.000,00 (quatro bilhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e noventa mil cruzeiros)

Fonte de cancelamento:

04.013.0066.1228.0138 - Cr\$ 1.033.972.400,00
04.013.0066.1228.0143 - Cr\$ 1.033.972.400,00
04.013.0066.1228.0145 - Cr\$ 1.033.972.400,00
04.013.0066.1228.0156 - Cr\$ 1.033.972.400,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade definir o processo de transformação das relações de prioridade contribuindo para diminuir o êxodo rural, possibilitando o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas e criação de novos empregos no campo.

A migração que ocorre na Região Centro-Oeste é maior do que a capacidade do seu mercado de trabalho de absorver essa mão-de-obra disponível.

Sabemos que tal fato é corrente na maioria das regiões do País, mas não é algo que se deve assinalar. No caso da Região Centro-Oeste paranaense, essa migração que gera mão-de-obra disponível, torna-se, principalmente com os projetos de assentamento empreendidos e a terra implantados pelo Governo Federal.

23-00003-1

23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TÍTULO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Discriminação: arrecadação e destinação de terras na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Cr\$ 168.890.000,00 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros)

Fonte de cancelamento:

04.013.0066.1227.0007 - Cr\$ 56.296.000,00
04.013.0066.1227.0061 - Cr\$ 56.296.000,00
04.013.0066.1227.0070 - Cr\$ 56.298.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade melhorar as condições socio-econômicas das famílias assentadas através do acesso à propriedade rural bem como, promover ações discriminatórias e arrecadação de terras, dando prioridade às áreas de conflito, visando regularizar as ocupações existentes.

23-00004-0

23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TÍTULO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Demarcação topográfica na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Cr\$ 1.686.600.000,00 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões e seiscentos mil cruzeiros)

Fonte de cancelamento:

04.013.0066.1227.0071 - Cr\$ 894.200.000,00
04.013.0066.1227.0074 - Cr\$ 394.200.000,00
04.013.0066.1227.0075 - Cr\$ 447.100.000,00
04.013.0066.1227.0075 - Cr\$ 447.100.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade melhorar as condições socio-econômicas das famílias assentadas através do acesso à propriedade rural bem como, promover ações discriminatórias, arrecadação e demarcação de terras, dando prioridade às áreas de conflito, visando regularizar as ocupações existentes.

23-00001-5

23/92

01 de 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Crédito para implantação na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Família Beneficiada (unidade): 1.914

Valor: Crs 3.202.526.000,00 (três bilhões, duzentos e dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0031.2436.0007 - Crs 1.067.508.600,00
04.013.0031.2436.0015 - Crs 1.067.508.600,00
04.013.0031.2436.0018 - Crs 1.067.508.600,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade corrigir distorções ocorridas quando da implantação de assentamentos na Região Centro-Oeste do Paraná.

São dez municípios da Região atingidos pelos assentamentos, alguns já implantados, outros a serem implantados e acampamentos num total de 1.914 famílias com 9.570 pessoas.

Pretendemos promover a fixação, a subsistência inicial e a estruturação produtiva das famílias assentadas, tanto no que se refere à produção, como correção do solo, fornecimento de sementes, fornecimento de ferramentas básicas, acompanhamento técnico, programas especiais de crédito para financiamento da produção e rolagem das dívidas contraiadas no caso de frustração da safra. Quanto à infra-estrutura, como recuperação e abertura de estradas, perfuração de poços, construção de moradias, escolas e postos de saúde.

23-00002-3

23/92

01 de 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Implantação e consolidação de Projetos de Assentamentos na Região Centro-Oeste do Paraná

Valor: Crs 4.215.890.000,00 (quatro bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0066.1228.0138 - Crs 1.053.972.400,00
04.013.0066.1228.0143 - Crs 1.053.972.400,00
04.013.0066.1228.0145 - Crs 1.053.972.400,00
04.013.0066.1228.0156 - Crs 1.053.972.400,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade definir o processo de transformação das relações da propriedade contribuindo para diminuir o êxodo rural, possibilitando o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas e criação de novos empregos no campo.

A migração que ocorre na Região Centro-Oeste é maior do que a capacidade do sul mercado de trabalho de absorver mão-de-obra disponível.

Entendemos que tal fato é corrente na maioria das Regiões do País, mas não é algo que se deva assimilar. No caso da Região Centro-Oeste paranaense, essa migração que gera mão-de-obra ociosa como sempre principalmente com os Projetos de Assentamento, empreendidos e a serem implantados pelo Governo Federal.

23-00003-1

23/92

01 de 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Discriminação, arrecadação e destinação de terras na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Crs 128.890.000,00 (cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0066.1227.0003 - Crs 56.296.000,00
04.013.0066.1227.0061 - Crs 56.296.000,00
04.013.0066.1227.0070 - Crs 56.296.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade melhorar as condições socio-econômicas das famílias assentadas através do acesso à propriedade rural bem como, promover ações discriminatórias e arrecadação de terras, dando prioridade às áreas de conflito, visando regularizar as ocupações existentes.

23-00004-0

23/92

01 de 01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR

PDT

TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Demarcação topográfica na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Crs 2.686.600.000,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões e seiscentos mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0066.1227.0071 - Crs 894.200.000,00
04.013.0066.1227.0074 - Crs 394.200.000,00
04.013.0066.1227.0072 - Crs 447.100.000,00
04.013.0066.1227.0075 - Crs 447.100.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade melhorar as condições socio-econômicas das famílias assentadas através do acesso à propriedade rural bem como, promover ações discriminatórias, arrecadação e demarcação de terras, dando prioridade às áreas de conflito, visando regularizar as ocupações existentes.

23-00005-8

PROJETO DE LEI NÚMERO

23/92

PÁGINA

01 de 01

EMENDA

AUTOR

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

UF

PR

PARTIDO

PDT

TERMO JUSTIFICACAO

Acrescente-se a programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Indenização de benfeitorias úteis decorrentes de desapropriação e aquisição de imóveis rurais na Região Centro-Oeste do Paraná

Valor: Cr\$ 1.865.930.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e cinco mil e trinta mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0066.1228.0165 - Cr\$ 621.976.800,00
04.013.0066.1228.0173 - Cr\$ 1.243.953.200,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo corrigir distorções ocasionadas pelas invasões de terras feitas pelas famílias de assentados, que encontram-se em litígio com os proprietários, indenizando as áreas ocupadas, as benfeitorias úteis existentes, bem como, a aquisição de imóveis rurais.

23-00006-6

PROJETO DE LEI NÚMERO

23/92

PÁGINA

01 de 01

EMENDA

AUTOR

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

UF

PR

PARTIDO

PDT

TERMO JUSTIFICACAO

Acrescente-se a programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Recadastramento de imóveis rurais no Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Cr\$ 1.665.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões de cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0066.2455.0011 - Cr\$ 897.333.330,00
04.013.0066.2455.0012 - Cr\$ 897.333.330,00
04.013.0066.2455.0015 - Cr\$ 897.333.330,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação de impostos, caracterizar e localizar os imóveis passíveis de desapropriações, através do aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

23-00007-4

PROJETO DE LEI NÚMERO

23/92

PÁGINA

01 de 01

EMENDA

AUTOR

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

UF

PR

PARTIDO

PDT

TERMO JUSTIFICACAO

Acrescente-se a programação de trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a seguinte subatividade:

Consolidação e emancipação de Projetos de Colonização na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná

Valor: Cr\$ 3.560.862.000,00 (três bilhões, quinhentos e sessenta milhões, oitocentos e sessenta e dois mil cruzeiros)

Fonte de Cancelamento:

04.013.0067.1229.0001 - Cr\$ 520.287.330,00
04.013.0067.1229.0022 - Cr\$ 520.287.330,00
04.013.0067.1229.0023 - Cr\$ 520.287.330,00
04.013.0067.1229.0025 - Cr\$ 2.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de implementar a organização social dos projetos de assentamentos implantados, apoiando a exploração agrícola e promovendo a complementação da infra-estrutura, seja para produzir e comercializar, seja para conviver, educar os filhos, enfim, ter acesso a alguns serviços sociais básicos, para que as famílias assentadas tenham um meio de sobrevivência mínimo e digno.

23-00008-2

PL 23/92

1 de 2

EMENDA

AUTOR

SENADOR ALEXANDRE COSTA

UF

MA

PARTIDO

PFL

TERMO JUSTIFICACAO

EMENDA ADITIVA

Incluir no Projeto de Lei, o seguinte sub-projeto:
Programa: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Sub-Projeto: Programa de Assentamento de Colonos Bom Pastor em Carutá para-MA.

Código Orçamentário: 22201.04.013.0066.1228.0049

Valor: Cr\$ 15.000.000.000,00

CANCELAMENTO

Sub-Projeto: Implantação e Consolidação de Projetos do Assentamento Tocantins.

Código: 22201.04.013.0066.1228.0143

Valor: Cr\$ 11.000.000.000,00

Sub-Projeto: Implantação de Projetos do Assentamento no Pará

Código: 22201.04.013.0066.1228.0156

Valor: Cr\$ 4.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DE COLONOS, BOM PASTOR EM CARUTÁ-PARA-MA
O programa regional da reforma agrária no Estado do Maranhão, instrumento de regularização fundiária e política agrária, vem sendo desenvolvido e implementado pelo INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério da Agricultura.

As principais questões para a equalização e sucesso dos assentamentos e reforma agrária situam-se no plano econômico-financeiro e no plano de decisão política, sendo necessário para superação dos limites quanto a vinculação da reforma agrária com a política agrícola e a expansão da reforma agrária para além das áreas conflitadas, como forma de adequar e integrar a propriedade produtiva nas terras.

Assim sendo elegu-se o Projeto Bom Pastor como um centro de equilíbrio econômico para a área do extremo norte do estado. O referido projeto está aprovado na lei orçamentária de 1992, e encontra-se em fase de execução, carecendo de novos investimentos para não inviabilizar os investimentos já realizados.

23-00000-2

PL 23/92

1 de 2

EMENDA

SENADOR ALEXANDRE COSTA

MA

PFL

TEXTO JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

Incluir no Projeto de Lei, o seguinte sub-projeto:
Programa: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Sub-Projeto: Programa de Assentamento de Colonos Bom Pastor em Carutapera-MA.

Código Orçamentário: 22201.04.013.0066.1228.0049

Valor: CR\$ 15.000.000.000,00

CANCELAMENTO

Sub-Projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Tocantins.

Código: 22201.04.013.0066.1228.0143

Valor: CR\$ 11.000.000.000,00

Sub-Projeto: Implantação de Projetos de Assentamento no Pará

Código: 22201.04.013.0066.1228.0156

Valor: CR\$ 4.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DE COLONOS BOM PASTOR EM CARUTAPERA-MA

O programa regional da reforma agrária no Estado do Maranhão, instrumento de regularização fundiária e política agrária, vem sendo desenvolvido e implementado pelo INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério da Agricultura.

As principais questões para a agilização e sucesso dos assentamentos e a reforma agrária situam-se no plano econômico-financeiro e no plano de decisão política, sendo necessário para superação dos limites quanto a vinculação da reforma agrária com a política agrícola e a expansão da reforma agrária para além das áreas conflitadas, como forma de adequar e reorganizar a propriedade produtiva nas terras.

Assim sendo elegou-se o Projeto Bom Pastor como um centro de equilíbrio econômico para a área do extremo norte do estado. O referido projeto está aprovado na lei orçamentária de 1992, e encontra-se em fase de execução, carecendo de novos investimentos para estabilizar os investimentos já realizados.

23-00009-1

23/92

01 de 14

EMENDA

DEPUTADO FELIPE MENDES

PI

PDS

TEXTO JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

Incluir, onde couber, o sub-projeto "Programa de Reassentamento/Assentamento na área do Projeto de Irrigação Piracuruca-PI" com os seguintes dados:

- Código: 04.013.0066.1228.xxxx

Valor: CR\$ 30.000.000.000,00

CANCELAMENTO

-Sub-projeto: Consolidação e Emancipação de Projetos de Colonização no Acre.

-Código: 04.013.0067.1229.0025

Valor: CR\$ 25.000.000.000,00

-Sub-projeto: Consolidação e Emancipação de Projetos de Colonização em Roraima

-Código: 04.013.0067.1229.0023

-Valor: CR\$ 5.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O "Programa de Reassentamento/Assentamento na área de irrigação Piracuruca" tem como objetivo principal dotar a área de intervenção do Projeto de uma Infra-Estrutura básica necessária para o Reassentamento Involuntário (mudança de um local para o outro próximo em virtude da inundação da área de moradia) e Assentamento de Produtores Sem Terra Perfazendo um total de 596 famílias beneficiadas.

Tal ação irá proporcionar um extraordinário impulso ao desenvolvimento econômico e social da região, com aumento da produção e produtividade agrícola, e geração de novos empregos.

23-00010-4

23/92

01 de 02

EMENDA

DEPUTADO FELIPE MENDES

PI

PDS

EMENDA ADITIVA

Incluir no Projeto de Lei Nº 23/92 CN, o sub-projeto "Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Piracuruca - PI a cargo do Governo do Estado". Código 04.013.0066.1228.0076 com o valor para suplementação de CR\$ 30.000.000.000,00.

CANCELAMENTO

- Código: 04.013.0066.1228.0143

- Sub-projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Rondônia.

Valor: CR\$ 5.000.000.000,00

- Código: 04.013.0066.1228.0155

- Sub-projeto: Implantação de Projetos de Assentamento no Amazonas

Valor: CR\$ 4.000.000.000,00

- Código: 04.013.0066.1228.0143

- Sub-projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento no Tocantins.

Valor: CR\$ 21.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O Programa de Implantação e Consolidação do Projeto de Assentamento em Piracuruca-PI tem como objetivo principal dotar a área de intervenção do Projeto de uma Infra-Estrutura básica necessária para o Reassentamento Involuntário (mudança de um local para o outro próximo em virtude da inundação da área de moradia) e Assentamento de Produtores Sem Terra Perfazendo um total de 586 famílias beneficiadas.

Tal ação irá proporcionar um extraordinário impulso ao desenvolvimento econômico e social da região, com aumento da produção e produtividade agrícola, assim como a geração de novos empregos.

23-00011-2

PL-23/92-CN

01 de 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AM

PFL

TEXTO JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 500.000.000,00.

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE PAUINI - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00012-1

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO - DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PAUINI - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00013-7

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00014-7

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO - DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ - AM, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00015-5

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE COARI - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00016-3

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AUTOR

UF

PARTIDO

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE COARI - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00017-1

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AUTOR

UF

PARTIDO

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE BORBA - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00018-0

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO ATILA LINS

AUTOR

UF

PARTIDO

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BORBA - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00019-8

PL 23/92

1 DE 2

EMENDA

DEPUTADO DONIVAL LUCAS

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PDC

TEXTO/JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, no programa "Projeto de Colonização" o sub-projeto "Implantação de projeto de Assentamento de Trabalhadores da Bahia" código 2201.04.013.0067.1229.XXXX, no valor de R\$ 40.000.000.000,00.

CANCELAMENTO

Cancelar dos sub-projetos abaixo relacionados:

-SUB-PROJETO: CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO ACRE.

CÓDIGO: 22201.04.013.0067.1229.0025

VALOR: CR\$ 30.000.000.000,00

-SUB-PROJETO: CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RORAIMA.

CÓDIGO: 22201.04.013.0067.1229.0023

VALOR: CR\$ 6.000.000.000,00

-SUB-PROJETO: CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA BAHIA.

CÓDIGO: 22201.04.013.0067.1229.0016

VALOR: CR\$ 4.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O Programa de Assentamento do Estado da Bahia, visa proporcionar aos projetos e emancipação política e econômica. Esta consolidação tende a diminuir a tensão social no campo.

A medida que o Governo Federal implanta a infra-estrutura básica necessária à consolidação dos projetos, melhora sensivelmente as condições de sobrevivência do homem no campo, proporcionando espontaneamente a meta de fixar o homem no campo.

O presente projeto encontra-se em fase de execução, atendendo aos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e foi contemplado no Orçamento do INCRA para 1992.

O recurso alocado não foi suficiente para a conclusão dos serviços, sendo assim, necessita de suplementação para atingir tal meta.

23-00020-1

PL 23/92

PÁGINA

1 de 1

EMENDA

DEPUTADO CARLOS ALBUQUERQUE

BA PDC

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao PL 23/92 o sub-projeto "IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES DA BAHIA", código 22201.04.013.0066.1228.0029 com o valor de CR\$ 20.000.000.000,00.

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA BAHIA.

CÓDIGO: 22201.04.013.0066.1228.0145

VALOR: CR\$ 20.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O Programa de Assentamento do Estado da Bahia, visa proporcionar aos projetos a emancipação política e econômica. Esta consolidação tende a diminuir a tensão social no campo.

A medida que o Governo Federal implanta a infra-estrutura básica necessária à consolidação dos projetos, melhora sensivelmente as condições de sobrevivência do homem no campo, proporcionando espontaneamente a meta de fixar o homem no campo.

O presente projeto encontra-se em fase de execução, atendendo aos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e foi contemplado no Orçamento do INCRA para 1992.

O recurso alocado não foi suficiente para a conclusão dos serviços, sendo assim, necessita de suplementação para atingir tal meta.

23-00021-0

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 23 / 1992PÁGINA
01 de 01

EMENDA

WELLINGTON FAGUNDES

MT

PL

INCLUA-SE, ONDE COUBER, NO PROJETO 04.013.0067.1229, O SEQUINTE SUB-PROJETO:

CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DENOMINADO GLEBA RIO VERMELHO EM RONDONÓPOLIS / MT - CR\$ 8.000.000.000,00 (OITO BILHÕES DE CRUZEIROS). FAMILÍAS BENEFICIADAS: 320

JUSTIFICATIVA

As famílias assentadas na Gleba Rio Vermelho em 1981, ainda não receberam qualquer apoio do INCRA, estando, portanto, carentes de abertura de estradas, construção de escolas, saneamento básico e demais condições de infraestrutura.

23-00022-0

PL 23/92

PÁGINA
1 de 1

EMENDA

SENADOR COUTINHO JORGE

PA

PMDB

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Projeto de Lei nº 23/92 o sub-projeto "IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TUCUMÃ - PA" código 22201.04.013.0066.1228.0033, com o valor de CR\$ 16.000.000.000,00.

CANCELAMENTO

Cancelar os seguintes sub-projetos:

- sub-projeto: Implantação de Projetos de Assentamento no Pará
código: 22201.04.013.0066.1228.0156
valor: CR\$ 5.000.000.000,00

- sub-projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Pernambuco
código: 22201.04.013.0066.1228.0134
valor: CR\$ 4.000.000.000,00

- sub-projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Tocantins
código: 22201.04.013.0066.1228.0143
valor: CR\$ 7.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais localizado no município de Tucumã, sul do Pará, abrange uma área de 400.000 ha, com capacidade de assentamento para 6.500 famílias de colonos. A área, implantada em 1980, carece de obras de infra-estrutura, tornando o cunho social, notadamente estradas vicinais. A continuação das obras em andamento é primordial ao desenvolvimento da região, além de permitir a exploração racional do potencial agrícola local já conhecido nacionalmente, evitando também o êxodo rural, que se encontra bastante acentuado, tendendo agravar-se futuramente. O referido projeto foi contemplado no orçamento do INCRA para 1992, sob o código 22201.04.013.0066.1228.0033, estando em fase de execução, portanto em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que regulamenta a execução do orçamento do ano corrente. Os investimentos já realizados estão sendo ameaçados pela carência de recursos orçamentários que permitam a continuidade do projeto e pela eliminação do influxo de período das chuvas, portanto, imprescindível a destinação de novos recursos para este sub-projeto.

21

2005年12月

PA

CMBB

01 OF 01

UN

PARTN

A

PRN

Trata-se de um assentamento, que necessita ur
haja visto que, com o problema dos sem terra-
forma assustadora de migrantes vindo de Mato -
Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra
a aos assentados.

01 00 C

54

N

PRM

01 DE 0

PL-23/92-CN

01 DE 0

1

T

PRI:

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra - o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00027-9

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

SENADOR AUREO MELLO

UF

PARTIDO

AM

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00.

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE MARAÃ - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00028-7

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

SENADOR AUREO MELLO

UF

PARTIDO

AM

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00.

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00029-5

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

SENADOR AUREO MELLO

UF

PARTIDO

AM

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS.

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00030-7

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

SENADOR AUREO MELLO

UF

PARTIDO

AM

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00.

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE MANACATURU - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00031-7

PL-23/92-CN

01 DE 01

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00033-3

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

SENADOR AUREO MELLO

AM

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - COM SOLIDIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00032-5

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO EZIO FERREIRA

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.000.000.000,00 INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ - AMAZONAS

EMENDA

DEPUTADO EZIO FERREIRA

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - COM SOLIDIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE APUÍ - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 500.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em péssimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00034-1

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO EZIO FERREIRA

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICATIVA

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 04.013.0067.1229.0021 - COM SOLIDIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO AMAZONAS. INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ - AMAZONAS, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados.

A Prefeitura não tem condições de atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM, assim a falta de maquinários e falta de estradas vicinais para o escoamento da produção, deixa o assentado em pessimas condições. Com esta emenda, procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00035-6

PL-23/92-CN

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EZIO FERREIRA

AM

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - 04.013.0066.1228.0155 - IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO AMAZONAS, A IMPORTANCIA DE Cr\$ 2.000.000.000,00

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE NO ANEXO I - IMPLANTACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO MUNICIPIO DE APUI - AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

O município em tela, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento devido o aumento de migrantes para fins de reforma agrária.

Trata-se de um assentamento, que necessita urgente ser concretizado, haja visto que, com o problema dos sem terra, o município citado recebeu de forma assustadora de migrantes vindo de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com isso o Incra não mais deu assistência aos assentados. A Prefeitura não tem como atender aos apelos e reivindicações dessas pessoas, dada a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do FPM. Com esta emenda procuro ajudar o Poder Público Municipal, para que faça uma assistência dentro dos padrões humanos.

23-00036-8

23/92

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO GERSON PERES

PA

PDS

TEXTO

Inclui-se no programação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Anexo I, a importância de Cr\$ 12.000.000.000,00 (Doze bilhões de cruzeiros) - para aplicação no prosseguimento das

obras de construção de estradas no Projeto de Assentamento Cintuão Verde, Município de Marabá - PA, a ser deduzido dos seguintes sub-projetos:

- 04.013.0066.1228.0138 - IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM RONDONIA 3.000.000.000,00
- 04.013.0066.1228.0143 - IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM TOCANTINS 5.500.000.000,00
- 04.013.0066.1228.0145 - IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA BAHIA 3.500.000.000,00

JUSTIFICACAO

Atualmente as obras de construção de estradas neste projeto de assentamento estão paralisadas por inexistência de recursos. Estão assentadas na área do projeto em torno de 1.500 famílias, que não contam com a infra-estrutura necessária, o que vem ocasionando inúmeros problemas. Na época das chuvas a região fica totalmente isolada, não sendo possível o trânsito de qualquer veículo. Isto impossibilita o escoamento da produção dos colonos, bem como o transporte dos bens de consumo e de passageiros.

23-00037-6

PL 23/92 (CN)

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ REINALDO TAVARES

MA

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suplementa-se o subprojeto 04.013.0066.1228.0147 - Implantação de Projetos de Assentamento no Maranhão em Cr\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de cruzeiros), em consequência altera-se as metas e objetivos.

- Obra civil (m²) = 4.500
- Família Assentada (família) = 7.352
- Perímetro Demarcado (Km) = 1.584
- Sistema de Captação D'água (unidade) = 40

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.013.0066.1228.0143 - Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Tocantins - Valor: Cr\$ 29.000.000.000,00 (vinte e nove bilhões de cruzeiros).

04.013.0066.1228.0158 - Implantação de Projetos de Assentamento em Tocantins - Valor: Cr\$ 1.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

JUSTIFICACAO

A proposição procura complementar recursos o subprojeto que objetiva atender despesas com obras em andamento no município de Santa Luzia: 1) União Portugal (25 Km - estrada alimentadora, 40 Km - estrada penetradora e 5 açudes); 2) Buriú/Rio Bonito (50 Km - estrada alimentadora, 40 Km - estrada penetradora, 16 Km - estrada coletiva e 5 açudes) e 3) Sapucaia (35 Km - estrada alimentadora), com o objetivo de acelerar o processo para que as famílias envolvidas possam adquirir a renda e melhorar as condições de vida daquela região.

A Implantação de Projetos de Assentamento no Maranhão, visa proporcionar acesso à terra a famílias de trabalhadores rurais, de forma a assegurar-lhes capacidade de produzir e de incrementar a produção de alimentos e matérias-primas, resgatar a cidadania e dignidade do homem que habita no meio rural e na periferia das cidades.

23-00038-4

PL 23/92 (CN)

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ REINALDO TAVARES

MA

PFL

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Suplementa-se o subprojeto 04.013.0067.1229.001A - Consolidação e Emancipação de Projetos de Colonização no Maranhão em Cr\$ 30.000.000.000,00 (Trinta bilhões de cruzeiros), em consequência altera-se as metas e objetivos:

- Estrada Construída (km) = 340
- Sistema de Captação d'água (UNID) = 60

PONTE DE CANCELAMENTO:

04.013.0067.1229.0025 : Consolidação e Emancipação de Projetos de Colonização no Acre -
Valor: Cr\$ 30.000.000,00 (Trinta bilhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

A presente procura complementar recursos o subprojeto que objetiva atender despesas com obras em andamento no município de Santa Luzia: 1) União Portuária (25 Km - estrada alimentadora, 40 Km - estrada penetradora e 5 açudes); 2) Buriti, Rio Fúrio (50 Km - estrada alimentadora, 40 Km - estrada penetradora, 16 Km - estrada coletora e 5 açudes) e 3) Sapucaia (35 Km - estrada alimentadora), com o objetivo de acelerar o processo para que as famílias envolvidas possam adquirir renda e melhorar as condições de vida daquela região.

A Consolidação e Emancipação de Projetos de Colonização no Maranhão visa proporcionar acesso à terra a famílias de trabalhadores rurais, de forma a assegurar-lhes capacidade de produzir e de incrementar a produção de alimentos e matérias-primas, resgatar a cidadania e dignidade do homem que habita no meio rural e na periferia das cidades.

23-00039-2

PL 23/92 CN

PÁGINA 1 DE 1

EMENDA ADITIVA

DEP. FED. CLOVIS ASSIS

AUTOR

BA

PARTIDO PDT

INCLUI-SE ONDE COUBER A IMPORTÂNCIA DE Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para serem aplicados no acesso à terra a famílias de trabalhadores rurais, de forma assegurar-lhes a capacidade de produzir e incrementar a produção de alimentos estímulo à agro indústria do norte e nordeste.

04.013.0066.1227

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Vitória da Conquista-BA com sua economia voltada pela agropecuária encontra-se com vários projetos de colonização, necessitando de assentar 300 famílias na Fazenda Amaralina, do INCRA. Necessita de programa de ajuda para a produção de alimentos dessas famílias, que já estão na citada fazenda.

23-00040-6

23/92

01 DE 01

EMENDA

JOSÉ CARLOS ALELUIA

AUTOR

BA

PARTIDO PFL

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PROGRAMA "PROJETO DE COLONIZAÇÃO" O SUB-PROJETO (CONSOLIDAÇÃO) DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CURAÇA-BA.

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 04.013.0067.1229.XXXX
VALOR: Cr\$ 500.000.000,00

PONTE DE CANCELAMENTO:

SUB-PROJETO: (CONSOLIDAÇÃO) E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO ACRE.

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 04.013.0067.1229.0025

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM POR OBJETO A PERMANÊNCIA DO HOMEM RURAL NO CAMPO. PARA TANTO, BUSCA MELHOR A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA UMA VIDA MAIS SEGURA NO QUE DIZ RESPEITO À SAÚDE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, CONTRIBUINDO, DESTARTE, PARA A DIMINUIÇÃO DO ÊXODO RURAL.

23-00041-4

23/92

01 DE 01

EMENDA

JOSE CARLOS ALELUIA

AUTOR

BA

PARTIDO PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PROGRAMA "PROJETO DE COLONIZAÇÃO" O SUB-PROJETO CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO PEDRA BRANCA, NO MUNICÍPIO DE CURAÇA-BA.

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 04.013.0067.1229.XXXX

VALOR: Cr\$ 500.000.000,00

PONTE DE CANCELAMENTO:

SUB-PROJETO: CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO ACRE.

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 04.013.0067.1229.0025

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM POR OBJETO A PERMANÊNCIA DO HOMEM RURAL NO CAMPO. PARA TANTO, BUSCA MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA UMA VIDA MAIS SEGURA NO QUE DIZ RESPEITO À SAÚDE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, CONTRIBUINDO, DESTARTE, PARA A DIMINUIÇÃO DO ÊXODO RURAL.

23-00042-2

PL 23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA

AUTOR

BA

PARTIDO PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclui-se onde couber no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais o subprojeto "Implantação do Posto Telefônico na localidade de Jusante, no município de Clória-BA".

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.XXXX

Valor: Cr\$ 300.000.000,00

PONTE DE CANCELAMENTO:

Sub-projeto: Implantação e Consolidação de projetos de assentamento em Rondônia.

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.0138

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de posto telefônico na referida localidade trará progresso para aquela gente que vive isolada, tendo com isso uma série de dificuldades que poderiam ser somadas através do uso do telefone.

Atendendo a este grande anseio daquela comunidade, estaremos transportando-a para mais perto dos benefícios da civilização.

23-00043-1

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL 23/92PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIAUF
BAPARTIDO
PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais o sub-projeto "Implantação do Posto Telefônico na localidade de Pedra Branca, no município de Curaçá-BA".

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.XXXX
Valor: Cr\$ 300.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO:

Sub-projeto: Implantação e Consolidação de projetos de assentamento em Rondônia.

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.0138

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de posto telefônico na referida localidade trará progresso para aquela gente que vive isolada, tendo com isso uma série de dificuldades que poderiam ser somadas através do uso do telefone.

Atendendo a este grande anseio daquela comunidade, estaremos transportando-a para mais perto dos benefícios da civilização.

23-00044-9

PROJETO
23/92PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
JOSÉ CARLOS ALELUIAUF
BAPARTIDO
PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA:

Inclua-se onde couber no programa "Projeto de Colonização" o sub-projeto: Consolidação de Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais em Andaraí/BA, como se segue:

Sub-Projeto: Consolidação de Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais em Andaraí/BA

Código Orçamentário: 04.013.0067.1229.XXXX
Valor: Cr\$ 5.000.000.000,00
Cancelamento:

Sub-Projeto - Consolidação e emancipação de Projetos de Colonização no Acre

Código Orçamentário: 04.013.0067.1229.0025
Valor: Cr\$ 5.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A conclusão de Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais em Andaraí/BA, tem como objetivo a permanência do homem rural no seu meio, dando ao trabalhador toda a infra-estrutura necessária para uma vida segura no que tange a saúde, a economia e educação evitando assim o tão conhecido "Êxodo Rural".

23-00045-7

PROJETO DE LEI NÚMERO
23/92PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
JOSÉ CARLOS ALELUIAUF
BAPARTIDO
PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA:

Inclua-se onde couber no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais o sub-projeto "Conclusão do Sistema de Abastecimento D'Água na Fazenda Itaguassú VII em Andaraí/BA"

Como segue:
Sub-Projeto: Conclusão do Sistema de Abastecimento D'Água na Fazenda Itaguassú VII em Andaraí/BA

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.XXXX
Valor: Cr\$ 4.000.000.000,00

Cancelamento: Sub-Projeto: Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamento em Rondônia

Código Orçamentário: 04.013.0066.1228.0138
Valor: Cr\$ 4.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A conclusão do sistema de captação d'água na Fazenda Itaguassú VII - Andaraí/BA, será de grande valia para este município, pois solucionará um problema que afeta gravemente esta região, já que a escassez de água neste município faz com que se instale um sofrimento perpétuo para esta população já que a água é um fator vital para o ser humano.

23-00046-5

PROJETO DE LEI NÚMERO
23/92 - CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADO HERMÍNIO CALVINHOUF
PAPARTIDO
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Incluir: Cr\$ 20.000.000.000,00 (Vinte bilhões de cruzeiros).
- Construção de estradas no projeto de assentamento Cinturão Verde, Município de Marabá-PA.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Anexo I.

Deduzir: 04.013.0066.1228.0143
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM TOCANTINS 9.000.000.000
04.013.0066.1228.0138
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM RONDONIA 5.000.000.000
04.013.0066.1228.0145
IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NA BAHIA 6.000.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O prosseguimento das obras de construção de estradas no projeto de Assentamento Cinturão Verde, Município de Marabá-PA, beneficiará diretamente em torno de 1.500 famílias.

Atualmente as obras estão paralizadas por falta de recursos.

Estas estradas dotarão o projeto da infra-estrutura necessária para a sua consolidação. No período chuvoso o trânsito fica interrompido, o que impossibilita o tráfego de qualquer veículo, dificultando o escoamento da produção dos colonos, e também o transporte de passageiros e bens de consumo.

23-00047-3

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE APUÍ-AM

PROJETO RIO JUMA-AM

ACRESCEER O VALOR DE CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR ACRESCIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETO BOA ESPERANÇA-ACRE

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR DEDUZIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00048-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE APUÍ-AM

PROJETO RIO JUMA-AM

ACRESCEER O VALOR DE CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR ACRESCIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETO RIO JUMA-AM

ELEMENTO DE DESPESA: 349039
VALOR DEDUZIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00049-0

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE APUÍ-AM

PROJETO RIO JUMA-AM

ACRESCEER O VALOR DE CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR ACRESCIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETOS NOVOS-AM

ELEMENTO DE DESPESA: 349039

VALOR DEDUZIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00050-3

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE APUÍ-AM

PROJETO RIO JUMA-AM

ACRESCEER O VALOR DE CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR ACRESCIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETOS NOVOS-RR

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR DEDUZIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00051-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BERURI-AM

PROJETO DE BERURI-AM

ACRESCEER O VALOR DE CR\$ 3.000.000.000,00 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR ACRESCIDO: CR\$ 3.000.000.000,00 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETO HUMAITÁ-ACRE

ELEMENTO DE DESPESA: 459051
VALOR DEDUZIDO: CR\$ 3.000.000.000,00 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00052-0

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL 23

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO EDUARDO BRAGA

AUTOR

UF

PARTIDO

AM

PDC

TEXTO/JUSTIFICATIVA

MUNICÍPIO DE APUÍ-AM

PROJETO RIO JUMA-AM

ACRESCER O VALOR DE CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS) NA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 459051

VALOR ACRESCIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO: PROJETOS NOVOS-AM

ELEMENTO DE DESPESA: 459051

VALOR DEDUZIDO: CR\$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS)

O PRINCIPAL MOTIVO DO PROJETO NÃO SE CONSUMARÁ SEM A CONCLUSÃO DA ESTRADA, FICANDO, ASSIM, IMPOSSÍVEL DE SE DEMARCAR ÁREAS, BEM COMO SE EFETUAR O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS.

23-00053-8

PL 23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado Aroldo Cedraz

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 23/92, no projeto 04.013.0044.1220 o seguinte subprojeto "Assentamento de Trabalhadores Rurais" valor: Cr\$ 40.000.000,00

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas

FONTE DE CANCELAMENTO

04.013.0044.1220.0003 - Cooperação Institucional

Assistência Técnica (Famílias)

Valor Cancelado: Cr\$ 40.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O município de Araci/Ba, necessita de Assistência ao Trabalhador Rural e seus familiares.

23-00054-6

PL 23/92

01 DE 01

EMENDA

Deputado Federal AROLDO CEDRAZ

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 23/92, no Projeto 04.013.0044.1220 o seguinte subprojeto "Assentamento de Trabalhadores Rurais".

Valor: Cr\$ 40.000.000,00

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

FONTE DE CANCELAMENTO

04.013.0044.1220.0003 - Cooperação Institucional

Assistência Técnica (Famílias)

Valor Cancelado: Cr\$ 40.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O município de Santaluz/Ba, necessita de Assistência ao Trabalhador Rural e seus familiares.

23-00055-4

PÁGINA

01 DE 01

EMENDA

Deputado Federal AROLDO CEDRAZ

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 23/92, no Projeto 04.013.0044.1220 o seguinte subprojeto "Assentamento de Trabalhadores Rurais"

Valor: Cr\$ 40.000.000,00

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

FONTE DE CANCELAMENTO

04.013.0044.1220.0003 - Cooperação Institucional

Assistência Técnica (Famílias)

Valor Cancelado: Cr\$ 40.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O município de Ourorândia/Ba, necessita de Assistência ao Trabalhador Rural e seus familiares.

23-00056-2

PL 23/92

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO Aroldo Cedraz

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PRN

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclua-se no PL 23/92, no Projeto 04.013.0044.1220 o seguinte subprojeto "Assentamento de Trabalhadores Rurais"

Valor: Cr\$ 40.000.000,00

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas

FONTE DE CANCELAMENTO

04.013.0044.1220.0003 - Cooperação Institucional

Assistência Técnica (Família)

Valor Cancelado: Cr\$ 40.000.000,00

JUSTIFICATIVA

O município de Ichu/Ba, necessita de Assistência ao Trabalhador Rural e seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 44, DE 1992 (CN)

MENSAGEM Nº 92, DE 1992 (CN) (Nº 541/92, na origem)

INDICAÇÕES

INDICAÇÕES

Brasão P/L

44-00001-4

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SEM PARALAXIS

Deputado Federal Jorge Khoury

BA

PFL

Rodovias Vicinais são fator de grande importância para o incremento da produção rural.

Na Região Nordeste tal importância é ainda maior em função da maior representatividade percentual dos setores primários da economia no contexto produtivo da região em relação às regiões Sul/Sudeste.

Desta forma é recomendável o aumento do valor do Programa Construção de Estradas Vicinais - Região Nordeste, da Secretaria do Desenvolvimento Regional. Especificação no 07.040.0183.1714.0012 (Seq. 000245-8), passando o seu valor de Cr\$9.885.275.000,00 para Cr\$30.000.000.000,00

INDICAÇÕES

Brasão P/L

44-00002-2

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SEM PARALAXIS

DEPUTADO MEMEY DA ROCHA

PR

PSDB

Estabelecer um valor de US\$ 500.000 (quinhentos mil dólares), em cruzeleros de abril, a critério de cada Parlamentar, objetivando a apresentação de Emenda.

JUSTIFICAÇÃO

Permitirá ao Parlamentar a apresentar Emendas de importância relevante.

INDICAÇÕES

Brasão P/L

44-00003-1

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SEM PARALAXIS

DEPUTADO MEMEY DA ROCHA

PR

PSDB

A apresentação de no máximo 60 (sessenta) Emendas, por Parlamentar, e classificadas por prioridade.

1º Prioridade 20 (vinte) Emendas

2º Prioridade 20 (vinte) Emendas

3º Prioridade 20 (vinte) Emendas

TOTAL - 60 (sessenta) Emendas

JUSTIFICAÇÃO

Daria maior agilidade ao processo de exame das Emendas, e ficaria definida a importância das Emendas para os Parlamentares.

INDICAÇÕES

Brasão P/L

44-00004-7

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SEM PARALAXIS

Deputado UIRATAN GUIMARÃES

CE

PMDB

Cancelamento:

1) 99.999.9999.9998.0001.

Reserva para o Poder Judiciário.

Fonte: 100

Valor: Cr\$500.000.000.000,00

2) 99.999.9999.9999.0001

Reserva de contingência

Fonte: 100

Valor: Cr\$500.000.000.000,00

Alocação

26.000

26.101 - Ministério da Educação

Valor: Cr\$1.500.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Educação tem sido, nos últimos anos e governos, agraciada com o discurso da prioridade. No entanto, o quadro de distribuição de recursos para a área vem, ano após ano, diminuindo no percentual e no valor real.

O objetivo desta proposta é dar à Educação a possibilidade de, visualizando suas ações, tornar realidade essa apreço de priorização e, para isso, indicamos:

- Cr\$450.000.000.000,00 para o Ministério atender o Ensino Básico e seus Projetos Especiais;
- Cr\$100.000.000.000,00 para os programas da CAPES;
- Cr\$350.000.000.000,00 para o conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior; e
- Cr\$100.000.000.000,00 para a Secretaria Nacional do Ensino Superior.

INDICAÇÕES

Brasão P/L

44-00005-7

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SEM PARALAXIS

ARIUSTO HOLANDA

CE

PSB

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$100.000.000.000,00 (Cem Bilhões de Cruzeleros) dos recursos de Reserva de Contingência.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00006-5

PÁGINA	01	DE	01
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 10.000.000.000,00 (Dez Bilhões de Cruzeiros) dos Recursos da Presidência da República.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00007-3

PÁGINA	01	DE	01
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 55.000.000.000,00, (Cinquenta e Cinco Bilhões de Cruzeiros) dos recursos do Ministério dos Transportes.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00008-1

PÁGINA	01	DE	01
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 100.000.000.000,00 (Cem Bilhões de Cruzeiros) dos recursos da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00009-0

PÁGINA	01	DE	01
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 50.000.000.000,00 (Cinquenta Bilhões de Cruzeiros) dos recursos do Ministério das Minas e Energia.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00010-3

PÁGINA	4	DE	1
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 10.000.000.000,00 (Dez Bilhões de Cruzeiros) dos recursos da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00011-1

PÁGINA	01	DE	01
COD. PARLAMENTAR			

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AURIÓSTO HOLANDA

UF	PARTIDO
CE	PSB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir para Secretaria de Ciência e Tecnologia Cr\$ 50.000.000.000,00 (Cinquenta Bilhões de Cruzeiros) dos recursos do Ministério da Agricultura.

Justificação

Os recursos destinados no orçamento para a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão muito aquém dos recursos apontados pelo PPA para a área de Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00012-0

PÁGINA
01 DE 02CDD PARLAMENTAR
72

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

SENADOR VALMIR CAMPELO

UF

PARTIDO

DF

PTB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indicamos a necessidade de Suplementação do Programa "Segurança Pública"(030), em Cr\$ 192.600.000.000,00(cento e noventa e dois bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros)

Fontes de Cancelamento:

- 03.010.055.1063-Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear da SAE/PR - Cr\$ 8.000.000.000,00(oito bilhões de cruzeiros)
- 07.065.0363.1711-Apoio ao Desenvolvimento de Turismo Regional da SDR/PR-Cr\$ 10.000.000.000,00(dez bilhões de cruzeiros)
- 08.042.0483.3031-Projeto Minha Gente da Sec. de Projetos Especiais/PR-Cr\$ 100.000.000.000,00(cem bilhões de cruzeiros)
- 14.080.0477.2589.0001-Apoio Operacional à Política Nacional de Imigração do MTA-Cr\$ 74.600.000.000,00(setenta e quatro bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

Como é do conhecimento da Nação o Distrito Federal, Capital da República, caracteriza-se pela sua posição excepcional em relação às outras Unidades da Federação, em dois parâmetros fundamentais que são: a de uma Unidade desprovida de condições de produção pelo seu próprio Projeto original e, segundo, de um Distrito que tem a responsabilidade de garantir a Segurança especial do Centro Administrativo do País e das representações internacionais, que se concentram nesta Capital.

O Orçamento previsto para 1993 veio defasado na média de 50% do possível para podermos cumprir essa função de alta responsabilidade e relevância que é de garantir a liberdade com segurança para aqueles que se dedicam em proporcionar o Desenvolvimento da Nação.

Por isso tudo e, levando-se em consideração a determinação embutida no Artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal que reza: ser competência da União, organizar e manter os órgãos de Segurança Pública do DF, solicitamos que seja observado pelo Relator-Geral do Orçamento esse preceito Constitucional.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00013-0

PÁGINA
01 DE 02CDD PARLAMENTAR
72

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

SENADOR VALMIR CAMPELO

UF

PARTIDO

DF

PTB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indicamos a necessidade de Suplementação do Programa "ADMINISTRAÇÃO"(007) em Cr\$ 232.300.000.000,00(duzentos e trinta e dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros).

FONTES DE CANCELAMENTO:

- 08.042.0483.3031-Projeto Minha Gente da Sec. de Projetos Especiais/PR-Cr\$ 150.000.000.000,00(cento e cinquenta bilhões de cruzeiros)
- 13.075.0483.3031-Projeto Minha Gente da Sec. de Projetos Especiais/PR-Cr\$ 82.300.000.000,00(oitenta e dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

De acordo com a LDO enfocamos a necessidade de priorização para a questão Educação, e em caráter especial para a situação de contingência do Distrito Federal que, notoriamente, enfrenta problemas para atender a posição que ocupa em responsabilidade de Capital da República e, ao mesmo tempo, de cidade que recebe o maior fluxo de imigrantes de todo o País, principalmente de Estados mais pobres como o Nordeste, etc...

Ressaltamos a urgência em atendermos a situação atual de quase paralisação de Escolas de nível básico no Distrito Federal, prioridade da LDO.

Chamamos atenção para os artigos 211 e 212 da Constituição Federal onde a Constituição tem o dever de organizar e dar assistência técnica e financeira aos Estados, Municípios e o DF, e aplicar anualmente, nunca menos de 18% na Educação e os Estados nunca menos de 25%. Porém, há que se destacar, o caráter singular do DF, Capital da República que não produz, portanto, depende integralmente da União.

Assim sendo, encarecemos a observância desse item no sentido de nos permitir, nesse Orçamento, parcela que nos permita a manutenção e desenvolvimento básico da Educação, através de inclusão da verba ora solicitada, a posteriori, no Órgão e Unidade Orçamentária competentes(73000 e 73105).

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00014-6

PÁGINA
01 DE 01CDD PARLAMENTAR
72

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

SENADOR VALMIR CAMPELO

UF

PARTIDO

DF

PTB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indicamos a necessidade de Suplementação do Programa "Saúde"(075) em Cr\$ 139.400.000.000,00(cento e trinta e nove bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros)

FONTES DE CANCELAMENTO:

- 07.040.0031.1192 - Desenvolvimento de Ações Regionais da SDR/PR - Cr\$ 70.000.000.000,00(setenta bilhões de cruzeiros)
- 13.075.0483.3031-Projeto Minha Gente da Sec. de Projetos Especiais/PR - Cr\$ 69.400.000.000,00(sessenta e nove bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

Gostaríamos de trazer a Saúde Pública para o Orçamento da União em caráter preventivo, mas não podemos ignorar que a situação atual é apenas de busca para atendermos as regiões de maior carência de estrutura para manutenção de condições mínimas da qualidade de vida.

O Distrito Federal ocupa uma posição peculiar no que se trata a diversificação das camadas sociais que vivem na Capital da República, como são conhecidas: Plano Piloto e Cidades Satélites, configurando-se essa separação em Padrões de vida completamente diferentes.

O Plano Piloto pode-se dizer que pertence a uma classe que recebe tratamento preventivo para manter a saúde, porém nossa indicação se volta, principalmente, à maioria das cidades satélites que são carentes de condições elementares de vida como Saneamento básico e Infra-estrutura Urbana, etc...

Basicamente esta indicação visa cobrir a defasagem verificada no Projeto de Lei do Orçamento 1993 para mantermos funcionando a estrutura básica de atendimento à Saúde Pública, no Distrito Federal.

INDICACBES

Resolução 92/92

44-00015-4

PÁGINA
01 DE 01COD. PARLAMENTAR
72

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR
SENADOR VALMIR CAMPELOUF
DFPARTIDO
PTB

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Indicamos a necessidade da inclusão do Órgão 16.000-JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS com valores de CR\$ 135.127.099.000,00 (cento e trinta e cinco bilhões cento e vinte e sete milhões e noventa e nove mil cruzeiros)

FONTE DE CANCELAMENTO:

-99.999.9999.9998-Reserva de Contingência para o Poder Judiciário - CR\$ 135.127.099.000,00 (cento e trinta e cinco bilhões cento e vinte e sete milhões e noventa e nove mil cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário definida na Constituição Federal foi ignorada com o procedimento adotado pela autoridade competente, ao globalizar as necessidades orçamentárias propostas para o exercício de 1993, de todo o Poder Judiciário no Órgão 90.000-Reserva de Contingência.

Nossa indicação consiste em, atendendo os limites do Art. 5º da LDO restituir o Órgão-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS e suas respectivas Unidades Orçamentárias.

Atentamos, ainda, para o fato de que, mesmo sendo destinado os recursos ora previstos na LDO haverá defasagem de, aproximadamente, 70 bilhões de cruzeiros nas necessidades orçamentárias do Órgão que visam o desenvolvimento da qualidade dos serviços jurisdicionais a serem prestados à sociedade.

INDICACBES

Resolução 92/92

44-00016-2

PÁGINA
01 DE 01COD. PARLAMENTAR
72

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR
SENADOR VALMIR CAMPELOUF
DFPARTIDO
PTB

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Indicamos a necessidade de Suplementação do Programa "ASSISTÊNCIA" (081) em CR\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO:

-15.081.0483.3031-Projeto Minha Gente da Sec. Projetos Especiais/PR- CR\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso é uma iniciativa da mais alta relevância, no sentido de recuperar o homem para se tornar útil à sociedade, novamente.

O Distrito Federal vem se empenhando em desenvolver e manter a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, para isso nossa indicação visa garantir prioridade de atendimento para essa área.

Esta indicação de prioridade que apresentamos representa as necessidades mínimas para manutenção da estrutura básica de Assistência ao Trabalhador Preso.

INDICACBES

Resolução 92/92

44-00017-1

PÁGINA
01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR
DEPUTADO IVANRO CUNHA LIMAUF
PBPARTIDO
PMDB

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Aumento dos recursos financeiros para o sistema de abastecimento d'água de Campina Grande-PB.

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos constantes da proposta orçamentária são absolutamente insuficientes para a conclusão da obra.

O manancial - o açude Epitácio Pessoa, no município de Boqueirão, dista 40 Km da cidade de Campina Grande, atravessando vales e serras com necessidade de elevações, cortes em serras e abastecimentos subterrâneos.

A conclusão da obra é inadiável, em face da crise de abastecimento d'água por que vem passando a cidade e municípios vizinhos que se servem das águas desse distante reservatório.

INDICACBES

Resolução 92/92

44-00018-9

PÁGINA
01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR
SENADOR MOISES ABRÃOUF
TOPARTIDO
PDC

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Cancelar parcialmente (R\$ 400 bilhões) da dotação à conta de Recursos Ordinários do Tesouro (Fonte 100), consignada à Reserva de Contingência, destinando esses recursos para atender emendas em Investimento, conforme a seguir:

R\$ bilhões

Ministério da Educação:..... 400

Cancelar parcialmente (R\$ 600 bilhões) da dotação à conta de recursos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Fonte 153), consignada à Reserva de Contingência, destinando esses recursos para atender emendas em Investimento, conforme a seguir:

R\$ bilhões

Ministério da Saúde:..... 300

Ministério da Ação Social:..... 300

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a enorme escassez de recursos para Investimento nos setores básicos de educação, saúde e ação social, julgo oportuno o redirecionamento dos recursos como proposto acima, pois este procedimento proporcionará condições mais favoráveis à promoção de ações que contribuam para assegurar a melhoria da qualidade de educação básica, visando a universalização do ensino; promover, proteger e recuperar a saúde da população através da consolidação do sistema único de saúde e assegurar o bem-estar social do povo brasileiro com o atendimento de projetos prioritários nas áreas de saneamento básico, assistência social, habitação popular, etc.

INDICAÇÕES

Resolução 112/72

44-00019-7

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PÁGINA
01 DE 01
COD. PARLAMENTAR

FERNANDO DINIZ

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 10% (dez por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha a flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 112/72

44-00020-1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PÁGINA
01 DE 01
COD. PARLAMENTAR

FERNANDO DINIZ

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha a flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 112/72

44-00021-9

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PÁGINA
01 DE 01
COD. PARLAMENTAR

FERNANDO DINIZ

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 3% (três por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial,

como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 112/72

44-00022-7

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PÁGINA
01 DE 01
COD. PARLAMENTAR

FERNANDO DINIZ

TEXTO/AJUSTAÇÃO

No atendimento de emendas só poderá haver remanejamento de dotações dentro da própria unidade orçamentária dentro da qual compete a cada Relator Parcial, ou de outras dotações colocadas à disposição do mesmo pela Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se necessário fixar o limite de cancelamento que cada Relator Parcial pode efetuar, para facilitar o andamento dos trabalhos na Comissão e nas Subcomissões.

INDICAÇÕES

Resolução 112/72

44-00023-5

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PÁGINA
01 DE 01
COD. PARLAMENTAR

FERNANDO DINIZ

TEXTO/AJUSTAÇÃO

No atendimento de emendas só poderá haver remanejamento de dotações dentro do próprio Orçamento Orçamentário dentro do qual compete a cada Relator Parcial, ou de outras dotações colocadas à disposição do mesmo pela Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se necessário fixar o limite de cancelamento que cada Relator pode efetuar, para facilitar o andamento dos trabalhos na Comissão e nas Subcomissões.

INDICAÇÕES

44-00024-3

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

No atendimento de emendas só poderá haver remanejamento de dotações dentro do próprio Anexo ou do conjunto das unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, ou de outras dotações colocadas à disposição do mesmo pela Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se necessário fixar o limite de cancelamentos que cada Relator Parcial pode efetuar, para facilitar o andamento dos trabalhos na Comissão e nas Subcomissões.

INDICAÇÕES

44-00025-1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90% (noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, com o limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação.

INDICAÇÕES

44-00026-0

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90% (noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação.

INDICAÇÕES

44-00027-8

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostos pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

44-00028-6

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das dotações destinadas à construção e manutenção dos CIAC-Centros Integrados de Apoio à Criança (Projeto Minha Gente), no âmbito do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar o andamento do Projeto constante da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00029-4

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50X(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, no âmbito de conjuntos de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades constantes da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00030-B

DE

COD. PARLAMENTAR

AUTOR

UF

PARTIDO

PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

Senador HUGO NAPOLÉAO

Indique-se, no programa de trabalho do Ministério da Ação Social - 23101, o reforço de dotação no valor de Cr\$ 76 bilhões, para o subprojeto:

13.076.0449.1343.0420 - Ampliação do Sistema de Esgoto da cidade de Teresina-PI Cr\$ 76.000.000.000,00

Como fonte de cancelamento, indico as unidades orçamentárias abaixo:

20.000 - Presidência da República

20.109 - Secretaria de Desenvolvimento Regional

07.040.0031.1142.0002 (Seq.: 000223-2)

Apoio a projetos prioritários Cr\$ 76.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A execução dessa obra em regime de prioridade visa dotar os núcleos urbanos e serem beneficiados de condições mínimas de higiene e saúde pública.

Mediante a despoluição dos rios Poty e Parnaíba e a despoluição do ar atmosférico, evitar-se-á que as águas servidas de várias origens escoem a céu aberto pelas valas e sarjetas existentes nas ruas da cidade, o que se constitui em perigosos focos de disseminação de doenças de veiculação hídrica, tais como o cólera, a diarreia e outras.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00031-6

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

PMDB

Deputada LÓCIA VANIA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

É necessário definir recursos no Orçamento Fiscal para atender os parâmetros estabelecidos na Lei 8.446, de 21-07-92, nos seguintes descritores do Ministério da Ação Social:

CÓDIGO	DESCRIPTOR	VALOR Cr\$ 1.000	PLANO PLURIANUAL
10.057.0316.2544	INCENTIVO A MORADIA, POPULAR	-0-	08% - Centro-Oeste
10.057.0317.3085	APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS EM ÁREAS RURAIS	19.448.000	06% - Idem
13.076.0297.1344	OBRAS DE DRENAGEM	-0-	06% - Idem

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 8.446, de 21-07-92, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993/1995, definiu demonstrativo de despesa por classificação funcional-programática.

Urge compatibilizar o Orçamento Fiscal a essa exigibilidade legal.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00032-4

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

PMDB

Deputada LÓCIA VANIA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

É necessário definir recursos para "Irrigação na Região Centro-Oeste", em cumprimento ao Artigo 42, Item I do ADCT e nos termos dos parâmetros estabelecidos na Lei 8.446, de 21-07-92, nos seguintes descritores do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária:

Código	Descritor	Valor Cr\$ 1.000	PLANO PLURIANUAL
04.054.0077.1234	PROV.	196.007.994	51% - Centro-Oeste
04.054.0077.1238	APROV. MICROAGRICULTURA	57.622.689	50% - Idem
04.054.0077.1239	APOIO A PROJETOS COMPLETAMENTARES DE IRRIGAÇÃO	4.771.036	28% - Idem
04.054.0077.1251	Idem	63.417.694	57% - Idem

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no ADCT (Art. 42, item I), obriga a União a aplicar, durante 15 anos, 20% dos recursos destinados a irrigação na Região Centro-Oeste.

A revisão do Plano Plurianual (Lei 8.446, de 21-07-92) definiu demonstrativo de despesa por classificação funcional-programática.

Urge compatibilizar o Orçamento Fiscal a essas exigibilidades legais.

INDICAÇÕES

Resolução 112/92

44-00033-2

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

Deputado LÓCIA VANIA

UF

CO

PARTIDO

(PMDB)

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

É necessário definir recursos no Orçamento Fiscal para atender os parâmetros estabelecidos na Lei 8.446, de 21-07-92, nos seguintes descritores da Secretaria do Desenvolvimento Regional-SDR/PR:

CODIGO	DESCRIPTOR	VALOR Cr\$ 1.000	PLANO PLURIANUAL
07.040.0031.5504	DESENV. REG. INTEGRADO	-C-	30% - Centro-Oeste
07.040.0183.5501	APOIO AO DESENV. MUNICIPAL	-O-	20% - idem
07.088.0183.5501	idem	-O-	20% - idem

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 8.446, de 21-07-92, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993/1995, definiu demonstrativo da despesa por classificação funcional-programática.

Urge compatibilizar o Orçamento Fiscal a essa exigência legal.

INDICAÇÕES

Resolução 112/92

44-00034-1

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

SC

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à dotação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária a importância de 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros) para atendimento da Programa Eletrificação Rural.

Fonte de Cancelamento: Reserva de Contingência.

JUSTIFICATIVA

Os recursos incluídos no Projeto de Orçamento Uniso/93, não cumprem e não atendem as reais necessidades do programa - fundamental para o desenvolvimento da agricultura e consequente aumento da produção.

INDICAÇÕES

Resolução 112/92

44-00035-9

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

SC

PARTIDO

PMDB

Deputado NEUTO DE CONTO

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir recursos destinados no Projeto Minha Gente - Unidade Orçamentária: Secretaria de Projetos Especiais, no montante de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), para Unidade Orçamentária Ministério da Saúde, objetivando investimentos na construção de Postos de Saúde e Hospitais e na compra de equipamentos para os mesmos.

JUSTIFICATIVA

Diante da calamidade da saúde pública no Brasil e da ditadura política equivocada do Governo Federal no campo da educação, entendemos ser esta medida, coerente com os reais problemas brasileiros.

INDICAÇÕES

Resolução 112/92

44-00036-7

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

SC

PARTIDO

PMDB

Deputado NEUTO DE CONTO

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Cancelar parcela de recursos destinados à amortização da dívida pública no valor de Cr\$ 500.000.000.000,00 (quinhentos bilhões de cruzeiros) para atender programas na área da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICATIVA

Apesar de o Governo Federal ter definido a Ciência e Tecnologia como prioridade para o ano de 1993 isso não ocorre em termos práticos, muito menos na destinação de recursos para este fim. Prioridade neste Orçamento é a amortização das contas federais. Ignora-se a necessidade de investimentos em setores cruciais para o futuro desenvolvimento do País, como é o caso da Ciência e Tecnologia.

INDICAÇÕES

Resolução 112/92

44-00037-5

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

SC

PARTIDO

PMDB

Deputado NEUTO DE CONTO

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Transferir recursos destinados ao Projeto Minha Gente - Unidade Orçamentária: Secretaria de Projetos Especiais, no montante

de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), para o Ministério da Educação: Programa de Crédito Educativo.

JUSTIFICATIVA

A política definida pelo Governo Federal para o setor educacional, no nosso entendimento é equivocada. Constrói verdadeiros "elefantes brancos" e não assiste o estudante no seu principal valor: a educação. Vimos este ano milhares de estudantes carentes abandonarem a faculdade por falta de recursos. Queremos com essa medida permitir o acesso ao ensino superior de todos os alunos carentes, atendendo assim Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional que regulamentou o Programa de Crédito Educativo.

INDICAÇÕES

Resolução 972/92

44-00038-3

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COO PARLAMENTAR

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADO NILSON GIBSON

PE

PMDB

TEXTO/AJUSTAÇÃO

01.000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

01.101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reforço na dotação orçamentária da Câmara dos Deputados no valor de Cr\$ 214.910.049.000,00 (Duzentos e quatorze bilhões, noventa e dez milhões e quarenta e nove mil cruzeiros), de modo a ajustá-la a programação pré-estabelecida para 1993.

Fontes de Cancelamento:

Reserva de Contingência (Seq. 006956-2)..... Cr\$ 177.604.952.000,00

Reserva de Contingência (Seq. 006957-6)..... Cr\$ 37.305.097.000,00

Total Cr\$ 214.910.049.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os valores previstos no P.L. nº 44/92-CN referentes a esta Casa apresentam redução de quase 25% em relação a proposta original, razão pela qual é imprescindível o reforço visando o atendimento das ações básicas durante o exercício financeiro de 1993.

INDICAÇÕES

Resolução 972/92

44-00037-1

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COO PARLAMENTAR

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Cr\$ 1.000,00

Cancelar: 50.000.000 - Desenvolvimento do AM-X (06.026.0160.1009)

Cancelar: 1.250.000 - Desenvolvimento de Campanhas Publicitárias (03.007.0021.4096)

Cancelar: 6.500.000 - Sistema de Processamento de Dados (07.010.0037.2016)

Cancelar: 10.000.000 - Distrito Agropecuário da SUFRAMA

(07.039.0067.1172)

Incluir: 67.750.000 - Reassentamento das Famílias de Trabalhadores Rurais, remanejadas pela construção de hidrelétricas - Ministério das Minas e Energia.

JUSTIFICATIVA

E de conhecimento da opinião pública o sofrimento de milhares de famílias quando removidas de suas terras para implantação das diversas hidrelétricas construídas e em construção em nosso país.

INDICAÇÕES

Resolução 972/92

44-00040-5

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COO PARLAMENTAR

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Cr\$ 1.000.000,00

Cancelar: 1.000.000.000 do Programa de Financiamento às Exportações PROEX (11.007.0031.2172).

Incluir: 1.000.000.000 Ao financiamento de Programas de Investimento Agropecuário (04.008.0031.2167).

JUSTIFICATIVA

A queda de recursos destinados ao Financiamento de Programas de Investimento Agropecuário foi Cr\$ 1,6 trilhões para Cr\$ 215 bilhões.

A melhor forma de recuperar a pequena agricultura descapitalizada, responsável e mais da metade de produção de alimentos básicos, pelo emprego de mão de obra famílias, pela fixação do homem no campo é através do crédito de investimentos em tecnologia, recuperação do solo e aumento da produtividade.

INDICAÇÕES

Resolução 972/92

44-00041-3

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COO PARLAMENTAR

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TEXTO/AJUSTAÇÃO

Cr\$ 1.000,00

Cancelar - 1.000.000.000 - Do Programa de Financiamento às Exportações (11.007.0031.2172)

Incluir - 1.000.000.000 - Financiamento da Política de Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos.

(04.016.009A.2168) - Aquisições do Governo Federal e Estoques Estratégicos (04.016.009A.2168.000).

JUSTIFICATIVA

A queda do ACF-Aquisições do Convênio Federal foi de 3,3 trilhões de cruzeiros, para 970 bilhões, o que tem implicação direta na política de garantia de preços mínimos (produtos de cesta básica), na formação de estoques estratégicos para o combate da inflação e da fome, e exclui a possibilidade de compra de produção

de mais de 60% dos produtores rurais brasileiros (pequenos e médios). Do outro lado, o Pr-Ex aumenta o déficit público, e partir que é sustentado totalmente pelo Convênio Federal, não privilegia o combate a fome e a inflação e a nível tributário, o retorno é insignificante.

INDICACBES

Resolução 972/72

44-00042-1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICACÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TESTE/JUSTIFICACÃO

Cr\$ 1.000,00

Retirar: 50.000.000 - Ministério da Ação Social - 23.000

Incluir: 50.000.000 - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - 22.203

JUSTIFICATIVA

O Orçamento da CODEVASF após o corte da Presidência da República significa apenas 34% do valor da proposta apresentada pela empresa, com isso, vários Projetos desenhados, principalmente os de irrigação, o que trará monumentais prejuízos à população Nordeste.

INDICACBES

Resolução 972/72

44-00043-0

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICACÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TESTE/JUSTIFICACÃO

Cr\$1.000,00

Retirar: 50.000.000 - Superintendência da Zona Franca de Manaus 20603

Incluir: 50.000.000 - Superintendência do Desenvolvimento de Amazonas - 20602

JUSTIFICATIVA

Pelo Projeto encaminhado pelo Governo, existe uma grande disparidade entre os recursos destinados para a SUFRAMA e para a SUDAM. Enquanto a SUFRAMA é contemplada com 204 bilhões e 728 milhões, a SUDAM, receberá apenas 30 bilhões e 210 milhões. A grande contradição está no fato de a SUDAM ser responsável por toda a região Norte, parte do Centro-Oeste e Nordeste, e a SUFRAMA, cuida de uma área bastante reduzida.

INDICACBES

Resolução 972/72

44-00044-0

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICACÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TESTE/JUSTIFICACÃO

Cr\$ 1.000,00

Cancelar: 200.000.000: Ministério da Aeronáutica - 21.000

100.000.000: Ministério do Exército - 27.000

50.000.000: Presidente da República - 20.000

150.000.000: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento 25.000

Incluir: 500.000.000: Departamento de Estradas de Rodagem-39.201-Programa de Pavimentação de Rodovias Transamazônica-(novo).

JUSTIFICATIVA

Até hoje, milhares de famílias de colonos e outros que vivem debaixo, esperam pela promessa do Governo Federal em pavimentação dessa rodovia, tão importante para o desenvolvimento da região neste País.

A atual quase que intrafagabilidade de estrada tem ocasionado inúmeros problemas, entre eles, a perda de produção agrícola dessa rica região brasileira.

INDICACBES

Resolução 972/72

44-00045-6

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICACÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TESTE/JUSTIFICACÃO

Cr\$ 1.000,00

Cancelar: 100.000.000 - Ministério da Ação Social - 23.000.00

Incluir: 50.000.000 - Controle da Malária na Bacia Amazônica

(13.075.0429.1104)

50.000.000 - Controle de Doenças Endêmicas no Nordeste

(13.075.0429.1105)

JUSTIFICATIVA

As doenças endêmicas nessas duas regiões, até hoje, foram tratadas de forma paliativa. Por esse motivo tem sido responsáveis por milhares de mortes dessas populações indefesas. Fato que por se só, justifica a alocação de mais recursos.

INDICACBES

Resolução 972/72

44-00046-4

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICACÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA MARIA LAURA

DF

PT

TESTE/JUSTIFICACÃO

Cr\$ 1.000,00

Retirar: 10.000.000 - Superintendência da Zona Franca de Manaus 20603

Incluir: 10.000.000 - Empresa de Navegação da Amazônia - S/A
39204

JUSTIFICATIVA

A EMASA, diferentemente das Estatais que vem sendo privatizadas, possui sua atuação voltada ao atendimento da população da Região Amazônica, portanto, se constituindo em uma Empresa Pública que cumpre função social.

Atualmente, a empresa corre o risco de ser liquidada por conta da senha privatizante do Governo Federal e pelo "desinteresse" empresarial. Consideramos fundamental mantê-la o que trará segurança no transporte de milhares de pessoas na região.

INDICAÇÕES

Resolução: 172/92

44-00047-2

PÁGINA
1 DE 1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR MARIA LAURA

UF GO PARTIDO PT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Cancelar: 50.000.000-Ministério da Marinha - 31.000
50.000.000-Ministério da Economia Fazenda e Planejamento 25.000
50.000.000-Presidência da República-20000
Incluir: 150.000.000-Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
Programa Construção e Pavimentação de Rodovias.

JUSTIFICATIVA

As verbas destinadas ao Ministério e suas respectivas indagação são insuficientes para atender a outras realidades que não estão contempladas.

INDICAÇÕES

Resolução: 172/92

44-00048-1

PÁGINA
01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR Deputado Paulo Mandarino

UF GO PARTIDO PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Programa de Habitação Popular do Ministério da Ação Social, Projeto 10.057.0316.1330, recursos na ordem de Cr\$ 75.000.000.000,00 (Setenta e cinco bilhões de cruzeiros).

Cancele-se recursos no mesmo valor, na Presidência da República - Secretária de Projetos Especiais - Projeto Minha Gente - 13.075.0483.3031.

JUSTIFICATIVA

Reconhecemos a importância dos CIACS para a modernização do ensino público, mas é evidente que o processo de desenvolvimento social implica primeiro em obras de Habitação Popular, sem o que sequer se conseguirá reduzir-se o desajustamento da nossa infância e juventude.

INDICAÇÕES

Resolução: 172/92

44-00049-9

PÁGINA
01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR Deputado Paulo Mandarino

UF GO PARTIDO PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Programa de Saneamento Básico do Ministério da Ação Social, Projeto 13.076.0323.1345, recursos na ordem de Cr\$ 75.000.000.000,00 (Setenta e cinco bilhões de cruzeiros).

Cancele-se recursos no mesmo valor, na Presidência da República - Secretária de Projetos Especiais - Projeto Minha Gente - 13.075.0483.3031.

JUSTIFICATIVA

Reconhecemos a importância dos CIACS para a modernização do ensino público, mas é evidente que o processo de desenvolvimento social implica primeiro em obras de Saneamento Básico, sem o que sequer se conseguirá reduzir-se os índices de mortalidade infantil.

INDICAÇÕES

Resolução: 172/92

44-00050-2

PÁGINA
01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG PARTIDO PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como investimentos financeiros ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio Anexo ou do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades constantes da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 172/92

44-00051-1

01 DE C1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TÍTULO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50%(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro da própria unidade orçamentária dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesas.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades constantes da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 172/92

44-00052-9

01 DE C1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TÍTULO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50%(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades constantes da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 172/92

44-00053-7

01 DE C1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TÍTULO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90%(noventa por cento) das dotações classificadas como investimentos, como inversões financeiras

res ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios dentro da própria unidade orçamentária dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 172/92

44-00054-5

01 DE C1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TÍTULO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90%(noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 172/92

44-00055-3

01 DE C1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

COD. PARLAMENTAR

AUTOR FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TÍTULO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90%(noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital, ressalvadas as que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio anexo ou do conjunto de unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00056-1

PÁGINA

01 de 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

REDAÇÃO

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50X(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro da própria unidade orçamentária dentro as que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostos pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00057-0

PÁGINA

01 de 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50X(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio Orçamento Orçamentário dentro as que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostos pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00058-B

PÁGINA

01 de 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

REDAÇÃO

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 50X(cinquenta por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio anexo ou do conjunto de unidades orçamentárias que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostos pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00059-6

PÁGINA

01 de 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

REDAÇÃO

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90X(noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio anexo ou do conjunto de unidades orçamentárias que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00060-0

PÁGINA

01 de 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

REDAÇÃO

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90X(noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio anexo ou do conjunto de unidades orçamentárias que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

nalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro de que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00061-8

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 90% (noventa por cento) das dotações classificadas como investimento, como inversões financeiras ou como outras despesas de capital e que estejam nominalmente identificadas para Estados e Municípios, dentro da própria unidade Orçamentária dentro de que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha total flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00062-6

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Anexo ou do conjunto das unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha a flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00063-4

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro de que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha a flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução 072/92

44-00064-2

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

MG

PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro da própria unidade orçamentária dentro de que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha a flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00065-1

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 3%(três por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Anexo ou do conjunto das unidades orçamentárias que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00066-9

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 3%(três por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00067-7

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 3%(três por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro da própria unidade orçamentária dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00068-5

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 10% (dez por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Anexo ou do conjunto das unidades orçamentárias que compõem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00069-3

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 10% (dez por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro do próprio Órgão Orçamentário dentro as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro de sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Resolução: 92/92

44-00070-7

01 DE 01

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

CDO PARLAMENTAR

AUTOR

FERNANDO DINIZ

UF

PARTIDO

MG

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 10%(dez por cento) das dotações classificadas como outras despesas correntes, dentro da

própria unidade orçamentária dentre as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido grupo de despesa.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um teto visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar os subprojetos e subatividades propostas pelo Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Mensagem: 072/92

44-00071-3

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das dotações destinadas à construção e manutenção dos CIAC - Centros Integrados de Apoio à Criança (Projeto Minha Gente), dentro do próprio Anexo ou do conjunto das unidades orçamentárias que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar o andamento do projeto constante da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Mensagem: 072/92

44-00072-3

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR FERNANDO DINIZ UF MG PARTIDO PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das dotações destinadas à construção e manutenção dos CIAC - Centros Integrados de Apoio à Criança (Projeto Minha Gente), dentro do próprio Órgão Orçamentário dentre as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar o andamento do Projeto constante da Proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Mensagem: 072/92

44-00073-1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

FERNANDO DINIZ

UF MG

PARTIDO PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

Fixar o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das dotações destinadas à construção e manutenção dos CIAC - Centros Integrados de Apoio à Criança (Projeto Minha Gente), dentro da própria unidade orçamentária dentre as que competem a cada Relator Parcial, como limite máximo para cancelamento de dotações classificadas no referido Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

A fixação deste limite visa permitir que o Relator Parcial tenha flexibilidade de ação dentro da sua área de atuação, sem prejudicar o andamento do Projeto constante da proposta do Poder Executivo.

INDICAÇÕES

Mensagem: 072/92

44-00074-0

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR RAQUEL CANDIDO UF RO PARTIDO PTB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

-Acrescentar à dotação destinada ao programa do Ministério da Educação.

26.101-08.042.0021.1720

Educação contra o uso de drogas e entorpecentes nas escolas. Desenvolver programas educativos com o objetivo de alertar e prevenir os estudantes contra drogas e entorpecentes.

DESPESAS CORRENTES (acréscimo) - 1.000.000,000,00

-Fonte de Cancelamento Sugerido- do Ministério da Educação.

26.101-08.042.0021.2278

Planejar, coordenar e supervisionar à execução da Política de Educação.

DESPESAS CORRENTES -(Dedução) - 1.000.000,000,00

JUSTIFICATIVAS

O plano Plurianual inclui em sua prioridade 1- Educação, Saúde, Ciência e tecnologia - E a Linha de Ação 1.1 "Ação integrada para criança e o adolescente", traz o seguinte descritor: "A violência contra os menores e a disseminação do uso de drogas tem-se elevado substancialmente". Assim a execução de programas de conscientização contra o uso de drogas é uma questão prioritária, que se deve ser melhor contemplada no orçamento.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00075-8

PÁGINA

DE

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

RAQUEL CANDIDO

AUTOR

UF

RD

PARTIDO

PTB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Na apreciação das emendas a despesa, os relatores deverão ordinariamente manter a origem dos recursos (Cancelamento sugerido) indicada na própria emenda.

Apenas excepcionalmente, por motivo relevante, poderá o relator ao acatar a emenda, alterar a origem dos recursos (fonte de cancelamento), devendo, neste caso, informar ao autor da emenda o fato e a razão do procedimento.

JUSTIFICATIVA

Eventualmente tem ocorrido que emendas apesar de aceitas e incorporadas ao Relatório Final e a Lei orçamentária, têm dificultado a sua implementação, devido ao uso de fontes de recursos menos adequadas, à finalidade ou à localidade destinada, que fica assim prejudicada.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00076-6

PÁGINA

DE

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

BA

PARTIDO

PFL

Deputado Federal Jorge Khoury

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Com o advento e a incrementação da cultura da soja, a utilização de irrigação intensiva na agricultura e novas técnicas agro-pastoris, a região do cerrado brasileiro vem surgindo como nova fronteira econômica, em franca expansão, e cujas possibilidades ainda estão, basicamente, no nascedouro.

Para a consolidação deste surto é imprescindível a oferta de mão de obra com especialização tecnológica, que possa atender às necessidades dos diversos empreendimentos que vêm surgindo no esteio do desenvolvimento rural.

A Escola Técnica Federal de Barreiras, obra iniciada em janeiro de 1.990, vem tendo a sua conclusão retardada por falta de recursos, atrasando com isto os benefícios que a colocação no mercado de trabalho local de técnicos especializados virá proporcionar.

O Projeto de Lei Orçamentária para 1.993, (Projeto de lei nº. 44 de 1.992), contraria tal obra com recursos insuficientes para a sua conclusão.

Desta forma recomendo o aumento do valor dos recursos estipulados na especificação 24.101.08.043.0199.1078.0075, (Seq.: 002.824-1), Conclusão de Obras e Aquisição de Equipamentos da Escola Técnica de Barreiras/Ba., do Programa Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, do Ministério da Educação, para Cr\$20.000.000,00 (vinte bilhões de cruzelros).

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00077-4

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

DF

PARTIDO

PT

MARIA LAURA

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

O Relator Geral deverá incorporar na categoria econômica despesa com pessoal e encargos pessoais os recursos necessários para atender a isonomia salarial já votada pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A Mensagem Orçamentária enviada pelo Poder Executivo, sem nenhuma explicação, não incorporou os recursos necessários para o atendimento da isonomia salarial, isonomia esta ordenada pela Constituição Federal. Cabe, agora, o Relator Geral corrigir essa disfunção ocorrida no Orçamento.

INDICAÇÕES

Resolução 192/92

44-00078-2

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PR

PARTIDO

PT

PAULO BERNARDO

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

O Relator Geral, os Relatores Setoriais e os Relatores Parciais deverão apresentar, juntamente com seus relatórios anexo contendo todos os subprojetos e subatividades alterados em relação ao projeto original do governo. Esse anexo deverá conter os subprojetos e as subatividades alterados juntamente com o valor original, o valor proposto pelo Relator e a diferença percentual da alteração.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação objetiva permitir a maior transparência possível para os parlamentares na hora da votação dos relatórios parciais, setoriais e do relatório geral.

Da maneira como vem ocorrendo as votações, os parlamentares, na maioria das vezes, não sabem o que estão votando; não conseguem identificar as alterações propostas devido a forma e o grande número de informações apresentadas.

Com um anexo contendo o subprojeto e a subatividade alterada, juntamente com os valores originais, propostos e a diferença entre eles, ficará totalmente claro e transparente para todos os parlamentares as modificações propostas pelos relatores.

INDICAÇÕES

Mensagem 072/92

44-00079-1

PÁGINA

01 DE 01

CDO PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

PAULO BERNARDO

AUTOR

UF

PARTIDO

PR

PT

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

O Relator Geral deverá incorporar os recursos necessários para atender as despesas com benefícios previdenciários oriundas da concessão dos 14% aos aposentados e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

A Mensagem Orçamentária enviada pelo Poder Executivo, sem nenhuma explicação, não incorporou os recursos necessários para o atendimento do aumento de despesa com benefícios previdenciários, visto que esse direito já foi concedido judicialmente, cabe, agora, ao Relator Geral corrigir essa disfunção do Orçamento da União.

INDICAÇÕES

Mensagem 072/92

44-00080-4

PÁGINA

01 DE 01

CDO PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

DEPUTADO NELSON PROENÇA

AUTOR

UF

PARTIDO

RS

PMDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indico o aumento de recursos no valor de Cr\$ 150 bilhões na proposta orçamentária para 1993, destinados ao reforço das dotações do Programa Apoio à Habitação Popular no Estado do Rio Grande do Sul.

Como contrapartida, indico o cancelamento da seguinte programação:

20000 - Presidência da República

21109 - Secretaria do Desenvolvimento Regional

07.040.0183.1714 - Apoio ao Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável.....Cr\$ 150.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A falta de recursos destinados à melhoria das condições de habitação das classes de menor renda constitui-se num dos mais sérios obstáculos à integração no processo de desenvolvimento econômico e social.

INDICAÇÕES

Mensagem 072/92

44-00081-2

PÁGINA

1 DE 2

CDO PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

Deputado NELSON PROENÇA

AUTOR

UF

PARTIDO

RS

PMDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indique-se, para o fim de aumento de dotação orçamentária no valor de Cr\$ 223.034.000.000,00 às atividades abaixo relacionadas a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER:

16.088.0339.1205 - Restauração de Rodovias.

Restaurar trechos rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul (Km) 690 Cr\$ 223.034.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta do Executivo não contempla, no estado do Rio Grande do Sul, recursos significativos para atender a restauração de rodovias.

O Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL insere-se no processo de abertura e modernização da economia, sendo esta uma das prioridades da administração federal para o ano de 1993. Por sua vez, a integração das economias dos países membros que constituem o MERCOSUL depende substancialmente de condições favoráveis para uma rápida e eficiente circulação de cargas e passageiros. Neste sentido, a manutenção de uma boa malha rodoviária em especial daquelas rodovias que demandam as regiões fronteiriças, adquire singular importância. Não obstante terem sido alocados recursos no Orçamento para 1992, destinados à restauração de diversos trechos de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul, permanecem os mesmos em lastimável estado de abandono causando prejuízos de toda ordem e dificultando sobremaneira a livre e rápida movimentação de bens entre o Brasil e seus vizinhos do Cone Sul.

As Unidades Orçamentárias indicadas como possíveis fontes de cancelamento para a obtenção dos recursos são:

- 1) 20000 - Presidência da República
- 20109 - Secretaria do Desenvolvimento Regional
- 07.040.0031.1142.0002 (seq.: 000226-2)
- Apoio a projetos prioritários Cr\$ 100.000.000,00

INDICAÇÕES

Mensagem 072/92

44-00082-1

PÁGINA

01 DE 01

CDO PARLAMENTAR

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

Deputado NELSON MORRO

AUTOR

UF

PARTIDO

SC

PFL

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Indique-se, para inclusão no programa de trabalho do Ministério da Ação Social - 2301 o seguinte subprojeto:

13076.0447.1347.XXX - Construção de Estação de Tratamento de Água III em Blumenau-SC; no valor de 115 bilhões; sugere-se como fonte de cancelamento, as seguintes unidades orçamentárias:

23.101-Ministério da Ação Social

13.076.0447.1347 - Abastecimento d'água em núcleo urbanos Cr\$ 115.000.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A Cidade de Blumenau, maior polo industrial do Estado de Santa Catarina, possui duas Estações de Tratamento de Água com capacidade total de aproximadamente 450 l/s. Esta vazão é insuficiente para a demanda populacional do município.

Aliado a este fato, ocorrem constantes inundações no Município, que deixam a principal Estação de Tratamento de Água submersa, condição, esta que impede o funcionamento da mesma. Esta obra ficará localizada numa cota superior (plano mais alto), que impedirá a alagação da mesma, proporcionando condições de abastecimento de água em caráter emergencial nos períodos de enchente.

A execução desta obra possibilitará a expansão da rede de distribuição, atingindo quase que completamente a população, principalmente de baixa renda.

INDICAÇÕES

Resolução 92/92

44-00083-9

PÁGINA

UI DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

PAULO MANDARINO

GO

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Indique-se, para inclusão no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social - 2301, o seguinte subprojeto:
13.076.0323.1345.XXXX - Infra-Estrutura Urbana em Posse-Go Cr\$
18.345.983.540,00.
Como fonte de cancelamento, indicamos a seguinte Unidade Orçamentária 2301 - Ministério da Ação Social
13.076.0323.1345 - Infra-Estrutura Urbana Cr\$ 18.345.983.540,00.

JUSTIFICAÇÃO

A execução dessa obra visa dotar a área a ser beneficiada de pavimento e drenagem das águas oriundas de precipitações pluviométricas, evitando deste modo o escoamento a céu aberto das águas. A parcela da população a ser atendida com este empreendimento atende principalmente a camada de baixa renda.

INDICAÇÕES

Resolução 92/92

44-00084-7

PÁGINA

1 DE 1

COD. PARLAMENTAR

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

Deputado CARLOS AZAMBUJA

RS

PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Indique-se, para inclusão no programa de trabalho do Ministério da Ação Social - 2301, o seguinte subprojeto:
13.076.0448.1344.XXXX - Obras de canalização e drenagem em Bagé-RS, no valor de Cr\$ 80.000.000.000,00.
Como fonte de cancelamento, sugere-se a seguinte Unidade Orçamentária: 2301 - Ministério da Ação Social
13.076.0448.1344 - Obras de drenagem Cr\$ 80.000.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A canalização do Arroio Bagé, no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, visa regularizar o leito drenante evitando as constantes erosões ocasionadas em suas encostas, tratá-lo urbanisticamente integrando-o com a cidade e execução de pontes para interligações entre os bairros mais rápido, consequentemente mais econômica.

INDICAÇÕES

Resolução 92/92

44-00085-5

PÁGINA

DE 02

COD. PARLAMENTAR

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

Deputado Carlos Azambuja

RS

PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Indique-se para inclusão, dentro do programa de Trabalho do Ministério da Ação Social - 2301, o seguinte subprojeto:

13.076.0447.1347 XXXX - Abastecimento d'água em Bagé -RS no valor de Cr\$ 77 bilhões;

Como fonte de cancelamento sugerimos a Unidade Orçamentária:

2301 - Ministério da Ação Social

13.076.0447.1347 - Abastecimento d'água em núcleos urbanos.....
Cr\$ 77.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Bagé está localizada em um divisor de águas, isto é, sobre um terreno montanhoso com suas encostas de desenvolvimento entre as cotas 175 e 300 metros, não possuindo, portanto, grandes mananciais para abastecimento de água.

Atualmente o sistema de abastecimento de água de Bagé é formado por duas barragens, que já não atendem a demanda atual de Bagé, pois o volume armazenado, da ordem de 4 milhões de metros cúbicos, não regulariza um vazão superior a 160 l/s para uma demanda reprimida já superior a 400 l/s hoje.

Faço ao exposto e com o contínuo crescimento da cidade, há necessidade de ampliação da capacidade de armazenamento.

Além deste fato, Bagé vem sofrendo com estiagens prolongadas, bastante divulgadas pela imprensa nacional e internacional o que tem agravado o problema do abastecimento d'água.

A construção da Barragem do Arroio Guebracho é indispensável para o restabelecimento da normalidade no abastecimento d'água em Bagé, o que virá beneficiar uma população superior a 8.000 habitantes, dotando esta, a partir da conclusão da obra, de suficiente reservação de água.

INDICAÇÕES

Resolução 92/92

44-00086-3

PÁGINA

01 DE 01

COD. PARLAMENTAR

(SEN CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

AUTOR

UF

PARTIDO

PAULO MANDARINO

GO

PDC

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Indique-se, para inclusão no programa de trabalho do Ministério da Ação Social - 2301, o seguinte subprojeto:
13.076.0323.1345.XXXX - Infra-Estrutura Urbana no Município de Formosa-GO, no valor de Cr\$ 38.000.000.000,00.
Como fonte de cancelamento sugere-se a seguinte Unidade Orçamentária:
2301 - Ministério da Ação Social
13.076.0323.1345 - Infra-Estrutura Urbana Cr\$ 38.000.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

As áreas periféricas do município de Formosa-GO estão carentes de uma infra-estrutura básica. Com este objetivo a pavimentação e drenagem das ruas, aliviará parcialmente os problemas sofridos pela população de baixa renda.

INDICAÇÕES

Projeto: 072/72

44-00007-1

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

CDO PARLAMENTAR
72

INDICAÇÕES

Projeto: 072/72

44-00007-0

INDICAÇÃO

(SEM CARÁTER DE EMENDA - INDICAR O VALOR DO RECURSO A SER CANCELADO, TOTAL OU PARCIALMENTE, OU AUMENTADO, REFERINDO-SE A PROGRAMA, MINISTÉRIO/ÓRGÃO, OU FUNDO E A RESPECTIVA JUSTIFICAÇÃO)

01 DE 01

SENADOR VALMIR CAMPELO

DF

PTB

JUSTIFICATIVA

Indico a necessidade de Suplementação do Programa "Transporte Urbano" (091) em Cr\$ 69.783.000.000,00 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões de cruzeiros)

FONTE DE CANCELAMENTO:

16.088.0535.1202.0001-Eliminação de Pontos Críticos do DNER/MTC - Cr\$ 69.783.000.000,00 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A obra de implantação da Rede Metroviária do DF, como é de conhecimento de todos está em pleno desenvolvimento e é uma obra de mais alta relevância, no que tange à estruturação de transporte de pontos estratégicos de interligação de todo o DF criando possibilidades de desenvolvimento às camadas de baixa renda de ir em busca de melhores oportunidades de trabalho, de educação e de outros meios de desenvolvimento, principalmente das camadas sociais mais necessitadas de um meio de transporte mais acessível. O PPA prevê uma verba de Cr\$ 141 bilhões e seiscentos e sessenta e seis milhões (Cr\$ 141.666.000.000,00), porém o que veio orçado foi um valor muito inferior a esse que aguardávamos para poder dar continuidade a essa obra de tão relevante benefício público e que, sua paralisação levaria a Capital da República a um transtorno de custo inestimável.

INDICAÇÃO:

Cada Parlamentar poderá apresentar, de acordo com as normas abaixo, em formulário próprio distribuído pela Secretaria da Comissão Mista, emendas dentro da quantia total de Cr\$ 600 milhões, a preços de abril de 1992, sendo Cr\$ 236 milhões de recursos ordinários do Tesouro (fonte 103) e Cr\$ 364 milhões de recursos do orçamento da seguridade social (fonte 153).

- Essas emendas terão rito processual simplificado e serão imediatamente aprovadas pelo Relator Parcial.
- Tais emendas de detalhamento se restringirão ao conjunto de títulos indicados no Anexo, vedada a alocação de frações inferiores a Cr\$ 1.000.000,00.
- Não poderão ser aprovadas outras emendas relativas aos rubricados relacionados no Anexo I, além das indicadas a conta do montante indicado acima, ainda que indicadas outras fontes de recursos.
- O Parlamentar poderá destinar até vinte por cento de sua quota da fonte 153 (recursos do orçamento da seguridade social) para intervenções sociais a entidades de sua escolha, respeitado o que estabelece a Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, em seu art. 22.

JUSTIFICAÇÃO:

Dar condições ao atendimento de pequenos pleitos de interesse das localidades representadas pelos Parlamentares sem prejudicar a melhor aplicação das questões institucionais ou de natureza programática, como ocorreria se o estabelecimento de um certo balizamento.

- ANEXO I -

TABELA DE SUBPROJETOS PARA EMENDAS INDICADAS (QUOTAS)

Unidade	Esfera	Código	Título do subprojeto/subatividade	U.Org.	Funcional-programática
S.Cultura	F	501-1	Apoio à Implantação de Biblioteca Pública em (...)	20107	08.048.0247.1632. ____
IBPC	F	502-9	Apoio ao Patrimônio Cultural em (...)	20401	08.048.0248.4031. ____
IBPC	F	503-7	Apoio a Museus e Casas Históricas em (...)	20401	08.048.0248.2121. ____
IBAC	F	504-5	Incentivo a Atividades Artísticas e Culturais em (...)	20412	08.048.0247.4029. ____
SDR	F	505-3	Apoio ao Desenvolvimento Municipal em (...)	20109	07.040.0183.5501. ____
S.Esporte	F	506-1	Apoio à Implantação de Quadras Poliesportivas em (...)	20110	03.046.0224.2553. ____
S.Esporte	F	507-0	Apoio ao Funcionamento de Centros de Desportos em (...)	20110	03.046.0224.4109. ____
SUDENE	F	508-8	Apoio a Projetos Prioritários em (...)	20601	07.040.0031.1142. ____
SUDAM	F	509-6	Apoio a Projetos Prioritários em (...)	20602	07.040.0031.1142. ____
MARA	F	520-7	Apoio à Implantação de Matadouro Municipal em (...)	22101	04.016.0097.1611. ____
MARA	F	521-5	Apoio à Implantação de Mercado Municipal em (...)	20101	04.016.0096.1614. ____
MARA	F	522-3	Apoio à Construção de Parque de Exposição em (...)	20101	04.018.0112.1616. ____
MARA	F	524-0	Eletificação Rural em (...)	20101	04.051.0269.1222. ____

MARA	F	525-8	Projetos Complementares de Irrigação em (...)	20101	04.054.0077.1239.
MARA	F	526-6	Pequenas Obras em Açudes/Barragens de (...)	20101	04.054.0077.1267.
INCRA	F	527-4	Implantação/Consolidação de Projetos de Assentamento em	20201	04.013.0066.1228.
INCRA	F	528-2	Apoio a Projetos de Colonização em (...)	20201	04.013.0067.1229.
CODEVASF	F	529-1	Aproveitamento Hidroagrícola em (...)	20203	04.054.0077.1238.
CODEVASF	F	530-	Apoio a Projetos Complementares de Irrigação em (...)	20203	04.054.0077.1251.
CODEVASF	F	531-	Perfuração e Aparelhamento de Poços em (...)	20203	04.054.0077.1251.
DNOCs	F	532-1	Apoio a Projetos Complementares de Irrigação em (...)	20204	04.054.0457.1270.
DNOCs	F	533-9	Aproveitamento Hidroagrícola em (...)	20204	04.054.0457.1270.
DNOCs	F	534-7	Perfuração e Aparelhamento de Poços em (...)	20204	04.054.0457.1270.
MAS	S	550-9	Apoio à Habitação Popular em (...)	23101	10.057.0316.1330.
MAS	S	551-7	Apoio a Melhorias Habitacionais em (...)	23101	10.057.0316.3084.
MAS	S	552-5	Infra-estrutura Urbana em (...)	23101	13.076.0323.1345.
MAS	S	553-3	Implantação de Centro Comunitário em (...)	23101	15.081.0487.1323.
MAS	S	554-1	Implantação de Lavanderia Comunitária em (...)	23101	15.081.0487.1323.
MAS	S	555-0	Apoio ao Desenv.da Infra-estrutura Social Urbana em (...)	23101	15.081.0487.1323.
CNCS	S	556-8	Apoio Financeiro a Entidade (COMPLEMENTO) de (...)	23104	15.081.0487.1628.
LBA	S	557-6	Apoio à Implantação e Funcionamento de Creche em (...)	23202	15.081.0483.2370.
LBA	S	558-4	Apoio ao Reparelhamento e Recuperação de Creche em	23202	15.081.0483.2370.
LBA	S	559-2	Apoio ao Atendimento à Pessoa Idosa em (...)	23202	15.081.0485.2596.
LBA	S	560-6	Desenv.Comunitário e Incentivo à Geração de Renda em (...)	23202	15.081.0487.2371.
LBA	S	561-4	Apoio a Ações de Melhoria da Nutrição Materno-Infantil em	23202	15.081.0427.2594.
MEC	F	570-3	Assistência Financeira ao Ensino Pré-Escolar em (...)	26101	08.041.0190.2290.
MEC	F	571-1	Assistência Financeira ao Ensino Fundamental em (...)	26101	08.042.0188.3017.
MEC	F	572-0	Assistência Financeira ao Ensino Médio em (...)	26101	08.043.0199.1078.
MEC	F	573-8	Apoio à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de	26101	08.049.0252.2291.
MEC	F	574-6	Assist.Financeira para Aquisição de Material Didático em	26101	08.042.0188.3017.
FAE	F	575-4	Alimentação Escolar de Aluno de Ensino Fundamental em	26297	08.075.0427.2487.
FNDE	F	576-2	Assistência Financeira para Equipamento Pré-Escolar em	26298	08.041.0190.2290.
FNDE	F	577-1	Apoio à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade de	26298	08.042.0188.2288.
FNDE	F	578-9	Assist.Financ.p/Equipar Escola de Ensino Fundamental em	26298	08.042.0188.2289.
FNDE	F	579-7	Aquisição de Veículos Escolares para (...)	26298	08.042.0239.3273.
FNDE	F	580-1	Apoio à Implantação de Bibliotecas Públicas em (...)	26298	08.048.0247.1632.
INSS	S	600-9	Construção de Posto de Benefícios em (...)	33201	15.082.0025.1003.
INSS	S	601-7	Melhorias no de Posto de Benefícios de (...)	33201	15.082.0025.1003.
M.SAUDE	S	700-5	Apoio ao Equipamento de Unidades do Sistema de Saúde e	36101	13.075.0428.1096.
M.SAUDE	S	701-3	Assist.Financeira para Ações de Saúde Materno-Infantil	36101	13.075.0432.1629.
M.SAUDE	S	702-1	Saneamento Rural Simplificado no Município de (...)	36101	13.076.0448.1139.
INAMPS	S	703-0	Apoio Técnico-Financeiro à Sec.Municipal de Saúde de (...)	36206	13.075.0428.2317.
INAMPS	S	704-8	Aquisição de Ambulância para o Município de (...)	36206	13.075.0428.1619.
INAMPS	S	705-6	Aquisição de Veículo para Atendimento Odontológico em	36206	13.075.0428.1619.
FUNASA	S	706-4	Saneamento Básico na Localidade de (...)	36211	13.076.0448.1112.
FUNASA	S	707-2	Melhorias Sanitárias Domiciliares no Município de (...)	36211	13.076.0448.1113.
FUNASA	S	708-1	Adequação do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos em	36211	13.076.0448.1551.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 37ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1992**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Comunicação da Presidência**

— Encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 52/92-CN, destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor Pedro Collor de Mello, referentes às atividades do Senhor Paulo Cesar Farias, concluindo pela apresentação do Relatório nº 11/92-CN.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 117/92-CN, de autoria do Presidente da CMPI, solicitando prorrogação por mais 30 (trinta) dias, do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para conclusão e apresentação do Relatório final. **Aprovado.**

1.2.3 — Discursos do Expediente

— DEPUTADO JOSÉ FORTUNATI — Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de pedido de inspeção imediata em todas as atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY — Manifestação pró-impeachment em Curitiba.

— DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Necrológico do Sr. Ary Zatti Oliva.

1.2.4 — Parecer

— Proferido pelo Deputado Adelmo Leão, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Abertura de prazo de 24 horas, para apresentação de recursos à Medida Provisória nº 305/92.

— Recebimento de recurso do Partido dos Trabalhadores à Medida Provisória nº 305/92.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã às 19 horas, destinada à apreciação preliminar quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 305/92.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — ATAS DE COMISSÃO****Ata da 37ª Sessão Conjunta, em 15 de setembro de 1992****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira**

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Antonio Mariz — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Márcio Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

AVENIR ROSA

JULIO CABRAL

MARCELO LUZ

AMAPA

AROLD GOES

ERALDO TRINDADE

FATIMA PELAES

LOURIVAL FREITAS

VALDENOR GUEDES

PARA'

ALACID NUNES

CARLOS KAYATH

ELIEL RODRIGUES

PDC

PTR

PTR

PDT

BLOCO

BLOCO

PT

PTR

BLOCO

PTB

PMDB

HILARIO COIMBRA	PTB	CARLOS VIRGILIO	PDS
MARIO CHERMONT	PTR	ERNANI VIANA	PSDB
MARIO MARTINS	PMDB	GONZAGA MOTA	PMDB
OSVALDO MELO	PDS	JACKSON PEREIRA	PSDB
PAULO ROCHA	PT	JOSE LINHARES	PSDB
		LUIZ GIRA0	PDT
AMAZONAS		LUIZ PONTES	PSDB
		MARCO PENAFORTE	PSDB
EULER RIBEIRO	PMDB	MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
EZIO FERREIRA	BLOCO	MORONI TORGAN	PSDB
PAUDERNEY AVELINO	PDC	ORLANDO BEZERRA	BLOCO
RICARDO MORAES	PT	PINHEIRO LANDIM	PMDB
		UBIRATAN AGUIAR	PMDB
RONDONIA		VICENTE FIALHO	BLOCO
CARLOS CAMURCA	PTR	PIAUI	
MAURICIO CALIXTO	BLOCO		
NOBEL MOURA	PTR	B. SA	PTR
REDITARIO CASSOL	PTR	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
		FELIPE MENDES	PDS
ACRE		JESUS TAJRA	BLOCO
		JOAO HENRIQUE	PMDB
CELIA MENDES	PDS	JOSE LUIZ MAIA	PDS
FRANCISCO DIOGENES	PDS	MUSSA DEMES	BLOCO
JOAO MAIA	PTR	PAES LANDIM	BLOCO
JOAO TOTA	PDS	PAULO SILVA	PSDB
RONIVON SANTIAGO	BLOCO		
TOCANTINS		RIO GRANDE DO NORTE	
DERVAL DE PAIVA	PMDB	IBERE FERREIRA	BLOCO
FREIRE JUNIOR	BLOCO		
OSVALDO REIS	PTR	PARAIBA	
PAULO MOURAO	PDS		
		EFRAIM MORAIS	BLOCO
MARANHAO		IVAN BURITY	BLOCO
		IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
CESAR BANDEIRA	BLOCO	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
COSTA FERREIRA	PTR	VITAL DO REGO	PDT
EDUARDO MATIAS	PDC		
FRANCISCO COELHO	PDC	PERNAMBUCO	
JOAO RODOLFO	PDS		
JOSE BURNETT	BLOCO	ALVARO RIBEIRO	PSB
JOSE CARLOS SABOIA	PSB	GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
JOSE REINALDO	BLOCO	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
PEDRO NOVAIS	PDC	JOAO COLACO	PTR
ROSEANA SARNEY	BLOCO	JOSE MOURA	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
		MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
CEARA		MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
		MIGUEL ARRAES	PSB
AECIO DE BORBA	PDS	NILSON GIBSON	PMDB
ARIOSTO HOLANDA	PSB	PEDRO CORREA	BLOCO
		RENILDO CALHEIROS	PCdoB

ROBERTO FRANCA
ROBERTO FREIRE
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
SERGIO GUERRA
TONY GEL
WILSON CAMPOS

ALAGOAS

CLETO FALCAO
JOSE THOMAZ MONO
MENDONCA NETO

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DJENAL GONCALVES
JERONIMO REIS
MESSIAS GOIS
PEDRO VALADARES

BAHIA

ALCIDES MODESTO
ANGELO MAGALHAES
AROLDI CEDRAZ
BERALDO BOAVENTURA
CLOVIS ASSIS
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
HAROLDO LIMA
JAIR AZI
JAIR CARNEIRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE LOURENCO
JUTAHY JUNIOR
LEUR LOMANTO
LUIZ MOREIRA
LUIZ VIANA NETO
MILTON BARBOSA
NESTOR DUARTE
PEDRO IRUJO
RIBEIRO TAVARES
SERGIO BRITO
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS
ULDURICO PINTO
WALDIR PIRES

PSB
PCB
BLOCO
PTR
PSB
BLOCO
PMDB

BLOCO
PMDB
PDT

S/P
BLOCO
PDS
BLOCO
BLOCO
PST

PT
BLOCO
BLOCO
PDT
PDT
PTB
PMDB

PCdoB
PDC
BLOCO
PT
PMDB
PDS
PDC

BLOCO
BLOCO
PDS
PSDB
BLOCO
PTB
S/P
BLOCO
PMDB
BLOCO
PL
PDC
PDT
BLOCO
PSB
PDT

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE
ALOISIO VASCONCELOS
ANNIBAL TEIXEIRA
CAMILO MACHADO
CELIO DE CASTRO
EDMAR MOREIRA
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
IBRAHIM ABI-ACKEL
ISRAEL PINHEIRO

JOAO PAULO
JOSE BELATO
JOSE GERALDO
MARCOS LIMA
MARIO DE OLIVEIRA
ODELMO LEAO
OSMANIO PEREIRA
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS
PAULO ROMANO
PEDRO TASSIS
SAMIR TANNUS
SANDRA STARLING
SAULO COELHO
SERGIO NAYA
TILDEN SANTIAGO
VITTORIO MEDIOLI
ZAIRE REZENDE

PT
PMDB
PTB
BLOCO
PSB
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
PDS
PRS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PTR
BLOCO
PSDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PDC
PT
PSDB
PMDB
PT
PSDB
PMDB

ESPIRITO SANTO

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
JONES SANTOS NEVES
JORIO DE BARROS
RITA CAMATA

PMDB
PL
PMDB
PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL
ARTUR DA TAVOLA
BENEDITA DA SILVA
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
CARLOS LUPI
FABIO RAUNHEITTI
FRANCISCO SILVA
JAIR BOLSONARO
JANDIRA FEGHALI
JOAO MENDES
JOSE EGYDIO
JOSE VICENTE BRIZOLA
JUNOT ABI-RAMIA

PTB
PSDB
PT
PDT
PDT
PTB
PST
PDC
PCdoB
PTB
BLOCO
PDT
PDT

PARANA

ABELARDO LUPION	BLOCO
ANTONIO BARBARA	BLOCO
BASILIO VILLANI	PDS
CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO
EDESIO PASSOS	PT
EDI SILIPRANDI	PDT
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
IVANIO GUERRA	BLOCO
JONI VARISCO	PMDB
LUIZ CARLOS HAULY	PST
MATHEUS IENSEN	PTB
MAX ROSENMANN	BLOCO
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
ONAIREVES MOURA	PTB
OTTO CUNHA	BLOCO
PAULO BERNARDO	PT
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
RENATO JOHNSON	BLOCO
SAID FERREIRA	PMDB
WERNER WANDERER	BLOCO

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
EDUARDO MOREIRA	PMDB
HUGO BIEHL	PDS
JARVIS GAIDZINSKI	PL
LUCI CHOINACKI	PT
NELSON MORRO	BLOCO
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
RUBERVAL PILOTTO	PDS
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK	PSDB
ADYLSO MOTA	PDS
AMAURY MULLER	PDT
ANTONIO BRITTO	PMDB
CARRION JUNIOR	PDT
CELSO BERNARDI	PDS
EDEN PEDROSO	PDT
FETTER JUNIOR	PDS
IBSEN PINHEIRO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JOSE FORTUNATI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
MENDES RIBEIRO	PMDB

NELSON JOBIM	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
RAUL PONT	PT
TELMO KIRST	PDS
VICTOR FACCIONI	PDS
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 318 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 52, de 1992-CN, destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, referentes às atividades do Sr. Paulo César Farias, capazes de configurar ilicitude penal, encerrou seus trabalhos concluindo pela apresentação do Relatório nº 11, de 1992-CN, com recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes, bem como pela apresentação de projetos de lei e de resolução que serão enviados à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, nos termos do art. 142 do Regimento Comum.

A matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência recebeu expediente do Presidente em exercício da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na Universidade Brasileira, que vai ser lido pelo Senhor Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 117, DE 1992-CN

Brasília, 15 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 593 de 1991-CN, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira" por 30 dias, conforme o disposto na alínea a, parágrafo 1º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o parágrafo 3º do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de que seja concluído e apresentado o relatório final.

Respeitosamente. — João Calmon, Relator, no exercício da Presidência — Osmâio Pereira — Esperidião Amin — César Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Alfredo Campos — Chagas Rodrigues — Elcio Álvares — Edevaldo Alves da Silva — Sólton Borges dos Reis — Raul Pont.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica, portanto, concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — No período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, no dia de hoje, acompanhando o Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Sindicato dos Bancários de Brasília, a nova Confederação Nacional dos Bancários, da Cut, estivemos juntamente com os Deputados Chico Vigilante, Luiz Gushiken e Paulo Bernardo, o Tribunal de Contas da União, para onde levamos um dossiê, com farto material de denúncia contra o Presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho.

Entendemos inadmissível que esse senhor permaneça à testa dessa tão importante instituição, causando-lhe enormes e certamente incalculáveis prejuízos.

Sr. Presidente, sabemos que uma instituição financeira mantém-se fundamentalmente graças à sua credibilidade. Mas, em função das cotidianas denúncias que a grande imprensa, assim como Parlamentares desta Casa e a população têm feito acerca dos desmandos de Lafaite Coutinho, é óbvio que a credibilidade do Banco do Brasil começa a ser arranhada.

Por isso, encaminhamos pedido ao Tribunal de Contas da União para que seja feita imediata inspeção em todas as atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil. Mais do que isso: com base no art. 44 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, solicitamos àquele Tribunal que afaste imediatamente o Presidente do Banco do Brasil, pois entendemos que ele está causando prejuízos irreversíveis à instituição. O Ministro Carlos Átila, Presidente do TCU, respondendo às nossas inquietações e à apresentação de tão grande volume de denúncias, afirmou que amanhã reunirá o Pleno do Tribunal, para definir a estratégia a ser empregada por aquela egrégia Corte. Esperamos que, na tarde de amanhã, o Tribunal de Contas da União proceda ao julgamento sumário sobre a permanência ou não de Lafaite Coutinho na Presidência do Banco do Brasil.

Depois, os representantes dos Sindicatos dos Bancários, acompanhados pelos Parlamentares, estiveram na Procuradoria-Geral da República, onde ingressaram com uma Representação com as mesmas denúncias. Entregamos também há poucos minutos ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, e ao Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, o mesmo dossiê, para que o Congresso Nacional tenha conhecimento de todas as denúncias arroladas.

É importante salientar, Sr. Presidente, que vários Parlamentares — Agostinho Valente, Luiz Gushiken, Paulo Bernardo, Augusto Carvalho, Beraldo Boaventura — têm utilizado esta tribuna para denunciar tanto Lafaite Coutinho, do Banco do Brasil, como Álvaro Mendonça, da Caixa Econômica, com o objetivo de exigir o imediato afastamento de ambos. Na próxima semana, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, demais sindicatos e os Parlamentares citados estarão retornando tanto ao Tribunal de Contas da União quanto à Procuradoria-Geral da República, para entregar um novo dossiê, neste caso referente à Caixa Econômica Federal e à gestão temerária de Álvaro Mendonça.

Entendemos, Sr. Presidente, que, em momento crítico como o que vive o País, em que a recessão se agudiza, momento em que é necessária a retomada do desenvolvimento com a maior celeridade, é inadmissível que dois senhores

como Lafaite Coutinho e Álvaro Mendonça continuem à testa dessas duas instituições.

Por isso, na oportunidade em que o Congresso Nacional analisa com muita profundidade o pedido de **impeachment** do Presidente Fernando Collor de Mello, entendemos que, mesmo antes do afastamento do Presidente da República, é necessário que aqueles dois senhores sejam afastados, de tal forma que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal realmente possam cumprir o seu papel social e não mais sejam os “aríetes principais do esquadrão da morte”, na compra de votos de Parlamentares, para evitar a aprovação do **impeachment**.

Por isso, Sr. Presidente, não somente em nome dos funcionários do Banco do Brasil e da CEF, não somente em nome dos Parlamentares que são funcionários daquelas instituições, mas em nome da sociedade — tenho certeza — pedimos o imediato afastamento de Lafaite Coutinho e Álvaro Mendonça, pois, como já dissemos, a permanência desses dois senhores trazem prejuízos irreversíveis para aquelas duas instituições e, conseqüentemente, para todo o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Carlos Hauly — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PST — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de fazer uma comunicação. Neste momento, em Curitiba, encontra-se e, andamento uma grande manifestação **pró-impeachment**, que se realiza durante todo o dia, com a presença de mais de 100 mil pessoas.

Este o registro que tinha a fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, causou o mais profundo pesar a morte de Ary Zatti Oliva, ocorrida em Caxias do Sul, no dia 26 de agosto passado.

Venho a esta tribuna prestar a mais sentida homenagem ao Dr. Ary, em nome de todos os caxienses. Filho de Francisco Oliva e de Antonietta Zatti, ele desaparece aos 86 anos de idade, legando larga ficha dos mais relevantes serviços.

Estudou no Colégio do Carmo e formou-se em Direito, sendo advogado no fórum local e no Rio Grande do Sul. Foi Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal, na administração Dante Marcucci.

Presença atuante na Associação dos Comerciantes, onde além da Consultoria Jurídica, exerceu o cargo de Vice-Presidente e Presidente, e ainda o de Presidente da Câmara de Indústria e Comércio. Presidiu o Centro da Indústria Fabril. Foi fundador e Presidente do Sindicato da Indústria da Madeira de Caxias do Sul. Presidiu a Festa Nacional da Uva e foi Diretor-Presidente da Industrial Madeireira Ltda. Foi professor das Faculdades de Direito e Economia e da Universidade de Caxias do Sul. Presidiu o Aeroclube e o Clube Juvenil.

Na área do ensino, pontificou não apenas como professor emérito e Diretor da Faculdade de Direito, mas também como fundador da Universidade de Caxias do Sul.

Poeta primoroso, deixou um volume de versos que, entretanto, não quis publicar. Jornalista, atuou no *Diário do Nordeste*. Publicou vários trabalhos sobre Direito.

Fui seu aluno, seu amigo e admirador. A ele, ligavam-me ainda laços de família, de parte de minha mulher, Iole, sua prima-irmã. Melhor que eu, por isso tudo, mais insuspeito que eu, e mais capaz de dizê-lo, seria repetir e transcrever o testemunho do grande cronista, jornalista, escritor, professor e historiador caxiense, Mário Gardelin. Eis como Gardelin traduziu sua homenagem póstuma ao grande conterrâneo, Ary Zatti Oliva:

“Manhã de sol. At avessa a Praça. Lá, ao fundo, contra o Fórum, ao lado do filho, ele vinha passeando. Notei-lhe que o olhar se detinha, como a rever coisas familiares, muito amadas. Detive-o, com as costumeiras exclamações. E falamos. Criticou a falta de coerência dos políticos, especialmente esses borlantins, que saltam de galho em galho, e hoje defende o que condenavam ontem. Não faziam o seu estilo... Falamos dos ligustros. Conhecia-lhes a história e sua introdução em Caxias. E quanto mais trocávamos impressões ou evocações, seu olhar colhia imagens, com o carinho da despedida. Foi essa a impressão. Não acrescento nada. E nos despedimos. Agora, vem-me a notícia de que ele partiu para sempre.”

“Ary Zatti Oliva representou um grande momento em minha vida. Foi em janeiro de 1947 que, estreando meu voto, nas eleições estaduais, formei, com ele, a tripla escolha: Felix Contreiras e Walter Só Jobim. Um para o Senado e outro para Governador. Ary foi o meu candidato a Deputado Estadual e o único que eu conhecia pessoalmente. Elegi Jobim e perdi para os outros dois. Foram, porém, votos conscientes e fundamentados.”

“De Ary guardei seu desencanto. Faltaram-lhe votos, inclusive de pessoas mais chegadas. E sentiu o peso das ideologias. É que ele abraçara com entusiasmo a candidatura. Tão chocado ficara que não mais participou de eleições. Supus sempre que fora uma decisão sem volta. Enganei-me. Um dia ele me disse que, vendo as coisas de mais longe, deveria ter-se candidatado ainda. Não me situou o cargo.”

“Dele guardo nítidas imagens. Na festa onomástica do Pe. João Schiavo, em minha Fazenda Souza, lançou estas palavras: “piedoso escravo de seus deveres” Jogava com o sentido italiano.”

“As frases saíam-lhe brilhantes e perfeitas. E Ary costumava ser convidado com a obrigação explícita ou implícita de fazer um discurso. Eram tempos em que as platéias se fascinavam pelo verbo fácil. Cansou, E disse-me, um dia, que, sabendo que alguém o queria apenas pelo discurso, preferiria ficar em casa...”

“Meu trabalho no jornal e na rádio amiudaram os contatos. Era comum termos que falar com ele na Industrial Madeireira. E certa vez perguntei-lhe por mais dados a respeito da frase antológica: “Bele Perole, bei balansi, ma soldi... gnente ou ‘noghini vedo mia. Não me escondeu o cenário, o encontro e a Assembléia Geral. Nem a posição assumida do autor da sentença: “de pé, grandes botas, em que a perna direita não se sentia bem na rossilhona...”

“Acompanhei-o no dia-a-dia. Depois, reencontrei-o nos livros de atas: Associação dos Comerciantes, de que ele trocou o nome para Associação Comercial, obedecendo aos “sinais” dos tempos; Clube Juvenil, em que pagou um monte de dívidas; Festa da Uva, em que também enfrentou cofres frouxos; Aeroclubes; *Diário do Nordeste*; Sindicatos; Centro da Indústria Fabril... E nas Faculdades de Economia e de Direito e, ainda, na Universidade, em que, sempre, fora desvelado professor... E seria longo lembrar que integrara com fidelidade o PSD, em cuja legenda se candidatara, sendo a incursão eleitoral única e definitiva.”

“Peleejei, quando na Universidade, para que fosse editado seu livro de poemas. Não o vi e minhas diligências esvairam-se. Diziam-no excelente sonetista clássico e vibrando no verso moderno, sem peias. De suas crônicas, guardei os devidos recortes. Repito: gostava da palavra. E, ainda em vida, foi personagem, de romance. Um dia, contarei a história, de que, me parece, apenas eu o autor, somos testemunhas.”

“Hoje, associando-me ao luto da comunidade, sinto apenas que não aproveitei suficientemente sua memória. Levou consigo um patrimônio de conhecimentos de Caxias. Estou de luto. E o vazio, tão temido, se aprofunda.”

“Ah! Sim! Merecia um trabalho mais aprofundado. Sei-o! Quando o coração se esvazia, falecem as lembranças. Queria-o no dia-a-dia! Tal como ele era. É assim que o evoco. Uma saudade que senti ainda em vida...”

Saudade que sentimos todos nós, caxienses e gaúchos outros, que conheceram e apreciaram a figura ímpar de Ary Zatti Oliva, a quem homenageamos nesta Casa do povo brasileiro, como um dos grandes na luta por uma Caxias, um Rio Grande e um Brasil melhor!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveria) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, nos termos do disposto no art. 8º, da Resolução nº 1/82-C.

Solicito ao Deputado Odelmo Leão que emita parecer sobre a respectiva matéria.

O SR. ODELMO LEÃO (Bloco — MG. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, trata-se de Medida Provisória expedida pelo Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, criando a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e estabelecendo outras medidas complementares.

O diploma legal em apreço constitui reedição da Medida Provisória nº 303, de 4 de agosto de 1992, de mesmo conteúdo e finalidade, tendo em vista a perda de eficácia dessa norma, pela não apreciação do Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal.

O texto legal em exame, além de criar a referida Secretaria:

- a) atribui-lhe a gerência do projeto Minha Gente;
- b) estabelece a sua estrutura básica;
- c) cria os cargos necessários ao seu funcionamento;
- d) fixa o prazo de 30 dias para o Poder Executivo executar as medidas baixadas na norma;

e) prevê que as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 303 de 4 de agosto de 1992, sejam disciplinadas pelo Congresso Nacional:

Admissibilidade

Conforme dispõe o art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, cabe o exame preliminar sobre a admissibilidade da Medida Provisória, para verificação do cumprimento dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância exigidos pelo art. 62 da Carta Magna.

Trata-se, neste caso, de um juízo discricionário do Presidente da República, entendendo que importantes projetos de seu governo necessitam dessa estrutura organizacional para sua boa implementação. Daí a relevância e urgência da criação e implantação da referida Secretaria.

Tendo presentes tais pressupostos, nosso parecer é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tendo o nobre Relator concluído pela admissibilidade da Medida Provisória nº 305, nos termos do disposto no inciso I, §1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 1989, a Presidência abre prazo de 24 horas para apresentação de recurso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou entrando com um recurso, inclusive apoiado por outro partido, o PSDB, contra a admissibilidade da Medida Provisória nº 305, como já havia feito em relação à anterior, que caiu por falta de votação.

Sei que tenho prazo de duas sessões para que o recurso seja apreciado. E vou acompanhar essas duas sessões e discutir com o Sr. Relator, Deputado Odelmo Leão, como o fiz quanto à outra medida provisória que antecedeu esta, a fim de que cheguemos a um consenso. Não consideramos que haja urgência que caracterize a necessidade de medida provisória, no sentido de se criar a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência acaba de receber do PT, apoiado pelo PSDB, recurso contra a admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 1992.

Nos termos do § 3º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989 — CN, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19h, destinada à apreciação preliminar quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

É o seguinte o recurso recebido:

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, recurso ao Plenário da decisão da Comissão Mista do Congresso Nacional favorável à admissibilidade da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

Justificação

Somos de entendimento que a Medida Provisória em tela deva ser submetida ao Plenário, para que este decida pela sua admissibilidade, da qual discordamos pelo fato de não estar presente o pressuposto de urgência indispensável à sua edição. De fato, há projetos de lei de iniciativa do Senhor

Presidente da República dispondo sobre a criação de órgãos da administração de tanta ou maior relevância, e versando inclusive sobre pontos contidos na Medida Provisória nº 305, que se encontram em tramitação no Congresso, o que evidencia a ausência daquele pressuposto. Por outro lado, não se pode acatar que, por critério exclusivamente pessoais, possa o Presidente da República promover radical alteração na configuração do Poder Executivo, como é o caso, com repercussões diretas sobre a execução orçamentária e a despesa pública, sem que o assunto seja alvo de ampla discussão pelo Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1992. — Deputado **Eduardo Jorge**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 19h. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos)

ATA DE COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1992

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 6 (seis) da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Garibaldi Alves, Elcio Alvares, Beni Veras, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Amazonino Mendes, Esperidião Amin, Mansueto de Lavor, Vicente Fialho, Pinheiro Landim, Luís Girão, Paulo Mandarino, Ribeiro Tavares, Oswaldo Coelho, B. Sá, Wagner Nascimento e Wilson Cunha. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o Senhor Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente da Comissão, que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, debate sobre "A SDR e os Desafios dos Desequilíbrios Inter-Regionais", com a presença do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Em seguida o Senhor Presidente destaca a presença do Dr. Eliezer Menezes, Superintendente Adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, e do Dr. Paulo César Batista, Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O Senhor Presidente convida os Senhores Ministro Ângelo Calmon de Sá e Dr. Paulo César Batista, para tomarem assento à mesa e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras. Ato contínuo, o Senhor Presidente faz elogios à pessoa e ao trabalho do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, passando a palavra ao mesmo. Concluída sua exposição, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Amazonino Mendes, Esperidião Amin, Vicente Fialho, Oswaldo Coelho, B. Sá, Wagner Nascimento, Marluce Pinto, Pinheiro Landim e Wilson Cunha. Terminada à fase

de interpelações, o Senhor Presidente destaca a presença do Senhor Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão Mista destinada a reavaliar os Incentivos Fiscais e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras que faz comentários a respeito da exposição do Senhor Ministro e informa sobre a próxima reunião à realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 21 de maio do corrente ano, às 10:00 horas, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, para debate sobre "Desigualdades Regionais no Brasil", com a presença do Dr. João Paulo dos Reis Velloso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, dos Senhores Parlamentares e demais presentes, encerrando a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS; DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Alvares
Relator: Senador Beni Veras.
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Republicada por ter saído com incorreções

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Vamos dar início à nossa reunião. Quero registrar a presença do Dr. Eliezer Menezes, Superintendente-Adjunto da Sudene, do Diretor Paulo César Batista, Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Regional e também do Dr. Mauro Parente, Secretário da Codesul.

Nesse instante damos a palavra ao Senador Beni Veras, S. Exª tem sido um grande entusiasta desta Comissão e é altamente dedicado a esse problema, para proferir as palavras inaugurais.

O SR. BENI VERAS — Em princípio, quero agradecer a gentileza, e presteza com que o Sr. Ministro de Assuntos Regionais atendeu ao nosso convite, para vir a esta Comissão, assim como realçar a preocupação a respeito desses problemas, demonstrar a oportunidade que tivemos com S. Exª e no Ministério.

É bom que se tenha criado a Secretaria de Desenvolvimento Regional com uma pessoa com o mesmo conhecimento, experiência, e a vivência dos problemas regionais, que é o Ministro Calmon de Sá. Isso nos dá muita confiança e a certeza de que podemos ter num interlocutor adequado, para tratar desses problemas, que, de fato, são muito sérios.

Não se pode esconder que o País tem desigualdades gritantes, tanto assim que existe essa Secretaria com a finalidade de melhorar essa condição. Com isso tudo pode-se realçar que a política governamental executada até hoje não foi capaz de reduzir substancialmente as diferenças regionais, a tal ponto que o País hoje é capenga, do ponto de vista de renda, possibilidades e oportunidades de sua população.

Preocupa-nos muito essa situação, ao País inteiro, creio. É muito boa esta oportunidade de poder discutir com o Sr. Ministro e ter a sua visão desse problema, não só porque S. Exª o conhece bem, como também tendo à frente uma gestão, que esperamos seja profícua e que poderá gerar e exercitar políticas que poderão, sem dúvida, reduzir essas desigualdades.

O Sr. Ministro tem condições para isso, tem a nossa esperança, a nossa confiança e a sua presença aqui nos dá a oportunidade de examinarmos juntos as suas idéias a suas intenções relacionadas a estas questões.

Sr. Ministro, desejo a V. Exª muito boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — O Ministro Ângelo Calmon de Sá, formado em Engenharia Civil e em Engenharia de Petróleo, com administração financeira, foi Ministro da Indústria e Comércio de 1977/79; Presidente do Banco do Brasil; Secretário da Fazenda da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. No setor privado, S. Exª exerceu também funções relevantes, destacando-se a de Diretor-Presidente do Banco Econômico S.A., além de ter chefiado várias delegações econômicas do Governo brasileiro no exterior. É detentor de 26 títulos e condecorações nacionais e internacionais.

Esta é a apresentação oficial do Ministro Ângelo Calmon de Sá. Mas eu gostaria, dentro de um enfoque especial, de assinalar que me sinto muito feliz de, neste momento, ter o Ministro Ângelo Calmon de Sá como palestrante, porque quando no exercício do Governo do Estado do Espírito Santo, recebi de S. Exª todo apoio e incentivo, integrando um governo, onde se destacava a figura exponencial do Presidente Ernesto Geisel, que foi talvez o Presidente que dividiu o meu Estado em duas fases, antes e depois de Ernesto Geisel. O Ministro Ângelo Calmon de Sá sempre prestou ao Espírito Santo e aos seus pleitos toda sua simpatia, toda sua inteligência.

Então, nesse instante, quero reiterar aqui, de público, a minha admiração e o meu apreço pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá e ter a certeza e a convicção de que o Presidente Fernando Collor de Mello vai ter neste Ministro, que tem a responsabilidade hoje de conduzir os destinos do desenvolvimento regional, um colaborador à altura, brilhante, inteligente, moderno nas idéias e, sobretudo, perfeitamente identificado com as aspirações sociais e políticas de todas as regiões brasileiras.

Portanto, a partir deste momento, teremos a oportunidade de ouvir sua palestra, subordinada ao tema, Secretaria do Desenvolvimento Regional e os desafios do desequilíbrio inter-regionais.

Com a palavra o Ministro Ângelo Calmon de Sá.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares, Sr. Relator, Senador Beni Veras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Srªs, meus Srs.; inicialmente, eu queria agradecer aqui as palavras bondosas proferidas pelo Senador Beni Veras e pelo Senador Elcio Alvares que, realmente, estão vendo em mim qualidades que acho que não as tenho.

Gostaria de, nesse nosso depoimento aqui nesta, na Comissão — que considero extremamente importante — dividi-lo em algumas partes.

Na primeira, gostaríamos de abordar aquilo que no fundo todos sabemos, mas de uma forma sucinta, o que chamarei de as evidências do desequilíbrio. Todos sabemos que o pro-

blema dos desequilíbrios regionais tem sido um dos fenômenos econômicos mais estudados da economia brasileira, desde a época da criação do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, das superintendências regionais de desenvolvimento e da elaboração do relatório do grupo que trabalha para o desenvolvimento do Nordeste, para citar apenas a história mais recente.

A despeito disso, considero que não é ocioso fazer uma apreciação preliminar das dimensões e natureza dessas disparidades, de sorte a realçar as dimensões que considero mais relevantes e que orientarão parte das sugestões e medidas no decorrer da minha exposição.

Os indicadores dos desequilíbrios inter-regionais, segundo a minha visão, podem ser classificados em dois grandes grupos: o econômico e o social. No campo econômico, as três regiões menos favorecidas do País, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, embora participem com 39,5% da população nacional, portanto, 40% da população nacional, contribuem com menos de 1/4, ou seja, menos de 25% do PIB nacional.

O emprego e a renda dessas regiões, por seu turno, são significativamente dependentes do setor rural e de serviço. Essa estrutura, como veremos, tem severas implicações na participação desproporcional, na qualidade do emprego gerado e até mesmo no potencial de seu crescimento.

A produtividade agrícola dessas regiões é significativamente inferior à média das regiões mais favorecidas do País. O Nordeste, por exemplo, onde esse fenômeno é mais expressivo, apresenta produtividade para o milho correspondente apenas a 21% da média nacional. Para o algodão, o arroz, o feijão e a soja, esse indicador é de apenas 24, 62, 64 e 77%, respectivamente.

No campo social, no tocante a essas disparidades, foi observado pelo Professor Hélio Jaguaribe que a pobreza nacional tem uma clara dimensão setorial e espacial. Especialmente, ela se concentra no Nordeste brasileiro, em relação ao qual destaco as seguintes constatações. O nordestino vive em média quase 11 anos menos do que o brasileiro do Sudeste.

A mortalidade infantil nordestina, cem por mil, em 1987, é quase duas vezes a do Sudeste. A ligação de água à rede, 47,6% no Nordeste, é quase a metade da verificada no Sudeste. A taxa de alfabetização, 61,9% representa apenas 70% da observada no Sudeste.

O Nordeste concentrou, em 1985, 46,6% das famílias pobres — 5 milhões de famílias, e 56,5% das famílias em condições de miséria do País — 2,7 milhões. Isso significa que vivem no Nordeste, 25 milhões de pobres, o que supera a população de todos os países da América do Sul, exceto a Argentina.

A zona rural nordestina detinha 78,6% do total de famílias pobres rurais do Brasil, o equivalente a quase 3,7 milhões de famílias ou 19 milhões de pessoas. No caso da Amazônia, a baixa densidade demográfica torna expressiva a concentração populacional e de miséria em centros como Manaus e Belém, com repercussão negativa sobre a qualidade de vida.

No Centro-Oeste, o intenso fluxo migratório e a mecanização da agricultura geraram a favelização da periferia de cidades como Campo Grande, Cuiabá e Brasília. Em 1970, 73% da população da região estavam nas áreas rurais e, atualmente, mais de 70% dos habitantes encontram-se nos centros urbanos que não têm condições de ofertar empregos em número adequado.

Vamos agora fazer uma avaliação do que houve de desempenho econômico mais recente dessas regiões: nos últimos

26 anos, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm apresentado taxas de crescimento equivalentes ou superiores as do país e restante do Brasil, como evidência de capacidade de resposta aos estímulos das políticas governamentais.

Aí, vemos as taxas de crescimento nos diversos períodos, 60/70, 70/80, 80/86, onde vemos que, realmente, o Brasil, como um todo, nesse período, tem taxa de crescimento, principalmente na década de 70/80, 80/86, inferior ao crescimento, por exemplo, do Nordeste, em relação também ao crescimento do Norte, principalmente e do Centro-Oeste.

Esse relativo sucesso no campo econômico, contudo, não se refletiu em proporcional melhoria das condições sociais dessas regiões que, em geral, ainda estão muito distantes das condições prevaletentes nas regiões mais favorecidas, como tive oportunidade de demonstrar.

Segundo as análises que têm sido feitas, essa desproporção entre a evolução dos indicadores econômicos e sociais decorreu do modelo de crescimento do Nordeste, particularmente devido à prioridade conferida à implantação de infraestrutura econômica, como forma de induzir a expansão das atividades privadas, portanto, implicando menor prioridade da infra-estrutura social.

Implantação de indústrias e empresas agrícolas modernas ou mais intensivas de capital e tecnologia devido a necessidade de competir no mercado interno, sem proteções alfandegárias que, por outro lado, implicam redução da oferta de emprego e desarticulação de atividades tradicionais.

Adotou-se ainda nessas regiões, particularmente no Nordeste e Amazônia, modelo nacional de substituição de importações. O Centro-Oeste destacou-se, ainda, pela expansão da fronteira agrícola com base nas exportações. O Nordeste pela montagem de um parque industrial e a Amazônia pela abertura de novas frentes de ocupação.

Esse processo de crescimento, contudo acentuou as dependências dessas regiões com relação aos mercados de insumos e de produtos do Sul e Sudeste, buscando os mecanismos para evasão não visível de parte dos recursos, como decorrência das políticas governamentais.

Em termos de perspectiva futura do desequilíbrio, o processo que aí está tem a tendência de aprofundar nesse desequilíbrio. A relativa melhoria dos indicadores, em especial do Nordeste, não reproduz o agravamento das disparidades intra-regionais e do agravamento do grau de miséria dos segmentos mais vulneráveis e a disseminação da pobreza que produz seqüelas, pressiona o Estado para ampliação mais aberta dos serviços sociais em nível superior à capacidade do estado em mantê-lo.

É primordial o estabelecimento de ação governamental planejado adequadamente e conduzido com consequência a promover mudanças estruturais na realidade que se apresenta. Para tanto, entendemos fundamental, a consciência de que os problemas sociais brasileiros não decorrem da realidade preexistente, mas do próprio processo de crescimento econômico, não balizado para a promoção da distribuição dos seus benefícios.

O entendimento que as questões relativas a expansão da miséria e pobreza independem do atual quadro recessivo, provindo de casos que devem ser discutidos de forma ampla no quadro nacional.

A apreciação de forma conjunta da retomada do crescimento de forma ambientalmente saudável e do quadro social existente como componente de processo único. A consideração de que o encaminhamento de ações, o estabelecimento

de instrumentos direcionados para regiões mais carentes ou para segmentos sociais mais vulneráveis não constituem privilégios dessas regiões e populações, mas compromisso da sociedade com seus valores nacionais e éticos. A compreensão de que, menos sob essa ótica, os resultados econômicos obtidos pela execução de políticas de cunho compensatório, resultam mais positivamente para as áreas que compreendem maior dinamicidade econômica.

A percepção de que a sociedade caminha para a equalização das disparidades mediante o equilíbrio para baixo, em termos dos indicadores sociais regionalizados, através das migrações das áreas deprimidas, direcionadas para aquelas mais dinâmicas com adensamento das periferias carentes, desestruturadas e sem oportunidades de emprego, que cercam cada vez mais e mais fortemente os centros urbanos.

Gostaria de destacar esse aspecto porque diria que, felizmente, de um lado, e infelizmente, de outro, acho que esse fenômeno que se acentuou nos últimos 10 anos no País, ou seja, o que eu chamaria a favelização das grandes metrópoles do nosso País, inclusive de São Paulo, por essa migração, acho que está servindo de fato para despertar uma consciência maior nos centros desenvolvidos de que o processo de desenvolvimento, a grande retomada de desenvolvimento tem que ser desconcentrada. Se não desconcentrarmos a retomada de desenvolvimento neste País, só iremos agravar os problemas que já temos, e outros que começam a ser problemas que incomodam os grandes centros desenvolvidos.

Há dois dias, li um artigo de um professor da Universidade de São Paulo, publicado, se não me engano, na *Folha de S. Paulo* ou no *Estado de S. Paulo*, onde ele exatamente dizia o que acabei de dizer, e a razão que ele defendia era essa: não vamos nos iludir. Se cuidarmos de promover a retomada do desenvolvimento de forma mais acelerada nos centros mais desenvolvidos do País, vamos agravar de uma forma violenta os problemas que temos em torno das grandes cidades.

Acho que essa é uma realidade que tem que ser dita, repetida, repetida "n" vezes, para que não se entenda que o privilégio aparente concedido às regiões menos desenvolvidas é em detrimento do interesse nacional. Ao contrário, é na linha do grande interesse nacional. É isso que temos que ter presente. Não há como não cumprir aquilo que existe na Constituição. O Congresso, há muito tempo, já despertou para essa necessidade. Colocou-se na Constituição de 1988 uma série de dispositivos que claramente privilegiam as regiões menos desenvolvidas do País, com o objetivo de melhorar os indicadores sociais dessas regiões.

Acho que isso tudo tem que ser colocado em prática e entendido como uma política de interesse nacional. Não é uma política de interesse regional.

Esse ponto não vou cansar de repetir, porque considero que infelizmente ainda existem até cabeças importantes, pensantes, no meio empresarial e mesmo na área do Governo de alguns Estados desenvolvidos que ainda não entenderam que é no interesse deles próprios que se tem que fazer a retomada de desenvolvimento nos grandes investimentos de área social, com preferência nas regiões menos desenvolvidas.

Que a discussão é o encaminhamento de prioridade se dêem, portanto, com plena participação do conjunto da sociedade, envolvendo, em todos os aspectos, o Poder Legislativo, no estabelecimento de ações planejadas com objetivos de médio e longo prazos, com garantia de permanência essencial à promoção das mudanças desejadas. A redução das desigual-

dades se constitui no melhor caminho para alavancar a retomada da economia. Que o resultado desse esforço não pode ser creditado a uma região, por mais que ela se beneficie dos resultados, ou a segmentos sociais e economicamente mais carentes, mas ao conjunto da sociedade, que poderá estabelecer padrões dignos de qualidade de vida para o conjunto de sua população.

As nossas estratégias: gostaria de iniciar dizendo que quando o Presidente Fernando Collor de Mello mandou me chamar para ter uma conversa com ele, de antemão já sabia que seria para me apresentar um convite. Confesso a V. Ex^a que entendia que não ia ser muito fácil não aceitar a convocação do Presidente, em que pese todos os problemas que isso me criaria.

Na minha conversa com o Presidente Collor, ficou muito claro para mim que não haveria realmente nenhuma condição de eu não aceitar o convite de Sua Excelência. Como, aliás, foi mencionado aqui tanto pelo Senador Beni Veras como pelo Senador Elcio Álvares. Dizia-me o Presidente que considerava que nos dois primeiros anos de governo, a sua sensibilidade dizia que ele não teria feito pelas regiões menos desenvolvidas do nosso País tudo aquilo que gostaria de fazer.

Ele acreditava que colocando uma pessoa como eu, que conhecia a região Nordeste, a Amazônia menos, mas que também conhecia, e a Centro-Oeste, mas principalmente que conhecia os mecanismos de funcionamento de governo naquelas regiões e os próprios mecanismos de funcionamento da máquina governamental, que seria essencial esse entendimento meu para que a ação do Governo se fizesse de acordo, efetivamente, com as diretrizes que ele vinha dando. Por que essa preocupação?

Todos nós sabemos, como sabem aqueles que tiveram experiência da máquina do Governo Central, que, se não houver um gerenciamento diário daquilo que é prioridade para as regiões menos desenvolvidas, o rio vai correr para o mar.

É uma luta cotidiana, não porque as pessoas tenham alguma prevenção contra essas regiões. É porque a demanda das regiões mais desenvolvidas em cima da área de governo é sempre maior. Então, se a coisa correr naturalmente não vamos nunca resolver o problema das disparidades regionais.

Então, disse ao Presidente, como disse aqui hoje. Talvez não tivesse todas as qualidades que ele dizia que eu tinha, mas que podia ficar tranquilo porque tinha uma qualidade que eu, com falsa modéstia, diria que tenho. Eu disse: — Presidente, sou um bom gerente, e V. Ex^a verá que vou gerenciar de fato a ação do seu Governo, dentro da diretriz que V. Ex^a está estabelecendo de prioridades para o desenvolvimento das regiões mais carentes.

O Presidente forneceu-me uma diretriz muito clara de que o desenvolvimento teria que ter uma característica nova, uma distribuição espacial melhor porque também tínhamos problemas inter-regionais. Somente com o desenvolvimento espacial, distribuindo, portanto, pela região o processo de desenvolvimento e fazendo-o de uma forma integrada, ou seja, coordenando a ação de todos os ministérios setoriais na promoção desse desenvolvimento, seria possível, realmente, se resgatar, pelo menos parcialmente, essa grande dívida social que o País tem com as regiões menos desenvolvidas.

Então, essa é a espinha dorsal da forma em que a SDR vai atuar. Logo que assumi, procurei inteirar-me do que estava sendo feito, e o próprio Presidente havia me recomendado que analisasse com cuidado os planos que tinham sido elabo-

rados nesses dois anos de Governo, visando agora uma ação mais dinâmica. Entre eles, destaco o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, ambos documentos concluídos, que brevemente, inclusive, serão submetidos ao Congresso Nacional. Também o aproveitamento, um estudo para aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste, elaborado inclusive pela Sudene, e também um Plano de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste, um assunto que interessa muito a todos os governadores.

Mas, o que ficou muito claro, dentro da diretriz do Presidente, é que o maior esforço nosso seria de articulação, coisa que todos sabemos que está mais do que arraigada nas idéias do Presidente, tendo em vista o próprio seminário que acaba de ser realizado neste último fim de semana com todos nós, que foi, mais do que tudo, um seminário de articulação.

Essa, na minha opinião, Srs. Congressistas, é a grande novidade da ação no desenvolvimento regional: é a articulação. Nós todos que estamos aqui nesta sala, principalmente os Srs. Deputados e Srs. Senadores, sabemos que nunca foi o forte da ação do Governo, nem federal, nem estadual, nem municipal, uma articulação. Por isso, temos obras inacabadas, obras que, às vezes, ligam o nada ao nada. Quer dizer, não houve, no passado, uma verdadeira articulação. E o que sentimos, hoje, é que talvez a crise nacional, a falta de recursos tenha tornado mais evidente que não há como se gastar o dinheiro público sem ser de uma forma racional, porque o dinheiro é pouco.

Então, diria que uma das principais ações nossas junto a todos os Ministérios setoriais que atuam nas regiões, em conjunto, articulada, inclusive, numa articulação que estamos envolvendo o Congresso, e evidentemente os governadores estaduais, é de racionalizar as nossas ações, e fazê-lo de um forma integrada. Já existem exemplos palpáveis dos benefícios de se priorizar, por exemplo, concluir obras inacabadas. Afinal de contas, existem centenas de milhões, para não dizer, bilhões até de dólares, de obras inacabadas em todo o nosso País. Isso é um capital que a sociedade, através do Governo, investiu sem retorno. Obra inacabada nenhum benefício traz à população, seja uma barragem, seja um projeto de irrigação, seja uma estrada, seja uma ponte, seja uma escola, seja um hospital, tudo, enfim, que não foi investido, pois o Governo dispendeu o recurso que arrecadou junto à sociedade e não transferiu nenhum benefício à sociedade com a aplicação desses recursos.

Então, tenho dito que a arrancada, a retomada do nosso desenvolvimento será muito mais rápida e muito mais forte do que o que se imagina, na medida em que a gente aja com racionalidade, investindo nesses projetos que estão inacabados, porque para um capital de dez vamos propiciar bens ou benefícios à população equivalentes a cem. Já se investiu sete, oito, nove, dez vezes mais do que vamos precisar investir agora para concluir a obra.

Vou citar um exemplo concreto que tenho citado a inúmeros Deputados: o Ministro Antônio Cabrera já colocou no seu orçamento deste ano, e está dando prioridade absoluta, à conclusão de 23 obras de irrigação no Nordeste, obras todas com mais de 80% executadas, com centenas de milhões de dólares que foram investidos e que não estão gerando absolutamente nada de benefícios hoje. Algumas delas, inclusive, paralisadas por falta de recursos. Essas obras já estão sendo retomadas e dentro de 12 meses, praticamente, todas estarão concluídas, colocando à disposição do Nordeste, mais cem mil hectares de área irrigada.

Então, não há, portanto, correlação direta entre o que o Governo vai investir agora e o benefício que vai propiciar evidentemente à região. E, assim, eu citaria inúmeros exemplos de obras que precisam ser concluídas. Além disso, além dessa conclusão que é óbvia, as prioridades terão que ser discutidas com os Srs. Congressistas, com os governadores e com os Ministérios para aplicação dos recursos. Eu, tendo recurso no Ministério, pode ser que haja uma obra que é mais prioritária no Ministério da Saúde, seja no Amazonas ou Nordeste. Agora, por exemplo, tenho um caso concreto que posso aqui citar.

O Ministro Adib Janete, na sua exposição no seminário, mostrava que a malária ainda é um problema no Brasil, principalmente na Amazônia e que é preciso se erradicar a malária — como se erradicou do resto do País. Ele mostrava que há uma concentração no fenômeno da malária em Rondônia, principalmente na região de Ariquemes, e que há uma necessidade de se concluir um canal onde há falta de recursos e precisa da mobilização de sete bilhões de cruzeiros apenas.

Imediatamente, o Ministro Ricardo Fiúza e eu nós dispusemos a utilizar uma parcela de recursos dos nossos orçamentos para permitir, junto com o Ministério da Saúde, concluir essa obra. É obra que tem prioridade nacional óbvia. Ainda temos centenas de milhares de casos de malária no País, é uma vergonha e não podemos admitir que temos isso no País.

Então, há essa articulação, esse entendimento, essa racionalidade, vai realmente fazer com que o Brasil seja um Brasil diferente, a ação do Governo vai ser diferente. Tenho dito, e gostaria de repetir aqui nesta Casa, que todos os Deputados e Senadores que estiveram no meu Ministério — já recebi cerca de 180, entre Deputados e Senadores — e não encontrei um só, um só que não entendesse a necessidade dessa racionalidade, de se estabelecer prioridade, de cada um estabelecer as prioridades em relação as suas emendas coerente, realmente, com os interesses nacionais. Já que não temos recursos para fazer tudo, temos que fazer esse exercício.

Então, entendo que essa ação conjunta e articulada e racional, vai permitir, sem dúvida alguma, que esse problema da desigualdade regional, possa, definitivamente, começar a ser resolvido de uma forma mais acelerada. Nós todos sabemos — principalmente em relação ao Nordeste — o que deve ser feito. Em matéria de estudo, de análise e de diagnóstico, acho que não existe nenhuma região mais estudada na face da terra do que o nosso Nordeste. Nem por isso, nós conseguimos, realmente, resolver todos os seus problemas.

O exemplo típico é a área de recursos hídricos, onde nós sabemos que hoje, por exemplo, o Estado do Ceará fez um trabalho que a Sudene agora está estendendo a todo o Nordeste, de identificar a real possibilidade de recursos hídricos do Estado e de todos os municípios. A conclusão a que chegamos é que o Nordeste tem água demais, tem água à vontade e o que precisa é saber armazená-la, armazená-la nos pontos corretos de uma forma distribuída e vamos eliminar todo o sofrimento quando o fenômeno da seca ocorrer. Nós não vamos impedir que a seca ocorra — ela é um fenômeno natural —, mas temos condições, sem dúvida alguma, de tecnologia e até diria de recursos para, não instantaneamente, mas dentro de um programa, eliminar toda a aflição que se verifica no Nordeste com o fenômeno da seca.

Então, penso que, como eu disse, a crise veio nos ensinar que temos que ser racionais mais do que nunca e que essa

mudança de mentalidade está ocorrendo em todos os segmentos da sociedade.

A nossa preocupação maior é exatamente mobilizar tudo o que for possível nesse processo de eliminação das desigualdades regionais. Sabemos que essas regiões hoje têm, inclusive, recurso destinado a elas, de forma constitucional, que são recursos importantes, os fundos que os Srs. Deputados e Senadores colocaram na Constituição para o Centro-Oeste, para o Nordeste, para a Amazônia. Além disso, temos os recursos dos incentivos fiscais, no caso do Nordeste e no caso da Amazônia. Temos de fazer um uso o mais racional possível dos recursos orçamentários da União, junto com os recursos dos fundos, e com os recursos dos Estados e dos Municípios.

Existem hoje — dois planos já bem claros em relação à Amazônia e ao Nordeste, e no caso do Centro-Oeste, temos dois programas — não temos um plano completo — que terão repercussão, sem dúvida alguma, naquela região, como o Plano Flora e o Prodeago, que são projetos que contam, inclusive, com a participação de financiamentos do BIRD, que vão dinamizar, um, especificamente, Rondônia, e o outro, a área de Mato Grosso. Mas a nossa maior preocupação é no sentido de que tenhamos um programa de ação coerente com esses planos maiores, com o próprio Plano de Desenvolvimento Regional Integrado; com o Plano Plurianual, com Plano de Reconstrução Nacional, mas que seja um programa de ação em que se possa mostrar, daqui para o final do Governo do Presidente Collor, que ações vão ser implementadas, coerentes com esses objetivos maiores de longo prazo, mas que comecem, de imediato, a dar resultados palpáveis.

Nesse período, mais do que qualquer outro, a prioridade tem de ser estabelecida com muito cuidado, avaliada, reavaliada para que possamos, com o mínimo de recursos, promover o máximo de benefício para as sociedades dessas regiões menos desenvolvidas. Dentro disso há, obviamente, áreas em que vemos que isso é gritante. Como citei, concluir obras que estão inacabadas. Nada vai dar um dividendo maior as sociedades onde estão essas obras, seja um hospital, seja uma estrada, seja uma barragem, seja um projeto de irrigação, do que aplicarmos os recursos naquilo que é natural se aplicar pela resposta que vai proporcionar. Além disso uma preocupação de que as ações novas sejam desenvolvidas de forma integrada, para exatamente evitar que façamos o hospital num lugar, a escola em outro, a estrada em outro, a barragem de água em outro e, no final, não façamos nada para ninguém. Então, a ação terá de ser integrada. Essa é uma preocupação nossa. E deveremos ser realistas.

Tive ocasião de, conversando com a Senadora, ouvir de S. Ex^a um problema típico, que eu coloquei, inclusive, no seminário de articulação. Não podemos pretender integrar Boa Vista com São Paulo, porque o saco de cimento nacional lá custa 21 mil cruzeiros, e o que vem da Venezuela custa 4. Vamos integrar Boa Vista com quem? Com São Paulo, com Belém, ou vamos integrar com um país vizinho, o que vai criar condições naturais de desenvolver aquela região? São coisas óbvias. Temos de dar prioridade a uma estrada que liga, evidentemente, Boa Vista ao país vizinho. Procurar fazer uma estrada que ligue Boa Vista a São Paulo, ou seja lá a que cidade for, não vai funcionar. Temos de ser racionais nas nossas decisões e verificar o que vai dar mais retorno para as populações que lá vivem, e gerar mais oportunidades de empregos, dar melhores condições sociais. E a ênfase maior da ação da SDN — todos podem imaginar, porque o instrumental que temos na nossa mão é muito mais do desenvol-

vimento econômico, são os incentivos fiscais, até os próprios fundos — vai ser a de uma articulação maior com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação. Porque se não educarmos o nordestino e o homem da Amazônia e do Centro-Oeste, não vamos nunca resolver os problemas dessas regiões. Temos realmente de fazer um esforço maior nessa área social, que é a nossa maior preocupação.

Em relação, por exemplo, aos incentivos, a nossa maior preocupação, hoje, é aquilo que já foi defendido em outras Comissões, aqui nesta Casa. Temos de compatibilizar os projetos de incentivos aprovados com o fluxo que temos de incentivos. Porque não podemos criar o que eu chamo de ilusões para os empresários, aprovando um volume de projetos com um volume de incentivos que não é compatível com o fluxo de recursos. Então, o que temos de fazer? Temos que procurar, primeiro, aumentar o fluxo de recursos. Esse é um primeiro esforço que podemos fazer.

O outro, que é algo a que muitas pessoas se referem, e de que se queixam, seria, digamos assim, o fluxo de recursos do contribuinte chegar até à instituição que o administra; esse fluxo não estava sendo movimentado com a agilidade que deveria ser, até prevista, inclusive, em lei. Esse assunto já está superado, tivemos um entendimento com a área da economia a esse respeito.

É um aspecto também importante, o da compatibilização entre os recursos dos Fundos de Incentivos Fiscais e os projetos que aprovamos; até porque precisamos continuar a aprovar projetos, mas não temos o direito de gerar expectativas junto aos empresários que não possamos cumprir. Essa é uma preocupação que temos em relação ao problema da desigualdade regional, na qual, fatalmente, sabemos, a iniciativa privada vai exercer, como exerceu até agora, um papel fundamental; e os fundos de incentivos, que são o instrumento mais válido de estímulo à iniciativa privada, têm de ser administrados de uma forma que não crie, evidentemente, desgastes nem problemas para os empresários.

Os outros fundos que também são colocados à disposição do setor privado, vamos da mesma forma que os incentivos, procurar dirigi-los para aqueles projetos que tenham maior impacto, obviamente, em uma região. Por exemplo, não há a menor dúvida que vamos, para o Nordeste, destinar prioritariamente os incentivos fiscais, da mesma forma que já é feito dentro do Fundo Constitucional, pelo Banco do Nordeste, à irrigação. Entendemos que a irrigação terá, naturalmente, um papel enorme a desempenhar na região Nordeste para promover o tipo de desenvolvimento que queremos e que, como se diz, está mais do que evidenciado que é o adequado, que é o desenvolvimento no interior do Nordeste, através desses projetos de irrigação aos quais vão se atrelar, fatalmente, à agroindústria. Nessas áreas vamos promover, então, exatamente como eu dizia, um apoio integrado de todos os Ministérios, para que se leve a elas não só, evidentemente, o projeto de irrigação, mas a estrada necessária, a escola, o posto de saúde, o hospital, a comunicação, enfim, toda a infra-estrutura que permita que as pessoas comecem, de fato, a ficar no interior do Nordeste. Não em condições subumanas, mas sim junto a centros urbanos menores, que tenham toda a infra-estrutura social e que, portanto, permitam a fixação do homem, com o emprego, com a condição de acesso à escola para seus filhos, com o acesso à saúde, à habitação; e que, evidentemente, permitam que ele se locomova com facilidade na hora em que decidir viajar ou mandar a sua mercadoria para um grande centro de consumo.

No caso do Nordeste, a prioridade é clara, vamos tentar fazer o desenvolvimento principalmente com a irrigação. Essa é uma prioridade absoluta, é uma coisa que já existe na região, e há uma vantagem comparativa. Sei que muitos de V. Ex^{as} já leram nos jornais o que eu disse logo que assumi a Pasta. Há um estudo que foi feito há muitos anos no Nordeste, por uma instituição financeira inglesa, que dizia que no Nordeste poderiam ser feitas nove Califórnia, porque o Nordeste tinha mais água, solo melhor e mais sol. Quer dizer, tinha todas as condições. Sabemos que no Estado da Califórnia, que é o grande celeiro dos Estados Unidos, se produz, de determinados produtos, 95% do que é consumido no País. É um estado que tem hoje um produto bruto maior do que o do Brasil. A Califórnia tem um produto bruto de 550 bilhões de dólares, maior do que o do nosso País, e esses estudiosos diziam que no Nordeste existem condições naturais para se fazer 9 Califórnia. Se as fizéssemos iríamos chegar perto do produto bruto dos Estados Unidos. Não pretendemos tanto, queremos apenas começar uma Califórnia no Nordeste. Se fizermos isso já teremos dado um grande passo para que outros continuem nesse esforço e de fato possamos fazer tudo que imaginamos que se pode fazer no Nordeste.

Amazônia, todos nós sabemos, é a nossa maior preocupação, e está aqui, diante de mim, o nobre Senador Amazonino Mendes, que na minha primeira visita ao Senado dizia-se preocupado com o que poderia ocorrer com a Zona Franca de Manaus, em função da reforma tributária e de uma série de medidas de abertura da nossa economia. Não posso deixar de reafirmar que, gostem as pessoas ou não, a Suframa ainda é hoje um instrumento fundamental, é uma âncora para o desenvolvimento daquela região; e se ela não tivesse sido construída a situação da Amazônia e, em particular, do Estado do Amazonas, seria incomparavelmente pior. Sabemos que cerca de 90 a 95% da arrecadação do Estado provém da atividade da Suframa. Penso que para o desenvolvimento da Amazônia uma premissa que tem que ser estabelecida é que o Governo e esta Casa não podem deixar, de todas as formas, de lutar para que a Suframa seja preservada tal como ela é e até fortalecida como um instrumento fundamental dentro do processo de redução das desigualdades. É claro que a Suframa em si não resolve o problema da desigualdade regional, mas ela é um instrumento fundamental. Vamos ter que encontrar outros tipos de ação, como a que mencionei, para tentar integrar essas áreas que estão ligadas aos países nossos vizinhos, para promover o seu desenvolvimento. As zonas livres de comércio vão ter um papel importante nos estados periféricos, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Mas tenho que reconhecer que a Amazônia ainda tem muitos mistérios para todos nós. Tenho aprendido muito com o Senador Amazonino Mendes, que tem conversado comigo, mas sinto que não é fácil equacionarmos o processo de desenvolvimento dessa área de uma forma mais equilibrada e que de fato atinja a todas aquelas populações mais pobres, que, no caso da Amazônia, estão muito mais dispersas do que do Nordeste, onde a concentração é muito maior. É uma ação mais difícil; uma das sugestões que o próprio Senador me apresentou foi que tentássemos desenvolver a agricultura das várzeas, que foi uma coisa que já se fez no passado, mas que se deixou de fazer, como uma maneira de ocupar o homem que já está naquelas regiões mais distantes. Sabemos todos os problemas complexos que existem na Amazônia, inclusive os dos meios de transporte, porque apesar de toda água que sabemos que existe na Amazônia, facilitando o trans-

porte fluvial; há épocas do ano em que esse transporte fica impedido de chegar a determinados locais, porque a água simplesmente baixa e não há como se locomover durante esse período. É uma região bem mais complexa, mas temos que propor ações, sem dúvida alguma hoje acopladas ao famoso problema ecológico e ambiental, para desenvolvê-la. Há um estudo que já está sendo feito, que é o mapeamento econômico/ecológico de toda a região Amazônica, que vai permitir que se possa estabelecer uma estratégia de desenvolvimento mais coerente com os espaços daquela região.

Em relação à região Centro-Oeste, esta é, de todas as três regiões, aquela onde talvez seja mais fácil equacionar as dificuldades; onde talvez a intervenção do Governo seja menor, porque é uma região com condições naturais de tal forma atraentes e favoráveis, que um empurrão do Governo, a criação de um pouco mais de infra-estrutura, tanto social como econômica, vão levar o progresso a ela com muito mais facilidade, até mesmo pela sua proximidade dos grandes centros.

Mas gostaria de insistir novamente, quando estou já por encerrar o meu depoimento, naquilo que entendo, e já disse aqui, ser fundamental. Nós — e peço realmente isso aos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes — temos que, nesses próximos anos, de fato empreendemos uma ação para tentarmos reduzir essas disparidades de uma forma extremamente racional. Os recursos não são muitos; todos nós sabemos da dificuldade de obter recursos, mas tenho absoluta certeza de que se existir articulação, coordenação, racionalidade nas nossas ações, onde o papel de V. Ex^{as} é fundamental, isso se torna possível. No caso da nossa SDR, o seu orçamento, que é, fora dos incentivos, expressivo, pode-se dizer, que todo o destaque foi feito pelos Deputados e Senadores. Preciso mais do que nunca do apoio de V. Ex^{as} nessa racionalidade; de que tenham a compreensão de que muitas vezes vão ter que abrir mão de uma obra em favor de outra, de V. Ex^{as} mesmos, ou até de um outro companheiro, porque aquela obra é mais importante para aquelas comunidades pobres do que uma outra que foi proposta. O exercício dessa racionalidade em relação ao nosso orçamento, eu já disse a V. Ex^{as}, não vou estabelecer sentado no meu gabinete: não vou fixar prioridade nenhuma, porque acho que não tenho o conhecimento total e absoluto das necessidades dessas regiões para poder dizer melhor do que V. Ex^{as} o que é preciso fazer lá. Mas acho que há que se ter um consenso, principalmente entre as Bancadas de cada Estado, do que de fato é prioritário, ouvindo também, evidentemente, os governadores, porque eles também aplicam recursos nessas obras. Esse exercício de racionalidade vamos ter que fazê-lo cotidianamente e aí é que apelo realmente a V. Ex^{as} porque só com isso vamos poder dar a essas áreas mais carentes o retorno que creio que podemos dar. Não tenho nenhuma dúvida em dizer aqui, tenho absoluta certeza de que nós todos vamos ser surpreendidos se na nossa ação tivermos como princípio básico a racionalidade e o atendimento dos interesses maiores das comunidades mais carentes dessas regiões. O resultado que vamos colher, a prazo relativamente curto, vai surpreender a todos nós. A melhoria não só dos indicadores sociais, mas do próprio processo de retomada do desenvolvimento nessas regiões vai ser de uma dinâmica muito acima daquela que todos nós esperamos. E é com esse apelo à racionalidade que encerro as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Queremos registrar o grande número de interpelantes inscritos pela Presi-

dência, o que demonstra o interesse pela palestra do Ministro Ângelo Calmon de Sá. E assinalar também para os Parlamentares de que a Presidência foi avisada que dentro de alguns momentos — e seremos avisados com antecedência — será iniciado o processo de votação dos vetos. A Presidência do Congresso me mandou um aviso solicitando que fiquemos atentos à votação. Porém como vai haver um debate antes, dirigirmos um apelo, sem qualquer pretensão de cerceamento do tempo, aos nobres interpellantes, para que sintetizassem as suas perguntas, porque assim todos teriam oportunidade de ouvir do Ministro Ângelo Calmon de Sá as respostas às perguntas que vão ser aqui formuladas.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, para interpellar o Ministro, ao Senador Amazonino Mendes. Depois falará o Senador Esperidião Amin.

O SR. AMAZONINO MENDES — Sr. Presidente, Sr. Relator e Sr. Ministro, creio que, antes de mais nada, devo fazer menção à grande tônica da exposição apresentada que, a meu ver, foi a racionalidade. Isso muito nos apraz. A par de outras colocações que entendo básicas, dentro dessa linha de gerenciamento que V. Ex^a elege como a qualidade maior, prestar serviços à nossa Nação através de sua pessoa.

Realmente, é inquestionável que o nosso País prima pelo desperdício de recursos, até por ações cumulativas de diversos órgãos que não se comunicam, estabelecendo uma espécie de caos. Isso é um mal nacional que tem se perpetuado ao longo do tempo.

Por outro lado, a nossa continentalidade, nossa diversificação geográfica, sociológica, econômica, sem falar do grande drama moderno das concentrações populacionais econômicas; criando todo esse desnivelamento com implicações muito mais graves, até com relação à integridade do território brasileiro. Diria a V. Ex^a que um dos males que temos é a mania de fazermos leis gerais; leis gerais para disciplinar relações sejam elas sociais, econômicas, enfim, jurídicas. O mesmo ângulo de visão dentro das diversas sociologias de comportamentos, economias etc. Para nós que somos das regiões mais pobres e sofridas, é muito fácil analisarmos e termos as nossas referências e colaborarmos. E como é permanente o sentimento de revolta em relação a tudo isso, ao caos, aos desacertos, à sistemática teimosia em relação aos problemas. Vou ousar dizer aqui, nesta Casa, fruto da minha experiência, embora modesta, mas experiência de ex-governador da região, ex-prefeito de Capital e hoje exerço este mandato no Senado, que é incrível a resistência, a tutela, é como se o povo dessas regiões subdesenvolvidas não tivesse condição de colaborar, de apresentar sugestões em relação ao seu destino. Em relação aos planos, tenho muito medo. Eles são elaborados debaixo de uma inspiração formada por conhecimentos adquiridos nas universidades americanas, européias etc., nos números frios e mentirosos dos livros — e o Brasil é um País que prima por não ter número, ninguém pode fazer nada porque ninguém sabe da nada; as informações, além de serem precárias, são defeituosas — e nos sujeitamos a esses planos. Não posso ter a veleidade de fazer uma incursão nacional nesta colocação que faço, aproveitando a brilhante presença de V. Ex^a. Mas, me permite tão-somente falar um pouco sobre a Amazônia, sintetizando tanto quanto possível, obcecando à orientação do nosso Presidente.

Sr. Ministro, a Zona Franca de Manaus é um modelo por que lutamos para que permaneça por absoluta falta de opção. A Zona Franca de Manaus foi inspirada, criada, para

desenvolver a Amazônia Ocidental, cerca de dois milhões, duzentos mil quilômetros quadrados. Criou-se até à época o conceito da Amazônia Ocidental. E o que foi que aconteceu? 99,8% da receita do Estado do Amazonas se concentra numa cidade-estado, como se fosse na Grécia antiga, uma cidade chamada Manaus, com o maior índice brasileiro de concentração de renda. A miséria grassou naquela cidade de tal forma e de tal sorte que, hoje — fui prefeito daquela cidade e sei — vejo que são necessários bilhões de dólares para que o povo tenha acesso ao mínimo de uma existência digna. Os ouvidos surdos às reclamações, às sugestões é um modelo meramente reflexivo da economia brasileira, porque é voltado para o consumo interno. E, já que no momento o nosso País procura sair ou implementar uma mudança radical com a abertura do seu mercado ou coisa que o valha, esse modelo de fato entra em colapso e apenas poderá sobreviver mercê da vontade política que em muito boa hora e com todo o nosso aplauso e admiração o Ministro demonstra, e em nível até de Presidente da República.

Sabemos que isto é apenas uma tentativa pálida para que não soçobremos de uma vez por todas. E o resto, os dois milhões e duzentos mil quilômetros quadrados da região que têm implicações de toda a sorte, de ordem estratégica, militar? Uma área dessas só pode ser nacional se for ocupada. Ela se transforma em res nullius em questão de átomo de tempo.

Não quero alongar-me porque termino fazendo um paralelismo. Mas vou citar um pequeno exemplo que sei que o Ministro conhece profundamente: a questão da borracha. Aquela região o Brasil ganhou por causa da borracha, e vem toda uma história, até 1912, quando houve a grande débâcle e fomos salvos, momentaneamente, em função das guerras mundiais.

Mas, toda aquela população da Amazônia Ocidental, da calha sul, do grande caudal do rio, é extrativista. Manteve aquela região para a nossa Nação, conquistou-a através do extrativismo, ao longo de dois ou dois e pouco séculos, e aquilo sobreviveu como parte brasileira.

Hoje, além da questão ecológica, que é uma outra atividade perversa, porque sofremos proibições e não temos definições nem alternativas, esses produtos originários do extrativismo sofreram aviltamento de preços no mercado internacional e ficou vazio. Mas o vazio absoluto. No entanto, estimamos naquela região mais ou menos cerca de uns dez milhões de hectares de várzeas que são irrigadas todos os anos normalmente. Recordo-me que, quando menino, nascido que sou no seringal, morando naquela região, éramos autossuficiente em milho e arroz, de feijão e até de café. Hoje não se encontra um pé de milho em lugar nenhum, não se produz um quilo de feijão, não se produz literalmente nada, porque simplesmente o móvel maior da economia que era a borracha acabou. E não se tomou conta, não se quis fazer absolutamente mais nada.

Entendo Sr. Ministro, que, além da defesa da Zona Franca de Manaus, teremos que desenvolver imediatamente dois projetos: um que custaria aos cofres públicos, segundo aos meus cálculos, apenas 18 milhões de dólares. Este projeto, pelos benefícios que imprimirá em toda a região é muito barato. Seria um projeto em prol da borracha e que na sua fase conclusiva obrigaria a novos comportamentos no que concerne a mercadologia da borracha.

E o segundo projeto não seria paliativo, mas, o definitivo. Seria um plano decenal para a ocupação da Amazônia, com base nas suas potencialidades econômicas, respeitando o que se conhece até hoje dos limites ecológicos. E poderíamos usar, ao invés de 10, 30 milhões de hectares de várzeas. O Brasil planta 50 milhões de hectares. E com índice de produtividade, com certeza, muito inferior ao desses 30 milhões de hectares de várzeas; com um custo de produção, a meu ver, muito superior ao que poderia ocorrer com esses 30 milhões de hectares de várzeas. É uma questão simples: os rios são navegáveis, perenes; a navegabilidade, vai até aos altos dos rios, em alguns verões, não todos. E, assim, poderíamos encostar na parede o mundo que nos reclama o respeito à floresta e exigirmos que agências de desenvolvimento mundiais, como no caso do Banco Mundial, BID e BIRD, para financiarem esse programa. É apenas uma questão de vontade política nacional. Eu falaria muito, mas peço desculpas pelo alongamento. Eu não poderia deixar de perder essa oportunidade.

Deixo de continuar a minha colocação, mas parabeno a V. Exª pela racionalidade, que foi a tônica da sua exposição. E sei que as minhas palavras aqui não serão palavras jogadas simplesmente ao esquecimento. Sei que V. Exª ouviu isso com muita seriedade. Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Quero assegurar ao Senador Amazonino Mendes que não só gostaria de recebê-lo mais uma vez na nossa Secretaria, mas inclusive receber — se ele tiver como disse — um esboço desse projeto em relação à borracha, formando alguma idéia mais precisa sobre o problema das várzeas. Mas diria inclusive a ele que a minha idéia é, até se for o caso, visitar a Amazônia mais uma vez na companhia do Senador, para irmos até a algumas áreas de várzeas onde pudéssemos pessoalmente constatar essa viabilidade e tentarmos, quem sabe, fazer um grande projeto para obter recursos nesses fundos que estão sendo criados em defesa da ecologia. Porque temos a compatibilização entre se desenvolver um projeto desse, preservando evidentemente a Amazônia.

Não tenho a menor dúvida que daremos toda a atenção às sugestões do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Concedo a palavra ao Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, desejo congratular-me com o escopo básico do depoimento de V. Exª, Sr. Ministro, e quero fazer três rápidos comentários tão objetivos quanto me é possível.

Aplaudir a sua idéia, o seu objetivo de lutar por desconcentração. Gostaria de pedir-lhe que resgatasse os arquivos do CNDU, órgão que sucedeu ao Conselho Nacional de Política Urbana, que prestou bom serviço ao País enquanto existiu o antigo Ministério do Interior. E nesse resgate, sugiro que determine algum assessor que procure conhecer e explorar uma linha de crédito do Banco Mundial que já beneficiou pelo menos dois Estados do Brasil; o meu e o Paraná, no financiamento a municípios de pequeno porte para dotar essas pequenas comunidades daquele mínimo de infra-estrutura para manter a população no local.

O meu Estado tem uma distribuição quase satisfatória da população, mas o fenômeno do êxodo rural também afeta a Estados que tiram o equilíbrio em função dessa urbanização. Essa sua prioridade é muito importante porque o Senador Amazonino Mendes falou, o que vale para Manaus, vale para

São Paulo, para o Rio de Janeiro onde já nos esquecemos quanto custa um centímetro de metrô.

Na minha conta antiga custava um mil e quinhentos dólares, ou seja, cento e cinquenta mil dólares o metro; cento e cinquenta milhões de dólares um quilômetro, seja municipal, estadual. Esta dívida, como foi a do Rio de Janeiro, está sendo assumida pela União, e é o País que está pagando. E paga porque existe ali deseconomia de escala. Essa palavra queria lembrar a V. Exª no momento em que V. Exª dá prioridade para a desconcentração.

Queria pedir-lhe também a atenção para a necessidade de um país que está quebrado, cujo poder público tem um poder de resolutividade baixíssima e a eficácia do que resolve é mais baixa ainda. Que V. Exª nos ajudasse, a todos os que estão engajados no ideal desta Comissão, complementando a Constituição, o que era o desejo original do Presidente da República, estabelecer um mecanismo atual para avaliar todas as renúncias de receita, incluindo incentivos fiscais, subsídios que vêm sendo empregados sem que haja uma verdadeira avaliação de custo-benefício.

Apresentei um projeto de lei neste sentido, que é apenas um começo desta idéia, mas entendo que V. Exª que está preocupado corretamente com as ilusões que são criadas pelos empresários, me preocupo também com outras lições que são criadas para o Governo que imagina que, com incentivos, esteja ajudando a diminuir desequilíbrios dentro de uma região. E a ilusão para o próprio povo que imagina que incentivo fiscal, subsídio, crédito subsidiado, renúncia fiscal qualquer vai ajudar a distribuição de renda. E isso não acontece, como o depoimento do Senador Amazonino Mendes comprovou. Há 20 anos existe a Suframa e a dependência é maior hoje do que antes da sua existência.

De forma que essas são as duas colocações que queria lhe fazer a par de oferecer a nossa solidariedade, a minha também, para que seja dada prioridade sempre à conclusão de obras.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Senador Espiridião Amin, quero apenas aduzir ao que foi dito que, em relação a esse programa de desenvolvimento urbano, quando Presidente do Banco do Brasil — tenho certeza de que o Senador se lembra — havia um programa grande que era o FDU e posso dizer que nós do Banco do Brasil financiamos muitas cidades médias por este País afora e ficava evidente a importância daquele tipo de trabalho para ajudar na fixação do homem naqueles núcleos urbanos do interior.

Ninguém pode questionar realmente o resultado desse tipo de política. E cito, como exemplo, naquela época em que estava no Governo, em 1974, a criação da Diretoria Regional do Banco do Brasil em São Paulo. Fizemos um concurso interno dentro do Banco e pedimos aos funcionários do Banco no Brasil no País inteiro que se candidatassem àqueles cargos que haviam sido criados na cidade de São Paulo, que eram até cargos importantes na Diretoria Regional de São Paulo. E, tivemos um resultado curioso: nenhum funcionário do Banco do Brasil que trabalhava em cidades do interior de São Paulo se candidatou, porque todos entendiam que a qualidade de vida em São Paulo era pior do que nas cidades do interior. Ficou reforçado aquilo que todos hoje aqui evidenciamos, de que essas grandes cidades foram se deteriorando, há uma dupla economia de escala, como disse o Senador, que realmente só faz piorar.

E o que é mais grave, é que a necessidade de investimentos do Governo para tentar corrigir essas distorções, esses

dramas das grandes cidades está numa escala absurda. É todo um processo que tem que ser explicado, não podemos continuar a permitir que esse processo ocorra no País, porque não só não vamos resolver o problema de disparidade; mas vamos agravar ainda mais a situação de quem já teve no passado uma situação de vida melhor, um padrão e uma qualidade de vida melhor.

Portanto, diria ao Senador que estamos dentro dessa linha em que daremos obviamente toda prioridade a esse tipo de colocação feita pelo Senador.

Em relação ao aspecto de avaliação dos incentivos, acho que realmente se faz mais do que necessário. Apenas diria, conforme já disse aqui no meu depoimento, que obviamente melhoraram os indicadores econômicos das nossas regiões como um todo, mas os indicadores sociais não melhoraram na mesma proporção. Mas temos que reconhecer que, se não existissem os incentivos e os projetos incentivados, os Estados não teriam condições de melhorar a infra-estrutura social, porque não teriam recursos nem renda da forma como tiveram.

Não é só o problema da Suframa, mesmo em alguns Estados do Nordeste a esmagadora maioria dos recursos que o Estado dispõe ou dispôs nos últimos anos para construir as escolas, os hospitais, enfim, fazer toda a infra-estrutura, veio da arrecadação das empresas que foram beneficiadas com os incentivos. E aí vou apresentar ao Senador um dado que assustou até o próprio Ministro Márcilio em um seminário, de 1987 para cá — esses dados existem e conheço os relativos ao Nordeste — o que o Governo Federal, somado ao Governo estadual, sem considerar o municipal, arrecadou das empresas que recebem incentivos fiscais que estão na Região Nordeste, através de IPI e ICM, representou em média, nos últimos cinco anos, quatro vezes mais o que essas regiões receberam em cada um dos anos em incentivos fiscais. Sendo que, nos últimos anos, o multiplicador está crescendo cada vez mais, ou seja, como o volume de incentivos não cresceu em termos reais, e houve um crescimento real de suas arrecadações, então, cada dia, os governos dos Estados e o Governo Federal estão arrecadando algo como quatro a cinco vezes o que essas regiões estão recebendo de incentivos fiscais.

É devo dizer que o próprio IPI isolado ou o que o Governo Federal arrecada das indústrias que receberam incentivos é maior do que o que o Governo Federal está mandando anualmente de incentivos para as regiões. Portanto, sob o ponto de vista, diria, econômico e, de certa forma, social, o incentivo funcionou.

Claro que não haveria nenhuma dúvida em dizer que se não tivesse havido talvez uma concentração, durante algum tempo, de incentivos em projetos maiores com uma intensidade maior de capital, é provável que tivéssemos gerado mais emprego e até mais arrecadação. Esse redirecionamento se impõe e acho que esse processo de avaliação, que já foi objeto de projeto de S. Ex^a Senador, é essencial até para ir corrigindo a utilização dos incentivos.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Com a palavra o Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Caro Ministro Ângelo Calmon de Sá, tive grande entusiasmo quando V. S^a foi indicado para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, pois já conhecíamos o seu espírito público, a sua grande experiência administrativa como Ministro de Estado, presidente de Banco; conhecíamos a sua grande capacidade de gerenciamento, mas com a experiência que tínhamos com irrigação no Nordeste,

nos entusiasmos mais principalmente pela sua grande capacidade de negociador.

Uma de suas primeiras manifestações, quando assumiu essa nova tarefa, foi levantar o problema da irrigação no Nordeste e hoje a irrigação no Nordeste é mais, muito mais do que uma obra física. Num primeiro momento, tive até uma preocupação sobre a conveniência dessas obras físicas irem para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, mas hoje estou consciente de que é até bom não irem, porque a tarefa que nos parece caber a V. S^a é muito maior; é a de coordenar as ações para que possamos multiplicar aquela experiência de Petrolina e Juazeiro na Bahia.

Ainda nessa área, negociávamos com o Banco Mundial a possibilidade de criação de seis pólos semelhantes ou próximos aos de Petrolina e Juazeiro. O Banco Mundial aprovou e o Governo atual está dando prosseguimento a esses financiamentos que são os pólos na Bahia, de Barreiras e Formoso, no Ceará, Tabuleiro de Ruças no rio Jaguaribe e Tabuleiro do Aracati no rio Acaraú. No Piauí, Plator de Guadalupe lá no Alto Parnaíba e os Tabuleiros de Parnaíba.

O que se deseja e se sonha — e sei que também é seu sonho — é transformar essas regiões e outras mais que têm potencial semelhante em áreas que já têm uma vitalidade econômica, áreas de negócios agrícolas como é o caso de Petrolina e Juazeiro da Bahia. O projeto, a obra física de irrigação é apenas uma parcela, claro, uma parcela importante porque é a partida, mas, mais importante é a etapa seguinte, dos negócios, das indústrias, da agroindústria, dos negócios de exportação, da interação daquela produção com o mercado interno e externo. Ninguém, ou poucos, neste País, teriam condições, como V. S^a, para comandar o processo de criação desses pólos em agrovilas de negócios agrícolas.

De forma que a sua palestra hoje confirmou a minha confiança, o meu entusiasmo na sua chegada. Acho certa a linha que o Sr. está seguindo.

Estamos esperançosos. Como o Sr. mesmo disse, não podemos sonhar com seis ou nove Califórnia, mas podemos sonhar, a curto prazo, com seis ou oito Petrolinas, o que já seria uma transformação extraordinária no Nordeste.

Queria, também, trazer à reflexão e à lembrança — naturalmente o Sr. já estava bem atento a esse problema — que o Brasil tem um grande potencial para a carcinicultura e a concentração desse potencial de carcinicultura está no Nordeste, cerca de 300 mil hectares.

Já temos aqui na América do Sul países exportando mais de 500 milhões de dólares com este filão.

De forma que, esta é uma área que também necessita de atenção especial e também o fator principal é mais uma vez negócios, mais uma vez negociar os empreendimentos, ao nível de recursos internos e externos, abrir mercados para esse setor importante de produção que se pode desenvolver no Nordeste.

E um terceiro setor que gostaria de lembrar a V. Ex^a, sei que V. Ex^a também conhece essa experiência, é que nas regiões dos desertos do México já estão confinando 100 mil bois por ano, produzindo proteína animal tendo por base os restolhos dos projetos de irrigação, estão até estimulando irrigação, com base numa atividade rentável que é a produção de carne.

O Senhor conhece o Oeste dos Estados Unidos e sabe que lá existem grandes confinamentos, confinamentos de até 97 mil bois. É uma atividade bem sucedida na região Oeste dos Estados Unidos.

De forma que, a minha vivência no campo da agricultura irrigada no Nordeste me conduz aqui aos caminhos que o Senhor aqui citou. São eles a educação, irrigação e depois concluir as obras e, principalmente, fazer — assistência necessária.

De forma que queria manifestar aqui a minha confiança e o meu entusiasmo nesse trabalho que o Sr., sem dúvida nenhuma, levará à frente com muito sucesso em benefício do campo.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SA — A minha observação em relação ao que disse o nosso Deputado seria apenas no sentido de que o Deputado está certo na sua avaliação de que mais importante do que ser responsabilidade da SDR a execução das obras físicas de irrigação é fazer, realmente, essa coordenação e essa articulação.

Posso dizer que isso mesmo eu disse ao Presidente da República que ocorreu que alguns Deputados e Senadores, em particular, os do Nordeste, foram ao Presidente sugerir que talvez coubesse transferir para a SDR, ao DNOCS, à Codevasf, enfim, a execução das obras físicas de irrigação.

Eu disse ao Presidente que achava, como aliás depois aqui o Deputado Vicente Fialho, que era muito mais importante que eu me dedicasse realmente a fazer articulação do que estar preocupado com a execução que eu achava que estava muito boa, estava muito bem onde estava no Ministério da Agricultura.

Realmente, a minha maior preocupação é essa, é no sentido de que esses projetos sejam integrados, não sejam apenas uma obra física de irrigação, que se possa fazer projeto integrado e, como o Deputado disse, transformar, fazer diversos pólos como Juazeiro e Petrolina onde, inclusive, se sente que esse tipo de incentivo tem que ser apoiado. É uma preocupação, como dizia o Deputado Osvaldo Coelho, da construção dos ginásios rurais, das escolas técnicas, quer dizer, tem todo um trabalho que tem que estar junto a esses núcleos de irrigação, que tem que ser desenvolvido porque, senão não vamos maximizar o resultado que se pode obter num projeto de irrigação.

Não é só fazer o projeto de irrigação, tem todo um contexto, principalmente na área social, que precisa ser desenvolvido para que se possa ter um maior rendimento possível desse tipo de investimento.

Essa é a nossa preocupação.

Pretendo concentrar, de fato, a minha preocupação nisso: articular as ações nos ministérios setoriais para que eles façam, realmente, um desenvolvimento integrado porque sabemos que, se não fizermos isso, não vamos corrigir em definitivo essas disparidades e não vamos alcançar esse grande objetivo, que é manter o homem que está no campo em condições até melhores do que se ele estivesse na cidade.

Esse tem que ser o nosso objetivo. O objetivo final meu é este, que é o objetivo do Presidente. Ele disse com muita clareza isso.

Temos que perseguir isso. E isso só poderá acontecer com a SDR se preocupando muito mais com articulação do que só acompanhar um projeto de implantação ou acompanhar a implantação de um projeto de irrigação.

Estou de inteiro acordo, obviamente, com o nosso Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — A Mesa registra com satisfação a presença do Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão que está reavaliando os incentivos

fiscais; Comissão muito identificada com os propósitos desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, creio que se concluisse dizendo “Ministro Ângelo, muito bem”, teria dito tudo. Mas eu me proponho ir mais além.

O Ministro das Finanças do Paquistão ultimamente disse o seguinte: as oportunidades têm que ir ao encontro das pessoas; se isso não acontecer, as pessoas viajarão no sentido das oportunidades.

Isso é o programa da favelização que V. Ex^a falou com muita insistência.

Agora, sua fala é uma coisa nova nesta Casa porque digo que não sou precipitado nem injusto. Muitos companheiros aqui já desistiram de lutar contra o desequilíbrio regional porque parecíamos estar na contramão da história.

Instrumentos como a Suframa, Finan, Finor, Banco do Nordeste, Sudene, DNOCS, Codevasf, nos últimos anos, só foram comentados para serem extintos.

O Dnocs hoje estaria sepultado se o Senador Beni Veras não nos convocasse para que isso não acontecesse.

O outro que estava na fila era a Codevasf. E o Finor e o Finan, todos sabem, eram considerados coisa fora de moda. Chegaram a ser suspensos por um ano.

Então, V. Ex^a traz um ânimo novo. Não quero dizer mais nada, só que a sua responsabilidade realmente está crescendo e é enorme.

Agora, o Ministro não se sinta só, pode saber que nesta Casa, no Congresso, Senadores e Deputados vão cerrar fileiras ao seu lado porque já estamos muito cansados de estar constantemente cercados por uma pobreza intolerável. São pessoas que vivem sem dignidade e pessoas que vivem sem a sensibilidade dos Governos porque verdadeiramente os governos últimos têm sido insensíveis à pobreza.

As pessoas cada vez mais ficam marginalizadas, as pessoas cada vez mais ficam periféricas, ficam sem a proteção devida do Governo.

Paro por aí apenas com essas palavras porque antes conversamos tanto de forma que o que eu disser hoje para V. Ex^a não é novidade.

Mas desejo dizer ainda o seguinte: nenhum sucesso V. Ex^a vai ter se não nos ajudar muito no problema da educação, no problema do ensino fundamental, porque este País está na contramão do mundo este País está despercebido que não vai ter modernidade nenhuma de economia, não vai ter competitividade nenhuma, não vamos chegar em século nenhum sem cuidarmos urgentemente do problema do ensino fundamental.

E que isso seja quase que o passo primeiro da sua preocupação.

Estive na Califórnia uma vez, visitando e discutindo, numa universidade, problemas. Para terminar, o reitor me dizia: Deputado, parece que o Sr. está querendo que a criança vá ao encontro da escola. A escola é que tem que ir ao encontro da criança.

Está pensando que o seu projeto de irrigação vai para a frente sem recursos humanos rigorosamente preparados? Irão à breca, como foi à breca o projeto de irrigação aqui do Estado de Washington.

De forma que, se não pontilharmos essas nove “Califórnia” com um avanço de ensino técnico, colégios agrícolas e a região toda preocupada, como o Brasil todo com o proble-

ma do ensino fundamental, se não fizermos isso, aí começo a reacar do sucesso da gestão de V. Ex^a.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Meu caro amigo, Deputado Osvaldo Coelho, já conversamos sobre este assunto e acho que o Deputado não tem nenhuma dúvida de que Educação na minha cabeça é prioridade número um e posso dizer, pelo que assisti no Seminário, no final da semana passada, quando houver a necessidade de inversões nos Estados, com os próprios Deputados e com os Governadores. Porque acho que as pessoas que não para o mesmo período, acho que representam inclusive pouco e têm obrigação de saber definir prioridades.

Quanto à forma de tratamento diferenciado ao Piauí, eu aí penso que nesse assunto eu sou professor. É a respeito do Banco do Brasil, quando definiu que o Estado do Piauí, como um todo, teve um número de aplicações do Banco do Brasil menor do que uma agência metropolitana da Cidade de Recife.

Então, qualifiquei isso e criei naquela época — fiz uma reunião no Estado do Piauí — regras diferentes para a concessão de crédito no Piauí, com critérios e garantias diferentes, tudo para facilitar. Porque um empresário do Piauí era um empresário que não tinha a mesma condição do empresário de Recife ou de Salvador ou de Fortaleza.

Então, não há a menor dúvida. Isso que o Deputado colocou é verdade, é a realidade e a gente tentou e tem que estar preocupado com o desequilíbrio inter-regional. Eu apenas diria ao Deputado o seguinte: a minha convicção — nas conversas que tenho tido com o Deputado Aloísio — que o Piauí vai dar uma grande arrancada com a ação que o Governo e, em particular, que a SDR pretende desenvolver, quer dizer, não melhora diretamente, mas corre para o Estado do Piauí. E posso dizer que o Estado do Piauí já começa a ser um dos Estados que tem o maior volume de recursos dentro do Orçamento da SDR. Quer dizer, já está se fazendo uma certa correção, pois o volume de recursos do Piauí não está proporcional à população e não há nada no Piauí, apenas a pobreza do Piauí; eu diria, está proporcional à pobreza. Então por isso é que ele está sendo maior.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Com a palavra o Deputado Wagner do Nascimento.

O SR. WAGNER DO NASCIMENTO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, acredito mesmo que a função mais importante é sabermos administrar as regiões. As questões, as colocações, essa adversidade enorme que este País possui.

Estamos aqui quase que sozinhos, o Senador Esperidião Amin é lá do Sul, no meio de todos aqui e fico preocupado que sua atenção não seja voltada para a nossa região.

Porque, na verdade, foi colocado aqui, muito bem, que para se irrigar é preciso que se tenha condições e a cultura própria para fazermos a irrigação. Não basta, simplesmente, achar que o equipamento colocado, de irrigação, fará tudo, que a produção surgirá, porque exige uma tecnologia específica, cuidadosa, melindrosa que, para dar resultados é preciso que haja essa cultura inicial. E essa cultura, vamos buscá-la onde já se irriga. E para isso acontecer é preciso também que se olhe, então, as regiões que não contam com o poderio da instalação de irrigação, mas que está, por exemplo, produzindo os equipamentos, porque para se fazer a irrigação a região que produz equipamentos precisa ser olhada para ser integrada à região que necessita.

Outro candidato da Mesopotâmia brasileira, formado pelo rio Paranaíba, fico imaginando o que seria da pecuária nacional, que o Senhor conhece tanto, sem aquele trabalho de Uberaba, que conquistou o troféu nacional. Hoje, o País não mais precisa do trabalho de Uberaba, o produtor internacional tem o zebu. Mas, se não fora aquele trabalho pioneiro, a pecuária estaria noutra situação hoje. E, aí, a questão do êxodo rural. E quando eu vejo o Presidente lançando um ônibus para fazer as escolas da zona rural, eu fico pensando como este Brasil é diferente e é diversificado, na verdade.

Em todo lugar esse ônibus não vai dar certo, Ministro. Porque, no Nordeste e também em outras regiões, há propriedades que têm um dispositivo que, para eliminar a porteira, eliminar o piquete, se chama mata-burro.

O que foi definido, inclusive, pelo Presidente e que está no seu próprio plano plurianual como maior prioridade, realmente, é a educação. O Ministro Goldemberg deu uma ênfase muito grande à educação, é fundamental. S. Ex^a considera que é absolutamente essencial e acredito que possamos levar a escola a todos aqueles que têm direito a ela em nosso País. E digo mais, o Ministro Antônio Cabrera insistiu muito nesse aspecto: a preocupação de que se levasse a escola ao meio rural, como um fato mais do que necessário; não vamos fazer, conseguir como disse aqui o Deputado Vicente Fialho, se nós não tivermos essa educação fundamental e essa educação técnica. Portanto, o Deputado pode ficar tranquilo agora, quero dizer ao Deputado que cada vez que passo à frente da SDR confesso que meus ombros ficam sobrecarregados porque estou vendo que o peso da responsabilidade que tenho é muito grande.

Todos aqueles que me conhecem sabem que adoro desafios e sei que esse é enorme. Mas quero também dizer a todos os deputados, sempre conto com S. Ex^a, e mais do que eu, o Governo sabe que conta com essas bancadas e sabe que tem o compromisso com elas. Dei-me ao trabalho de analisar todas as votações, cujos assuntos são do interesse do Governo, entre 80 e 85% dos votos que o Governo consegue para aprovar seus projetos, eles provêm da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, porque o Governo sabe que ele tem a responsabilidade, inclusive política, para com a região que não pode faltar a essas três áreas.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinceramente, fiquei feliz com essas últimas palavras quando V. Ex^a focalizou as bancadas que realmente estão ao lado das determinações de todos os projetos do Governo e elas são justamente dessas regiões menos favorecidas.

Mas, gostaria, Sr. Ministro, de fazer uma rápida observação em cima do que V. Ex^a colocou e, em seguida, uma indagação. O Senador Elcio Álvares assinalou nas suas palavras de intróito que existem hoje, desde o governo Geisel, dois Espíritos Santos; certamente ele quis com isso mostrar que houve um apoio decisivo do Presidente Geisel para o processo de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Quero chamar atenção, o que também é óbvio que em face da escassez de recursos e até mesmo de recursos humanos, e mesmo quando não há essa racionalidade, quando há esse excesso de recursos, está provado que o desenvolvimento é toda uma questão de decisão política, tanto de uma política municipal, como da política estadual e, sobretudo, da política federal.

Faço essa observação, Sr. Ministro, porque sou do Nordeste e me preocupa acentuadamente a questão do desequilíbrio inter-regional do Sudeste dolococéfalo, cabeça comprida, e do nordestino, cabeça chata, subdesenvolvido e por aí. Mas o que me preocupa ainda mais dentro da região nordestina é o subdesenvolvimento, ou seja, o desequilíbrio intra-regional. E é aí que quero chegar como representante desse Estado economicamente, como foi dito aqui em palestra, nesse Seminário e em palestras anteriores, discriminado, há 20 anos, o Estado do Piauí.

Chamo a atenção, Sr. Ministro, para dois aspectos importantes, um, que dói nesse instante, é que o Estado do Piauí está com fome, não tivemos safra, estou andando aqui, de ministério em ministério, como um Dom Quixote dos tempos atuais, pedindo socorro, pedindo que o Governo Federal se sensibilize com essa situação que só se compara à que está instalada hoje na Somália. O Piauí está com fome, e já há regiões do Sudoeste também do Estado do Ceará, onde o inverno não foi regular e nós temos uma situação de safra muito pequena, praticamente inexistente. E dentro de 30 dias, em muitas regiões, nós vamos ter os saques e todos os outros aspectos de insurreição social que se possa imaginar.

Quero destacar também, Sr. Ministro, só para se ter uma idéia dessa questão da mão do Governo Federal, do aporte externo, e aqui não vai nenhum demérito, pelo contrário, não vai nenhuma observação de desprestígio para outras regiões, faço é elogiar, tenho é inveja mesmo. No Município de Quixadá, no Estado do Ceará, há o açude de Banabuiú, a barragem do Quexaramobim e outras que têm mais água acumulada pelo Governo Federal do que todo o Estado do Piauí junto. Ficou nessa história em dizer que o Piauí tem grande lençol subterrâneo, isso é uma balela, e esse fato não se pode mais levar adiante. A água subterrânea é água fóssil, é água que não deve ser utilizada para o consumo humano antes de tudo; só nas regiões que têm condição é que se deve utilizá-la para a irrigação. Nós temos rios em grande quantidade e é um volume fantástico de água que se perde mesmo nos anos de inverno fraco como este e que não tem nenhum aproveitamento.

É preciso que se faça urgentemente o barramento também desses rios do Estado do Piauí.

Sr. Ministro, antes de fazer a minha indagação, chamo atenção para uma notinha que mexe com essa questão do desequilíbrio inter-regional que está no jornal *Correio Brasileiro* de hoje. No seminário do desequilíbrio inter-regional estará presente hoje o Ministro Ângelo Calmon de Sá, para falar sobre o problema da não distribuição do potencial hídrico, inclusive discutirá algo sobre a questão de transposição de água do rio São Francisco, está lá no enfoque do Congresso, para a Bacia do Jaguaribe e para a Bacia do rio Piranhas na Paraíba.

Chamo a atenção, Sr. Ministro, só para um dado: essa transposição, se efetivada, é uma questão mais de ordem técnica, levará no mínimo, nós falamos que atravessa uns 400 quilômetros para chegar à Bacia do rio Jaguaribe. E para chegar na Bacia do rio Piauí não mais do que 40 quilômetros, está bem ali do outro lado, é só atravessar uma serra.

Eu queria, Sr. Ministro, fazer a seguinte indagação: segundo o critério da racionalidade, é em face a esse desequilíbrio inter-regional estou fazendo pergunta calcado nessa hipótese. V. Ex.^a falou que é preciso que se dê a prioridade às obras que estão inacabadas. A primeira pergunta: mas onde estão essas obras? Segunda, qual a prioridade no sentido

de situar essas obras? Terceira, qual o resultado previsto dessas obras?

Essas indagações, Sr. Ministro, são feitas porque segundo entendo não seria mais racional não tocar, não adiantar, não concluir determinadas obras, se ficar provada sua inviabilidade em termos econômicos, em termos de produtividade, em termos de relação custo/benefício. São perguntas que faço porque extraio uma suspeita que existe dentro do meu próprio Estado do Piauí, que é um Estado que recebeu incentivo do Governo Federal em 1964, no Governo Castelo Branco, nordestino do Ceará, que foi a barragem de Boa Esperança, e de lá para cá os incentivos que vieram foram esses que o Ministro Vicente Fialho citou, que beneficiou apenas alguns municípios da área litorânea, que fica lá na região de Parnaíba e dos platôs de Guadalupe que ficam ao Sul. Digo isso porque há quem coloque dúvidas lá no próprio Estado do Piauí, sobre a viabilidade do próprio programa...

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Nobre Deputado, a sua pergunta responderia muito simplesmente, é claro que, se por alguma razão, for verificado que uma obra que está em curso, que não está concluída, ela não tiver viabilidade, não é daquelas obras que darão os resultados que esperamos para a sociedade, talvez seja preferível começar ou concluir uma outra que dará retorno muito maior. Agora, perdoo-me não conheço todas as localidades do Estado do Piauí, mas pode ser que haja uma obra grande que esteja para ser inaugurada no Estado do Piauí...

O SR. B. SÁ — É o Açude Piracuruca, sou inclusive votado nessa região e corro o risco aqui de sair dizendo, "o Deputado não quer isso aqui, mas eu quero". Mas quero observar que existem regiões muito mais secas, com muito mais gente já situada no vale dos rios mas nas regiões centrossul se priorizou as regiões ribeirinhas.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — A observação já a recebi do Deputado José Luiz Maia, exatamente, em relação a esse açude ele achando que existiu em Barraginha que exigiam muitos recursos que poderiam ter sido feitas e que trariam um benefício maior ao Estado. A racionalidade, a que me referi, espero que ela atinja todos os graus possíveis para se evitar isso uma vez que, na verdade, hoje todos nós sabemos que os recursos, no passado, não havia tanto essa preocupação. Dentro dessa racionalidade, o Deputado pode ficar tranquilo que iremos promover a execução das obras que sejam realmente importantes e, como disse, não tenho a pretensão de saber melhor do que os Deputados e tenho certeza que o Ministro Antônio Cabrera também não tem. Esses assuntos serão debatidos. Alguma coisa fica sem passar e sempre irá ficar.

Então, é preciso que haja uma atenção geral para o País, é preciso que haja e que se pegue o apoio das regiões que já estão como esse favorecimento. Sei, também, que o Sr. falou muito certo. Se a região estiver priorizada. O que importa é que ela busque em um outro país mais próximo do que a grande São Paulo, a megalópole São Paulo, chamada a locomotiva do País.

Por outro lado, Ministro, eu queria lembrar aqui, que para se fazer essa conquista moderna, pela agricultura o Centro-Oeste, Rondônia e Mato Grosso, com planos específicos é preciso que se lembre que o Centro-Oeste só pode ser conquistado depois que se obtiver tecnologia, na base do calcário e do fertilizante. São ingredientes básicos para que essas regiões produzam. É preciso também que se olhe de onde vem

esse fertilizante. Então, a região que não tem fertilizante precisa ser olhada conjuntamente com essas duas regiões, para que haja uma integração. E quão simples seria que, se produzindo, essas regiões mencionadas, quando exportassem ao caminharem para o porto, trouxessem um caminhão, que saiu cheio de dentro da fazenda, e voltasse cheio de fertilizantes para a própria fazenda.

Então, essa integração seria interessantíssima e fundamental. É tão simples de se falar e tão difícil de se enxergar.

É nesse sentido, Ministro, que louvo a sua atenção, sua atitude, ampla de conhecimentos profundos dessas questões, adequadas mesmo para essa função que o Presidente lhe confiou. A nossa satisfação de entender que essa secretaria está em boas mãos.

Lá, na minha região, Ministro, a questão do êxodo rural eu a combati de maneira racional. Porque ao se falar, aqui, na questão do (falha na gravação) se não se levar a escola lá — como dizia o Deputado Oswaldo Coelho — à criança, poderá ficar muito mais difícil. Tenho um exemplo disso: Os núcleos de 2º Grau, na zona rural, em que a escola foi de encontro à criança.

A melhor parceria que fizemos: façam a reforma agrária e o custo-benefício disso? Fizemos lá um programa para fazer com que o proprietário, que por uma razão ou outra não plantava, se associasse com outro. (falha na gravação)... na terra do Senador Esperidião Amin, para fazer esse trabalho que existe em Uberaba, o maior produtor de soja do Estado e maior produtor de milho do Estado, sem gastar nada e sem conflito.

Acredito na sensibilidade de V. Exª e espero que em limitação, que esses desencontros regionais, esse desequilíbrio regional seja olhado com toda atenção. Obrigado.

O SR. MINISTRO ÂNGELO CALMON DE SÁ — Noble Deputado, queria dizer que a nossa preocupação é essa mesma, e pode-se dizer que a irrigação no Nordeste — eu diria até, em algumas áreas que conheço na Bahia, por exemplo, em Barreiras — ela tem sido feita muito por gaúchos, catarinenses, até gente do Paraná, como também a própria lavoura da soja. Quer dizer, esse intercâmbio tem de existir, posso também dizer que no caso da região de Juazeiro e Petrolina, foi muito na base de preparação, aplicação e treinamento e que o grosso das pessoas que desenvolvem a irrigação naquele pólo, são pessoas locais.

Acho que esse problema da integração em termos de transporte, em nossas condições básicas para desenvolvermos uma região igual à condição real de desenvolvimento, é que ele tem que ter estradas, vias de acesso para poder comprar os insumos que se deseja e, evidentemente, poder exportar os seus produtos. Tanto que isso, também, está sendo considerado dentro desses projetos integrados.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — O Ministro, hoje, está abrindo uma exceção, porque tem um compromisso inadiável, às 12h30min, e, muito mais ainda, o Presidente do Congresso está encarecendo aos Srs. Deputados e Senadores a presença para a votação do veto Como o compromisso está pautado inadiavelmente para às 18h30min, concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO — Agradeço, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro e vou ser bastante rápida, embora infelizmente (falha na gravação) o Senhor vai dar solução. Mas, fiquei satisfeita quando V. Exª mencionou o caso da BR-174, que realmente tem emendas aprovadas e hoje fomos

tratar disso com o Presidente da República, pela manhã, e quero dizer a V. Exª que além desse fato tem um outro muito importante que pode até resolver grande parte desses problemas, não só de Roraima mas também do Norte e da região do Nordeste.

O asfalto na Venezuela, a preço de hoje, tem uma diferença de 10 vezes mais o preço do Brasil e existe uma refinaria em Manaus. O que acontece no momento é que a Petrobrás — petróleo brasileiro — importa o asfalto da Venezuela e vai refinar em São Paulo e depois de refinado sai para ser distribuído por esse Brasil afora, chegando até Roraima. O que encarece no frete — e esse é um dos assuntos que gostaria de falar com V. Exª — solicitando para que se implantasse, o mais rápido possível, as nossas duas áreas de livre comércio que nós aprovamos, ao final do ano, que é a fronteira com a Venezuela e com as Guianas. Tenho certeza de que com a visita de V. Exª ao nosso Estado, que é o único que V. Exª ainda não conhece, e, conhecendo os nossos campos naturais, vai nos favorecer para que se implante o sistema de irrigação. Já estamos com um projeto básico no Ministério da Agricultura e o que está nos faltando é investimento.

Em Roraima não precisamos de muito dinheiro. Sinceramente, já conversei com o Presidente da República e peço a sua colaboração para que as pequenas obras que existem no Orçamento da União a fim de se iniciar o asfaltamento da BR-174; existe um contrato bilateral, a Venezuela já cumpriu na totalidade a parte que lhe cabe e nós brasileiros ainda não iniciamos.

Espero que essa verba, ao invés de ser feita concorrência em nível nacional, porque participam as grandes empresas, o que encarece bastante, pela administração (falha na gravação), porque lá tem uma equipe técnica muito boa e o Senhor pode até nos fazer essa visita e tenho certeza de que em menos de dois anos teremos condições de dar (falha na gravação) de Boa Vista ao marco da fronteira com a Venezuela.

Quanto aos outros assuntos, vou marcar uma nova audiência, porque são muitas as nossas prioridades, como a ponte do Rio Tacutu, que é outro contrato bilateral com a Guiana; para o qual aprovamos emendas, no Orçamento da União para a execução dessa ponte.

V. Exª nos concedendo essas quatro prioridades, tenho certeza de que dará uma grande ajuda ao desenvolvimento do Estado de Roraima.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Senadora, gostaria de dizer que não só mencionei aquele comentário da assinatura no seminário como declarei, muito enfaticamente e o Presidente me deu apoio total, porque eu acho que essas obras teriam que ter prioridade absoluta, não só por atender a Estados que precisam mas também por causa dos nossos compromissos com os países vizinhos. Então, V. Exª pode ficar tranqüila que é prioridade absoluta.

A SRA. MARLUCE PINTO — Muito obrigada. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Estou fazendo um apelo ao Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá pelos dois interpelantes, os Deputados Pinheiro Landim e Wilson Cunha.

O SR. PINHEIRO LANDIM — É evidente, com a ascensão de V. Exª ao Ministério, a mim me causou esperança no redirecionamento para objetivar o nosso encontro. É que efetivamente tivemos que nos movimentar, no ano passado, por mais de uma vez, a Bancada do Nordeste, Centro-Oeste

do Norte para impedir que fosse extinto o FME, Finor, Finan etc., porque havia insensibilidade, por parte da equipe do Governo no sentido da necessidade desses recursos para desenvolver a região, diminuir, em alguns pontos o desequilíbrio econômico do País.

Então, entendo que, com a sensibilidade de V. Ex^a, evidentemente esses problemas não irão mais surgir na equipe do Presidente Fernando Collor.

Depois, temos uma preocupação, e isso vem de muito tempo — antes de ser político — e já milito na política há algum tempo — pois estamos no Congresso, que é a Casa das leis é que nós fazemos as leis, os decretos, portarias, normas, geralmente generalizadas quando não observamos as diferenças inter-regionais, tanto climáticas como econômicas, e isso é impossível de ser cumprido.

Vamos supor que o Governo exija uma contrapartida dos Estados e Municípios para os recursos federais de 30%. Ora, o Senhor protege o rico e penaliza o pobre, pois uma lei de um município que não tem condições de pagar o salário mínimo à professora, e esta é a maior causa do analfabetismo do Brasil, pois 70% dos municípios brasileiros não têm condições de efetuar esse pagamento à professora e ainda exige que ela possua uma escola, com professora para ensinar a 50 ou 70 alunos, que ela entre com 50% dos recursos da (Falha na Gravação) se ela não tem condições nem de pagar a professora.

Essa é uma incoerência do Governo em exigir dos municípios (F. na G.) o Senhor já pode na Comissão que instalamos aqui que 5% ao município pobre, 10% ao município um pouco mais rico e até 80% para atender aos municípios que efetivamente estejam em condições de cobrar a contrapartida por parte do Governo.

Mas esses pequenos detalhes, essas discussões cabem a V. Ex^a para que possamos encontrar o caminho e ordenar a maneira de atender às diversas comunidades brasileiras.

A Senadora já saiu mas eu, como Deputado do Ceará, no início da década de 80, e quando lá como Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Estado de Roraima, na época Território, vim aqui para uma audiência com o Ministro Amauri Stabile, Ministro da Agricultura, e ele se surpreendeu com o que é Roraima no período de chuva. Ele não sabia que em Roraima o período de chuva era diferente da do Sul e Sudeste do País, ele desconhecia que em Roraima o período de chuva era diferente do Amazonas, que é dividido pela linha do Equador, chove uma parte no Amazonas e não chove em Roraima, sendo vizinhos.

Esse desconhecimento do Ministro para os problemas brasileiros, em determinadas regiões, é que leva ao desastre administrativo de modo geral. Estou sendo rápido mas terei de fazer uma visita a V. Ex^a para discutir outros assuntos que desejaria no âmbito do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Depois do Deputado Wilson Cunha usar da palavra o Ministro sintetizará a resposta para ambos os Deputados.

O SR. WILSON CUNHA — Sr. Ministro, não obstante eu ser Deputado pelo Estado de Minas Gerais, fui votado e represento uma das regiões mais pobres do mundo chamada de Vale do Jequitinhonha.

Agora, na verdade, não sei ainda onde nos localizamos se no Nordeste ou Sudeste, porque Minas Gerais tem sido motivo do processo de desenvolvimento deste País, especialmente Jequitinhonha onde a sua área corresponde a quatro

Estados do Nordeste, Sergipe, Alagoas, Piauí e Pernambuco e não temos nenhum projeto específico (F. na G.) há um pouco mais de um ano em Brasília, procurando mostrar às autoridades competentes a necessidade urgente de um projeto de desenvolvimento, mas como disse V. Ex^a, de ação integrada.

Não é implementando um projeto específico de educação e saúde que se resolve a situação de carentes com um projeto de desenvolvimento de ação integrada. Para isso, temos como base fundamental a fixação do homem nas suas bases, nas suas raízes, e para isso é preciso que o Governo implante uma infra-estrutura capaz de dar uma vida mais digna aos habitantes daquela região. Por isso, elaborei um projeto, que apresentei ao Sr. Presidente da República, Fernando Collor, e que se encontra na SDR. É um projeto de desenvolvimento comunitário do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, cujo projeto foi consultado nas bases.

Levei daqui de Brasília representantes de todas as áreas do Governo e os coloquei em contato com os produtores daquela região, do Vale do Jequitinhonha, captamos a vontade, a cultura, a vocação do nosso povo e aí sim, elaboramos um projeto e apresentamos ao Governo, só que esse projeto não foi para frente, Sr. Ministro e gostaria que V. Ex^a verificasse nos arquivos do SDR e encontrasse esse projeto chamado de Projeto que dará as linhas exatamente como V. Ex^a acabou de colocar: é preciso que se faça um trabalho de uma ação integrada, para que desenvolva o homem. E esse projeto também tem como objetivo criar um pólo de desenvolvimento, formando um dique de contenção do fluxo migratório do homem nordestino, que se dirija ao Amazonas, para evitar que ele deprede o nosso sistema ecológico.

E ainda coloquei para o nosso Presidente que o homem nordestino que se dirige ao Amazonas não vem com o intuito de devastar, e sim de buscar recursos para a sobrevivência da sua família e de seus filhos. E para isso é preciso que se combata essa migração com o desenvolvimento, com o trabalho, dando condições mais dignas à sua família. E é preciso que sejam agilizadas providências imediatamente, Sr. Ministro, para viabilizar esse projeto, porque assim estará sendo salva uma das regiões mais carentes, mais pobres, como já disse, do mundo. Enquanto existir, talvez, uma certa omissão por parte dos representantes de Minas Gerais a favor dessa região, sinto-me na obrigação de defender esse povo, porque nós, políticos, autoridades, temos que fazer um trabalho por ideal e não para satisfazer o nosso ego.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Eu diria, primeiramente, ao Deputado Pinheiro Landim que em relação aos problemas da contrapartida, o Deputado José Luiz me disse que no Congresso quando da LDO, que ele, inclusive, havia tido essa preocupação de introduzir uma modificação — há um parágrafo que diz: “no caso de emendas apresentadas pelo Congresso...”

O SR. PINHEIRO LANDIM — É o art. 17, Sr. Ministro. Desculpe-me a interrupção. Só que até agora não houve nenhuma determinação da equipe econômica para os diversos órgãos no sentido de suspender essa exigência. Continua a mesma exigência. Então, seria uma ação no sentido de que isso se efetivasse, se tornasse real. O que não aconteceu ainda.

O SR. ÂNGELO CALMIN DE SÁ — Mas, posso garantir a V. Ex^a que no caso da SDR faremos exatamente o que diz a lei, o art. 17.

O SR. PINHEIRO LANDIM — Mas, a minha solicitação é que V. Exª interfira junto ao Governo como um todo.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Vou interferir junto ao Governo, como um todo, para que isso seja resolvido.

Em relação à colocação do Deputado Nilson Cunha, eu diria que vamos examinar esse Projeto, e como o Deputado fez questão de salientar, está dentro das diretrizes de ação que a Secretaria pretende implementar. Na medida em que examinarmos o Projeto vamos cuidar de, inclusive, alocar recursos; porém se não existirem recursos ou emendas dentro do orçamento do SDR, de 1992, só poderemos fazê-la em 1993. Mas levaremos em consideração na elaboração do orçamento de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — A Mesa apresenta a o Ministro Ângelo Calmon de Sá os seus cumprimentos e agradecimentos pela magnífica palestra. E nesse instante passa a palavra a o Relator Beni Veras, para comunicações, desobrigando totalmente o Ministro para os seus compromissos subseqüentes.

Com a palavra o Senador Beni Veras para os registros finais.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Amanhã estará aqui o Ministro Reis Velloso, às 10h. Convidamos todos a participarem desse encontro com S. Exª, que é um estudioso do problema da política regional. Será na sala 5, da Ala Alexandre Costa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1992

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Francisco Rollemberg, Elcio Álvares, Beni Veras, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Albano Franco, Vicente Fialho, Luís Girão, Paulo Delgado, Ariosto Holanda, Marco Penaforte e B. Sá. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o Senhor Senador Elcio Álvares Vice-Presidente da Comissão, que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, debate sobre "Desigualdades Regionais no Brasil", com a presença do Dr. João Paulo dos Reis Velloso, convidando o mesmo para tomar assento à mesa. Em seguida o Senhor Presidente faz elogios à pessoa do convidado e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras que também faz elogios ao convidado. Ato contínuo o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. João Paulo dos Reis Velloso. Concluída sua exposição o Senhor Presidente suspende a reunião por alguns minutos para o convidado dar um telefonema e ao reiniciar os trabalhos dá início à fase de interperlações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Ariosto Holanda, Marco Penaforte, Vicente Fialho, B. Sá e Luís Girão. Terminada à fase de interperlações

o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator. De posse da palavra o Senhor Relator faz comentários a respeito da exposição do convidado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do convidado, dos Senhores Parlamentares e demais presentes, encerrando a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares

Relator: Senador Beni Veras

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Declaro instalada mais uma Comissão Mista para o estudo do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Teremos, hoje, a exemplo do que ocorreu ontem com o Ministro Ângelo Calmon de Sá, a presença de um dos maiores estudiosos do planejamento e do desenvolvimento nacionais, o ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, realmente, uma das maiores autoridades no assunto.

A preocupação da Comissão tem sido a de trazer, para realizar essas palestras e promover os respectivos debates as maiores autoridades brasileiras no setor do desenvolvimento econômico regional, porque é pensamento nosso editar, através do Senado, exatamente a sùmula desses trabalhos.

Sr. Joao Paulo dos Reis Velloso — seria até dispiciendo fazer a apresentação do seu currículo — foi Ministro de Estado, atualmente é uma das figuras mais acatadas dentro da inteligência brasileira no tocante ao desenvolvimento nacional. O seu nome tem sido vinculado permanentemente a todo grupo que pretende estudar o desenvolvimento brasileiro dentro de uma trilha permanente de patriotismo e de objetividade.

De uma maneira muito especial, a exemplo do que ocorreu ontem, quero fazer um registro, de cunho pessoal.

Quando tive oportunidade de governar o Estado do Espírito Santo, no quadriênio que foi de 75 a 79, contei com a colaboração intensa, participativa atuante, do Ministro João Paulo dos Reis Velloso em favor do Estado do Espírito Santo.

Em momento em que estamos examinando esse desequilíbrio econômico inter-regional, quero repassar apenas um dado como registro em 15 de março de 1975, assumimos o governo do Estado do Espírito Santo, que era o último Estado brasileiro em matéria de arrecadação e de desenvolvimento e com sete meses de salários do seu funcionalismo atrasados.

O Ministro Reis Velloso viveu conosco todo aquele processo que despertou o Espírito Santo para uma economia que hoje é saudada como uma das cinco mais adiantadas do País, solicitando-se que o Estado do Espírito Santo, em matéria de dívida, apresenta-se inteiramente solvente e adimplente em todos os seus compromissos.

E tenho sempre oportunidade de dizer isso como uma homenagem a um dos Presidentes que marcou a vida do meu Estado. O Espírito Santo tem duas fases: antes e depois do

Presidente Ernesto Geisel. E, na ocasião, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso era quem tinha a responsabilidade de formular todo o planejamento nacional. Ajudou-nos de maneira vigorosa. Hoje, o Estado do Espírito Santo — e temos orgulho de proclamar isso — é um Estado que tem os seus problemas sociais bem resolvidos e, cada vez mais, o nosso parque industrial se acentua.

Então, faço este registro como uma homenagem de um ex-governador, hoje investido no honroso mandato de Senador, ao Ministro que nos ajudou a formular, realmente, uma política efetiva de desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo, que apresentava uma economia caótica, uma situação financeira das mais precárias. E hoje, com muito orgulho, proclamamos que é um dos Estados brasileiros, ao lado do Ceará, do nosso querido Senador Beni Veras, de Santa Catarina, do Paraná e outros Estados brasileiros que tem uma situação invulgar em relação exatamente à dívida nacional.

Antes de passar a palavra ao Ministro Reis Velloso, faculto-a ao Relator, Senador Beni Veras, que tem sido o grande fomentador desta Comissão e o seu grande entusiasta.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Reforçando as afirmações de V. Ex^{as}, o Ministro Reis Velloso é piauiense — com muita honra — e esteve durante um longo período cuidando do planejamento nacional, quando teve a chance de examinar profundamente o problema do Nordeste. S. Ex^a não só conhece muito bem a realidade do Nordeste, como também tem estudado a forma que queremos encontrar para compatibilizar esta realidade que o País enfrenta, muito mais referente ao Centro-Sul do País, com uma região periférica, que tem um grande atraso, como é o caso do Nordeste. Essa compatibilização entre uma ideologia, vamos dizer, supostamente modernizadora, neo-liberal, que é cabível em relação ao Centro-Sul até certo ponto, pode apresentar problemas muitos sérios em relação às regiões periféricas.

Então, preocupa-nos ouvir do Ministro se há formas eficientes de compatibilizar esses dois países que aí estão: um que necessita de um tipo de ação governamental e o outro que pede um outro tipo de ação.

A compatibilização dessas duas tendências é uma questão relevante, que o Ministro tem bastante condições de expor a todos nós.

Recebemos com muito orgulho e satisfação o Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Esperamos que desta reunião possa sair uma luz para o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — O Ministro João Paulo dos Reis Velloso vai realizar palestra e colocar em debate o tema: Desigualdades Regionais do Brasil.

Portanto, com a palavra o Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Sr. Presidente, Sr. Relator, meus amigos, é uma grande satisfação voltar a um dos meus temas prediletos, que é toda a questão das desigualdades regionais no Brasil.

Entendo que, por que o País ainda se encontra na tentativa de superar a sua crise da década perdida, não devemos ficar parados em termos de desenvolvimento regional; podemos, pelo menos, buscar soluções e, em particular, procurar novas idéias.

Trago a V. Ex^{as} algumas idéias preliminares que temos discutido no fórum nacional. Inclusive, já começamos a focalizar essa temática do desenvolvimento regional, particular-

mente no tocante ao Nordeste. Não vou apresentar nenhum trabalho exaustivo; diferentemente de outros pronunciamentos meus, praticamente não haverá números, porque quero me concentrar na sugestão de três idéias. Evidentemente, poderemos abordar quaisquer temas na fase de discussão.

A primeira idéia é a importância da dimensão continental para a economia e a sociedade brasileiras e, particularmente, para o que se poderia chamar um novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

A minha visão é que essa crise da “década perdida”, no fundo, foi a exaustão do modelo de desenvolvimento econômico, social e político em todas as suas dimensões que vinha desde os anos 30 e que começou a fazer água em todos os sentidos.

Temos agora de pensar o que seria um novo modelo que, evidentemente, como todo mundo diz, na parte industrial vai dar muito mais atenção à competição, à competitividade global do País, à melhor inserção na economia internacional, e tudo isso que sabemos.

Agora, o que é preciso tornar claro é o seguinte: essa atenção à competição e à competitividade não vai significar que o Brasil se transformará num novo tigre asiático. O Brasil é um animal diferente, principalmente por causa da sua dimensão continental, que sempre terá uma significação extraordinária para o País.

Primeiro, do ponto de vista de que o Brasil tem que se desenvolver através da idéia do grande espaço econômico. No fundo, a transferência da Capital do País para Brasília significou isso.

Gilberto Freire fala dos fundadores verticais, aqueles que desenvolveram o País em profundidade na sua orla marítima. Mas fala também nos conquistadores horizontais, aqueles que conquistaram o grande espaço econômico e deram ao Brasil a dimensão que tem hoje.

E a verdade é que o País se desenvolveu sob a forma de ilhas, como se fosse um arquipélago; eram como se fossem países dentro do País. E o que o processo de desenvolvimento entre 1930 e 1980 significou foi a tentativa de converter esse arquipélago num continente de fato, e evoluímos muito nesse sentido.

Dentro ainda dessa idéia da dimensão continental do desenvolvimento, temos que observar o seguinte:

O grande dinamismo, principalmente do período de 1950 a 1980 — e, em particular, a década de 70 — trouxe avanço para todas as regiões. A dinâmica do País, diferentemente do que muita gente pensa — e Roberto Cavalcanti já caracterizou isso aqui até com números — a dinâmica nacional alcançou as regiões, e a verdade é que as regiões mais pobres, nos anos 70, cresceram mais do que o Sudeste.

Em terceiro lugar, a importância da expansão da fronteira agrícola. O Brasil ainda é um dos poucos países em que se pode falar, em grande escala, em expansão de fronteira agrícola. Hoje, na direção de Goiás, de Mato Grosso, de Rondônia, de Tocantins, ordenada ou desordenadamente, mas também podemos mencionar que há um cerrado maranhense, um cerrado piauiense, um cerrado baiano e várias áreas dentro do próprio Nordeste.

Por outro lado, apesar de todo esse desafio da Amazônia, que vai estar agora em foco durante a Rio-92, a verdade é que o Brasil não sabe ainda como desenvolver essa região. A Amazônia é o continente novo.

Finalmente, há importância na criação de um modelo de aplicação de tecnologia moderna ao desenvolvimento dos recursos naturais do País.

Os países escandinavos fizeram o seu progresso econômico através exatamente disso. A diferença da América Latina e, principalmente, do Brasil, é que havendo uma grande disponibilidade de recursos naturais, a aplicação da ciência e da tecnologia modernas ao desenvolvimento desses recursos naturais tem sido muito lenta.

Bom, diante disso, como é que nós devemos ver o Brasil? Eu — é uma conceituação pessoal — vejo o Brasil principalmente como uma grande economia industrial e agroindustrial. O Brasil não é a oitava economia industrial do mundo, mas é a sexta, segundo a OECD, que se integrou em grande medida do ponto de vista regional, criando, de fato, um mercado nacional, que significa, não apenas a integração de mercados e de produtos, mas também de mercados e de fatores, isto é de mercado e de mão-de-obra — o que acontece com o mercado de mão-de-obra do Centro-Sul tem reflexos sobre o mercado de mão-de-obra do Nordeste — mas significa uma integração.

Onde está o sentido da modernidade quando aplicado a essa questão da dimensão continental do desenvolvimento brasileiro? Ele está na idéia da integração com diferenciação. A integração é um fenômeno irreversível crescente, mas ela tem que ser acompanhada pela diferenciação para que haja realmente oportunidade para todas as regiões e para que cada região constitua, de fato, uma diferenciação do modelo nacional.

A minha conclusão sobre essa primeira idéia é que a solução está, primeiro, no crescimento com integração, para se criar realmente a integração dinâmica do mercado nacional, tanto em termos de produtos, como em termos de fatores. Seria um erro histórico que qualquer das regiões tentasse de opor-se à idéia dessa crescente integração nacional.

Mas, segundo, como já dissemos, integração com diferenciação, ou seja, o dinamismo nacional tem que alcançar necessariamente todas as regiões. E aqui eu já começo a sugerir as formas de se fazer aquela conciliação solicitada pelo nobre Senador Beni Veras no sentido de que sempre tem que haver os mecanismos de compensação.

É preciso levar em conta para isso que, no fundo, os desequilíbrios regionais brasileiros decorrem de duas coisas: primeiro, de que nas regiões mais pobres o crescimento foi praticamente nulo no passado remoto; eram todas regiões de decadência ou de ausência de um processo de desenvolvimento. Foi assim que se criou o semi-árido do Nordeste. Segundo, da insuficiência de desenvolvimento na fase mais recente; isto é, regiões como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste cresceram mais do que o Sudeste nos anos 70, mas por um período que ainda era curto para permitir a superação das maiores desigualdades.

Por exemplo: na década de 70, o Sudeste cresceu a uma taxa de 5,4% em termos de renda **per capita**, enquanto o Nordeste cresceu a 6,7%, o Centro-Oeste a 8,7% e o Norte a 6,9%.

Então, o que temos de procurar agora é o crescimento rápido, porque o que a experiência revelou é que ele beneficia mais as regiões mais pobres. Pelo menos foi essa a experiência brasileira; isso se nós soubermos fazer acompanhar o crescimento de mecanismos que realmente criem processos dinâmicos nas diferentes regiões. Tenho muito medo daquela atitude que procura restabelecer restrições ao crescimento nacio-

nal, em nome de um crescimento das regiões, o que é uma rota de suicídio, no meu entender.

Mas falamos em integração com diferenciação. É preciso tornar claro o que isso significa: é a diferenciação de todos os programas e políticas nacionais.

Há uma certa tendência, no Brasil, a tentar uniformizar tudo, enquanto penso que a riqueza da experiência brasileira está exatamente na viabilidade da diferenciação dentro da unidade; e em um País como o nosso não se pode aplicar políticas nacionais, uniformes. Então, eu diria que há necessidade da diferenciação na aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Banco do Brasil; diferenciação nos programas sociais, em educação, habitação e saneamento; diferenciação nas condições para créditos para a exportação; diferenciação no apoio ao desenvolvimento tecnológico; diferenciação nos investimentos das grandes estatais, e diferenciação no tocante às restrições da política monetária quando ela se orienta fortemente, como agora, para conter uma explosão inflacionária. É através, principalmente, desses mecanismos de diferenciação — nada pode ser igual entre Sudeste e Nordeste, por exemplo. É este o primeiro caminho; e não se pedir medidas inviáveis, paternalistas, ou que iriam prejudicar o desenvolvimento nacional.

Acho que tudo deve ser diferenciado, mas em tudo se deve colocar a condição de que é do interesse do Nordeste, como é do interesse da Amazônia e do Centro-Oeste que o País conquiste a vitória na política de estabilização; que o País volte a crescer e que o País tenha condições de recuperar o crescimento rápido.

A segunda idéia é que dessa diferenciação dentro do continente brasileiro deve surgir uma nova visão da Federação; quer dizer, um País com a dimensão continental e com a diferenciação regional do Brasil está condenado a ser uma federação ativa. Essa é uma condição natural do País. Todos nós sabemos que a Federação, no Brasil, surgiu artificialmente, já que foi um novo regime que definiu que o Brasil seria uma Federação. Ela não veio de baixo, como nos Estados Unidos, através de estados soberanos que se associaram numa confederação e depois numa federação. Mas se politicamente isso é verdade, existe uma outra verdade, que é mais natural ainda, que é aquela que eu já citei: que é a realidade de continente diferenciado e que não pode ser governado de um centro todo poderoso que nivela e uniformiza a sua atuação através de todo aquele grande espaço econômico. Então, se nós temos tido um movimento pendular na questão federativa — lembrando até aquela cístole-diástole do Ministro Golberi, imagem que ficou famosa — se isto acontece realmente, se o País tem passado por esses movimentos pendulares é porque para o País a Federação é uma questão mal resolvida e nós devemos procurar defini-la melhor.

O que me ocorre é a idéia de uma federação em que a União seja principalmente um órgão nacional de coordenação e promoção, — e em muitos setores um órgão normativo, responsável, certamente, pelos projetos de dimensão nacional, ou que fiquem na dimensão das grandes regiões, assim também como pela correção dos desequilíbrios regionais mais graves. Mas uma federação que não tenha atuação direta, executiva nos projetos e ações de caráter estadual e local. Uma federação em que, por outro lado, os Estados também tenham iniciativas — não é uma federação em que as iniciativas vêm da União. Isso ocorre em certas dimensões, mas as iniciativas de sentido local e, até mesmo, participação na arena da discussão da política e das estratégias nacionais deve caber

também aos Estados; ou seja, há iniciativa nas três esferas de poder.

Isto significa ter a Federação uma contra-partida nos Estados e Municípios. Primeiro, eles têm que se aparelhar para funcionar nessa Federação ativa. Acho que realmente temos que correr risco. Há uma espécie de círculo vicioso: nós não queremos dar mais iniciativas aos Estados, porque achamos que eles estão desespreparados. E se não damos mais iniciativas aos Estados, eles continuam despreparados. Só que agora, como houve deterioração no Estado a um nível nacional, vemos que muitos Estados — no sentido de unidades da Federação — às vezes estão se tornando mais competentes até do que instituições federais.

Por outro lado, como eu já disse, os Estados têm que ter realmente participação na arena das decisões nacionais. Ou seja, o programa de estabilização não é apenas uma questão do Presidente da República, do Ministro da Economia ou do Governo Federal. Ele é também um problema dos Estados.

E aí eu colocaria a idéia da proposta de um pacto para o desenvolvimento sustentável. Já tivemos no Brasil o "Pacto dos Coronéis", na Velha República, em que o Governo Federal delegava aos Estados obter para a União o apoio político necessário, através da manipulação dos sistemas políticos locais, e, em contrapartida, atendia aquilo que os governadores desejavam. Houve um "Pacto Populista" em que o Estado Nacional Populista definia quais eram os limites da participação do povo, principalmente das grandes zonas urbanas, na arena política nacional, e, em contrapartida, fazia concessões a essas mesmas massas urbanas. O que se propõe agora é esse pacto para o desenvolvimento sustentável em que, como ficou mais ou menos implícito, os Estados apóiam as estratégias nacionais, principalmente as reformas econômicas, sociais e políticas, para sair da presente crise, enquanto o Governo Federal, por seu lado, apóia as estratégias de desenvolvimento das regiões e os projetos prioritários de interesse dos Estados.

E com isso podemos passar à terceira idéia. Exemplificativamente — e como é a região da qual estou mais próximo — é a idéia de uma nova visão estratégica do desenvolvimento do Nordeste. Vejo, em matéria de desenvolvimento da região nordestina, a necessidade de uma descontinuidade, de uma ruptura com um certo passado do Nordeste, muito ligado ao paternalismo do Governo Federal. Há setores econômicos na região sem dinamismo — são até setores que nós podemos chamar de *losers*, são os perdedores na história econômica mundial — e aos quais continuamos apegados, porque são setores que só podem viver com subsídios. Há certos tipos de elites — existem elites e elites — cujas idéias e atitudes retardam o desenvolvimento da região. O sentido dessa descontinuidade é que o Nordeste deve propor a sua própria estratégia de desenvolvimento e as principais idéias para o seu futuro econômico e social. Evidentemente, isso não é uma ruptura com a esfera federal, muito pelo contrário, porque já colocamos a idéia da integração com a diferenciação, e é dentro dessa idéia de integração com diferenciação que iria funcionar essa proposta.

É preciso lembrar, rapidamente, o que aconteceu no Nordeste nas últimas décadas. Naquela fase de autocrésimo já mencionamos que o Nordeste intensificou substancialmente a sua integração com o dinamismo nacional e recebeu benefícios dessa integração. Mesmo a agricultura do Nordeste se transformou. Inclusive, a agricultura de subsistência perdeu substância e as formas capitalistas de produção experimen-

taram avanços constantes. Por exemplo, é sabido que mais de 50% da mão-de-obra do Nordeste no semi-árido, hoje, já são assalariados. Surgiram novos produtos, novas áreas se incorporaram à economia da região.

Tal como no nível nacional, é o pressuposto para que o Nordeste possa declarar a sua maturidade e propor a sua própria estratégia de desenvolvimento. Esse pressuposto, é que acabe o discurso da choradeira e do paternalismo, as práticas clientelistas e a tentativa de eternização de cartórios para setores e grupos empresariais, e que se instale o empório da auto-ajuda, como já está acontecendo. Os Governos Estaduais, porque existem os Governos Estaduais competentes, muitos já são, técnica e política e financeiramente irresponsáveis.

Uma palavra sobre a questão das novas prioridades. O ponto principal é o seguinte: o Nordeste tem que apostar em novos setores dinâmicos e, em consequência, tem que se dissociar mais daqueles — setores não dinâmicos históricos, que eu chamei de perdedores. Setores dinâmicos, como o potencial da irrigação empresarial; algumas indústrias de altas tecnologias: pólos químicos e o pólo petroquímico; o potencial das culturas xerófilas empresariais; a introdução de novas culturas como a soja; oportunidade da fruticultura de exportação; oportunidades da agroindústria empresarial, freqüentemente para exportações; oportunidades do turismo internacional, que já começa a ser realidade na região.

Além disso, evidentemente, teremos que manter os problemas integrados voltados para os agricultores de baixa renda e investir mais em tecnologias de convivência com as secas, eliminando aquele mito de que a região semi-árida do Nordeste é inviável. O outro lado, como já indiquei, é reduzir a importância dos velhos setores tradicionais condenados à decadência. São certas culturas não econômicas, ou em que há projetos econômicos e outros não econômicos. E precisamos também deixar de apoiar com incentivos fiscais projetos industriais não competitivos. Se vamos entrar num esquema de integração, os projetos não competitivos vão exigir um mundo de incentivos fiscais e subsídios que vão arrastar-se eternamente às custas de recursos que poderiam estar sendo aplicados em setores competitivos e setores dinâmicos da região. Qualquer recursos — é preciso entender isso muito claramente — que se aplique nos setores não competitivos e nos setores inviáveis, são recursos que estão deixando de serem aplicados em novas regiões e em setores dinâmicos; é o próprio Nordeste quem sofre com esse problema.

A essas idéias, corresponde uma visão política contravertida. E aqui fica apenas como uma sugestão para debate. Primeiro, eu já falei naquele pacto político para o desenvolvimento, pacto político com o Governo central, em que o Nordeste aprovaria o programa de estabilização e aquelas reformas econômicas, sociais e políticas, e, por outro lado, o Governo central apoiaria uma nova estratégia para o Nordeste. Evidentemente, não será elaborada exclusivamente para o Nordeste, mas eu gostaria que partisse da iniciativa do Nordeste, e dentro de toda aquela idéia de integração, mas com diferenciação, a até uma reformulação institucional. O que isso significa? Eu acho que vale a pena considerar a hipótese sem prejudicar em nada o funcionamento das instituições regionais, como SUDENE, Banco do Nordeste, de termos um novo mecanismo político e, mais tarde, até se aproximaria daqueles mecanismos institucionais considerados no art. 43 da Constituição, que são mecanismos do tipo regional. Mas para fazer uma coisa mais simples e menos formal, eu proporia

a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, constituído pelos governadores da região, pelos principais ministros envolvidos com a região — principalmente ministros da área econômica —, pelos Congressistas das duas Casas do Congresso. Esse Conselho teria, como Secretaria Executiva, a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Evidentemente, continuaria subordinada ao Presidente da República. Mas do ponto de vista funcional, ela teria uma articulação, ou seja, nós não vamos criar nenhuma estrutura para fazer um conselho de desenvolvimento regional. A Secretaria de Desenvolvimento Regional provê essa estrutura. No meu entender, esse conselho deve reunir-se em Brasília, pelo menos de seis em seis meses. Ele pode fazer suas reuniões normais, mensais, no Nordeste. Mas, pelo menos, duas vezes por ano, ele se reuniria em Brasília, para ter uma discussão sobre o Nordeste com os principais ministros e, eventualmente, com o próprio Presidente da República. Ao Conselho, funcionalmente, repito, estariam ligadas duas comissões. Uma comissão de coordenação e planejamento, tendo a Sudene como Secretaria Executiva, e, aqui, uma idéia um pouco evoluída, de Sudene, muito mais no sentido de visões estratégicas e de políticas de coordenação e nenhuma ação executiva. E uma segunda comissão, que seria uma comissão de coordenação das instituições oficiais de crédito que atuam no Nordeste. O Bandepe, evidentemente, o Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, no sentido de que haja uma coordenação do financiamento do desenvolvimento do Nordeste, ou seja, anualmente, as instituições federais, os bancos oficiais apresentam à Comissão de Desenvolvimento do Nordeste a sua programação, para que a comissão opine. É claro que o processo de decisões continua sendo dentro de cada banco e dentro das hierarquias estabelecidas legalmente. Mas a comissão teria a oportunidade de tentar fazer uma coordenação das atuações das instituições de crédito e de opinar sobre como elas estão atuando, no tocante ao desenvolvimento do Nordeste.

Eu vou concluir com duas observações. Em primeiro lugar, eu deixei, deliberadamente, para o final uma referência à questão do desenvolvimento do capital humano, no Nordeste. Eu acho que a sociedade brasileira deve ao Nordeste um grande esforço na área de investimento em capital humano, principalmente na educação, para que o Nordeste, em um prazo relativamente curto possa ter uma mão-de-obra não só alfabetizada, mas com grau de escolarização; que ela permita funcionar numa economia moderna, dada aquela crescente integração da economia nacional. E em segundo lugar, diretamente, a questão da compatibilização de ideologias, a que se referiu o nobre Senador Beni Veras.

Do ponto de vista do Brasil, certamente, como em todo o mundo, nós temos um avanço do chamado neoliberalismo e que aqui, para o Governo brasileiro tem o sentido de um liberalismo social, que é muito bem-vindo. Mas nós precisamos entender que num mundo de competição global, num mundo de altas tecnologias, num mundo de um novo paradigma industrial e tecnológico, é preciso considerar, por exemplo, a experiência do Japão e da Coreia, em que cabe ao Estado uma função ainda extraordinariamente importante, de, juntamente com o setor privado, discutir as estratégias a serem seguidas. No caso do Brasil, significaria reestruturação industrial, percepção de novas vantagens comparativas dinâmicas; abertura comercial e absorção das tecnologias da terceira revolução industrial. Isso deve ser feito através de estratégias conjuntas e ao Estado, ainda, cabe uma função importante

no sentido da definição dos mecanismos que vão viabilizar o que eu chamo de bases do desenvolvimento moderno. Desenvolvimento moderno constituído pela integração entre essa reestruturação e reciclagem industrial, o progresso técnico-científico e a educação para a modernidade, constituindo os três um processo único. Se levarmos isso para o campo regional, mormente no tocante ao Nordeste, o que cabe é entender que quanto mais subdesenvolvida a região, mais necessária uma certa presença inteligente do Estado, para que haja as necessárias oportunidades para as regiões mais pobres. Eu tornei muito claro que queremos uma integração, mas uma integração com diferenciação. E por isso, haverá sempre mecanismos de compensação. E eu tive a oportunidade de dar exemplos concretos de como se pode fazer a diferenciação para que a integração não signifique uma concentração, cada vez maior, principalmente, do crescimento industrial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — O Ministro Reis Velloso precisa dar um telefonema com uma certa urgência, mas retornará dentro de cinco minutos.

Quanto à parte dos debates, o primeiro parlamentar inscrito é o Deputado Ariosto Holanda, a quem concedo a palavra.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Ministro Reis Veloso. Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo, pela excelente exposição, pela clareza de suas idéias e, mais especificamente, porque dentre os expositores que tive a oportunidade de ouvir, nesta Comissão, V. Ex^a, foi, dentro da minha visão, o único que ressaltou a importância do desenvolvimento do capital humano e da ciência e tecnologia neste processo.

Quero crer que outros possam até ter falado, mas falaram em *passant*. Colocam a educação no elenco de outras providências, mas não com a ênfase que V. Ex^a colocou.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir a V. Ex^a que aprofundasse algumas análises, que considero importantes, porque, a partir delas podemos propor medidas e metas para acabar com esse desequilíbrio regional.

V. Ex^a colocou que o Norte e o Nordeste cresceram. Acho que foi a região que cresceu mais naquela década. E citou o valor de 6,7%. E aí vem a pergunta: cresceu, mas quem cresceu? São indicadores que eu questiono, porque a renda per capita, o PIB, o Balanço Comercial, acho que são números que não mostram, não traduzem a melhoria da qualidade de vida do povo. Porque, se de um lado, houve um crescimento, de outro, sabemos que houve um aumento exponencial de nossa pobreza, principalmente no que diz respeito aos indicadores como a educação, a saúde, a mortalidade infantil.

Então, questiono esse número do ponto de vista do crescimento. Quem cresceu? Aí vem a idéia de desenvolvimento; desenvolvimento para quê e desenvolvimento para quem?

Ouvimos, aqui, na exposição passada da Dr^a Tânia Barcelar, quando colocou o que foi projetado pelo GTDN não foi cumprido, porque houve uma distorção muito grande no processo. Quer dizer, praticamente a Sudene se transformou em Fitor, quando naquela época, parece-me até os estudos da própria Cepal apontava que o crescimento deveria começar no interior com bases nos seus recursos naturais, na agroindústria, na irrigação. E para atender uma política industrial

nacional, o Nordeste ficou a reboque dessa política para cumprir aquele modelo de substituição de importações.

O fato é que o processo de industrialização do norte/nordeste, eu questiono do ponto de vista de estratégia de desenvolvimento.

V. Ex^a sabe muito bem que, por conta daquela política de industrialização, apareceram incentivos diferenciados em cada Estado, dentro daquela lógica de quem dá mais para atrair o empresário do sul. Então, cada Estado ficava brigando para atrair o seu empresário; era através dos incentivos do ICM, era através do Imposto de Renda, era através da própria estrutura dos distritos industriais, incentivos de energia etc.

Então, foi uma política que desgastou muito a região do ponto de vista, até, da competição interna.

Eu vou mais além. As indústrias que se instalaram, eu sempre apelidei de indústria e comércio e não indústria e desenvolvimento.

A indústria estava preocupada somente com o comércio da matéria prima; dos insumos, da operação das máquinas. Eu diria que isso era até um mal nacional. E aí, entro em uma outra área, sobre a qual gostaria de também ouvir a opinião de V. Ex^a. Se V. Ex^a repetiria, como Ministro do Planejamento, o modelo de substituição de importação. Eu acho que na sua lógica ela é válida, mas ele não cumpriu o papel que hoje reflete o atraso tecnológico do País; porque à medida que nós importamos tecnologia e não definimos a estratégia da sua absorção, da sua transferência, nós apenas adiamos o sucateamento dessas empresas. Chega hoje o Presidente Collor e fala que as nossas indústrias estão sucateadas. Dentro da minha visão, e o que foi apurado pela CPI do atraso tecnológico passa por isso. Não foi definida estratégia de chamar a universidade, os institutos de tecnologia para participarem do processo de desenvolvimento científico e tecnológico do País. Eram compartimentos estanques.

A própria empresa nacional não tem essa convicção. Haja vista que dos recursos destinados à ciência e tecnologia, a empresa nacional participa somente com 7%, enquanto nos países desenvolvidos, ao contrário, a concentração maior é da empresa nacional.

Para V. Ex^a ter idéia da pobreza da indústria nesse processo, nós temos uma associação chamada AMPEI, das empresas industriais que praticam a pesquisa de desenvolvimento tecnológico. A AMPEI só tem 70 associados dentro desse universo. Pergunta-se: quantas empresas do Norte e do Nordeste são filiadas à AMPEI? Nenhuma. Então, não há consciência a nível do empresário de fechar essas questões do desenvolvimento industrial.

Eu também gostaria de destacar, que foi durante o período em que V. Ex^a foi Ministro, que a ciência e tecnologia no País teve vez.

Eu tenho um dado, numa série histórica que levantei, de 74 até 90, lembro-me muito bem de que naquela época, em 1975 que foi alocado na FINEP 253 milhões de dólares para financiar pesquisas nos institutos. Isso vem caindo violentamente, e se chegar à década de 80, que foi a década perdida, como V. Ex^a falou, chegamos a 28 milhões de dólares. Nós temos 10% do que tínhamos em 1975. Isso é muito grave.

Eu estava reunido há pouco com a comunidade científica, e eles destacaram o papel de V. Ex^a naquele momento, quando alocou recursos substanciais para a FNDCT. Mas, quando eu coloquei isso para o Ministro Goldemberg em um debate que tivemos, S. Ex^a veio com afirmativas, que fica difícil de questionar. S. Ex^a disse: "não, aqueles recursos eram recursos

do PIN/Proterra da Finep". Então, ficamos assim; eu não vou chamar o Ministro de mentiroso, porque não me lembro de Finep ter patrocinado recursos de Pin/Proterra, então, para justificar essa queda brutal de 250 milhões para 28 milhões, e dizer que o Ministro Veloso alocou recursos no Pin/Proterra. Ora, quem trabalhava com o Pin/Proterra, se não me engano, era a Sudene. Acho que não tinha nada a ver com isso.

Por isso gostaria de fazer essa ressalva, porque foi nessa época em que a ciência e tecnologia teve vez no País, foi na década de 70. Na década de 80 ela caiu de bico, ao ponto de nossas instituições ficarem todas sucateadas e violentadas.

Finalmente, gostaria de fazer uma última pergunta. Eu não tenho dúvidas, e V. Ex^a destacou que nós estamos na era do conhecimento, saímos da era industrial, entramos na era do conhecimento, de que sem educação, ciência e tecnologia não vamos para lugar nenhum. Essa consciência eu tenho.

Ao mesmo tempo que tenho essa consciência, me preocupa que os desequilíbrios regionais podem aumentar por conta disso. Porque quem está mais apto a captar o que está sendo desenvolvido lá fora, nessa época em que está se definindo a política da química fina, da informática, de novos materiais, da biotecnologia, da microeletrônica — nesse novo paradigma tecnológico, que V. Ex^a colocou —, repito, quem está mais apto para absorver isso, continua a ser o centro-sul. E isso para mim vai ser um fator maior de desequilíbrio regional.

Eu pergunto: como resolver esse impasse?

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Muito obrigado a V. Ex^a.

Acho que as colocações são muito pertinentes. Tentarei respondê-las com brevidade.

Vou fazer referência a três pontos. Primeiro, a questão do modelo de substituição de importações e consequências para o Brasil, e como se fez ciência e tecnologia naquela época; segundo, a questão do Nordeste, quem foi que cresceu; e, terceiro, a questão dessa era do conhecimento e possíveis implicações para o desenvolvimento regional.

Na verdade, tivemos um pouco mais do que um modelo de substituição de importações. Ele começou como substituição de importações nos anos 50, mas, a partir dos anos 60 ele acrescentou uma dimensão, que foi das exportações aos manufaturados leves, e quando chegou aos anos 70, em que realmente houve aquela explosão de crescimento, com os problemas que conhecemos, porque desigualdades de rendas foram mantidas, a verdade é que o Brasil tinha modelo integrado. Modelo integrado, que teve o benefício de se tornar socialmente convergente.

O que quer dizer isso? A capacidade de absorção do emprego, da mão-de-obra nos anos 50 era baixíssima, era inferior ao crescimento do PIB. Mas, quando chegamos aos anos 80, o Brasil crescendo de 6 a 7% na média, sendo 10% no começo da década, 5% no fim da década, mas com esse crescimento médio de 6 a 7%, o emprego da mão-de-obra na indústria estava crescendo a 7 ou 8% ao ano, dando um caráter socialmente convergente ao processo.

A indústria brasileira já era tão diversificada e integrada, que onde você injetasse um pouco de demanda aquilo se espalhava por todo o sistema. Então, o Brasil estava começando a criar uma economia de consumo de massa, por causa do crescimento rápido do emprego e do início do crescimento dos salários. Foi esse o processo interrompido nos anos 80.

Para mim o grande desastre da década perdida foi isso, tivemos uma brutal, não vamos discutir causas nem atribuir

responsabilidades, mas a verdade é que o Brasil, de repente, perdeu a capacidade de manter um ciclo de crescimento. Nós começamos um ciclo de crescimento em 1979, passamos de 5 para 8% a taxa de crescimento, afundamos no início dos anos 80 e tivemos recessão. Começamos um outro ciclo de crescimento em 1984, crescendo 5% ao ano, demos um salto para 8% ao ano em 1985, era prematuro, afundamos e estamos estagnados de lá para cá e mais recentemente dois ou três anos de recessão.

Quer dizer que, perdemos até as energias que tornavam o modelo brasileiro altamente dinâmico, principalmente essa característica de que ele começava a demonstrar ser socialmente convergente. Só para dar um número, em 1970, o percentual de famílias brasileiras na faixa de pobreza absoluta era da ordem de 40% e em 1980, de 18%. Com a década perdida e a perda da capacidade de fazer funcionar o novo ciclo de crescimento, a pobreza absoluta já estava de novo em 26%.

Em termos de ciência e tecnologia o que aconteceu foi que realmente o País, a partir do programa estratégico de desenvolvimento de 1967/1968, passou a ter uma política científica e tecnológica definida e com mecanismos, alguns poderosos que permitiram elevar aplicações da FINEP para esse nível de 250 milhões de dólares, na altura de 1975.

A FINEP era alimentada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e foi criada por mim pessoalmente, na área do Ministério do Planejamento, naquela altura o setor de ciência e tecnologia era do Gabinete Militar da Presidência da República e o Presidente Geisel transferiu para o Ministério do Planejamento, permitindo destinar um grande volume de recursos.

A indústria brasileira já estava começando a avançar daquela tecnologia simplesmente de fabricação para uma tecnologia de produto, em que você começa realmente a definir modelos que são nacionais.

Então, o que nós desejávamos era atuar ao mesmo tempo na área da ciência e tecnologia para que a empresa brasileira perdesse a passividade tecnológica que ela teve e que até certa medida era natural durante um processo de substituição de importações. Para efeito de exportação e começar a passar para um estágio em que o País não apenas recebesse tecnologia que vinha principalmente através das máquinas, o Brasil mudava a tecnologia através da importação de equipamentos e isso foi feito durante 20 ou 30 anos. Então, queríamos que as empresas tivessem capacidade de assimilar a tecnologia, ou seja, houvesse a transferência efetiva da tecnologia e elas comesçassem a fazer modificações, como o modelo seguido pelo Japão e pela Coreia.

Durante muito tempo o Japão pirateou, todos nós sabemos. Estudei no exterior, de 1962 a 1964, e a experiência que tenho, o testemunho que posso dar é que naquela época falar em produto japonês era um horror, era de baixa qualidade, tinha apenas um preço, um pouco mais baixo, não respeitava patentes, não respeitava a propriedade intelectual de ninguém e aos poucos o Japão dominou as tecnologias e começou um processo que ele passou à vanguarda do desenvolvimento tecnológico.

Ainda hoje ele faz um pouco disso, por exemplo, em matéria de microeletrônica; todas as descobertas foram feitas fora do Japão, mas ele passou a explorá-las comercialmente em melhores condições do que os Estados Unidos. Em grande medida a superioridade japonesa em relação aos Estados Unidos é devido a isso. O conhecimento científico nasce principal-

mente nos Estados Unidos, a inovação tecnológica, a transformação do conhecimento científico em produtos melhores e mais baratos é feita em particular pelo Japão, que tem todo um sistema apropriado para isso e nós queremos é um processo semelhante.

Não vamos ter a preocupação de ser vanguarda, a não ser em algumas áreas, por exemplo, o Brasil é vanguarda em tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas por razões óbvias, pois nos interessa diretamente. Em outros setores acompanhamos e modificamos, para, no final, termos o poder de competição que é o que nos interessa, não importa de onde você está recebendo a tecnologia, desde que você tenha a capacidade interna nas empresas, nos laboratórios brasileiros, para adaptar, ajustar, modificar e dar passos adiante naquele produto, para se ter sempre um produto melhor e um produto de boa qualidade.

Agora, é muito difícil analisar essas coisas quando temos uma década perdida. O Brasil virou um País selvagem e principalmente nos últimos anos a inflação selvagem transformou a economia e a sociedade brasileira em algo também selvagem. Temos até dificuldade de examinar os processos e todas as preocupações que temos hoje em termos de criminalidade, de violência urbana e perda de competitividade dos grandes complexos industriais brasileiros e a deterioração do sistema educacional público e do sistema de ciência e tecnologia.

De modo que, como o desenvolvimento tecnológico, pelo menos nos estágios iniciais, se faz com o apoio de governo é quase impossível às empresas brasileiras hoje terem uma atuação mais ativa em matéria de ciência e tecnologia, porque os mecanismos estão no mínimo defasados; o volume de recursos à disposição da FINEP é mínimo e o CNPq tem o mesmo problema.

Vamos reconhecer a realidade, o fórum nacional está propondo este ano exatamente reconhecer que o problema existe e que se o Brasil não conseguir estabelecer as bases daquilo que chamamos de desenvolvimento moderno, quer dizer, a interação entre reestruturação industrial — porque muitos setores perderam competitividades e precisamos trazer novas tecnologias — progresso técnico-científico e educação para a modernidade, se nós não conseguirmos estabelecer essas bases o Brasil não tem futuro industrial. Aí está o problema.

Há 40 anos o papel estratégico do Governo em matéria de economia era, por exemplo, fazer uma grande indústria, uma grande usina hidroelétrica. Quando eu era estudante de economia o grande tema escolhido para escrevermos dissertações era a CEMIG, uma usina de 900 mil unidades, que é brincadeira hoje se considerarmos Itaipu.

Aos poucos, as prioridades foram se modificando e o Governo teve que ser ativo na instalação dos setores de insumos básicos e bens de capital, que foi o período Geisel e hoje o grande papel econômico do Governo é criar essa nova base do desenvolvimento moderno, fazer a reestruturação industrial, fazer funcionar o progresso científico e tecnológico e fazer a necessária reformulação do sistema educacional brasileiro.

No tocante ao Nordeste, em certa medida ele acompanhou esse processo geral. Enquanto o Brasil pôde crescer aceleradamente, o Nordeste estava crescendo aceleradamente, tanto do ponto de vista econômico como social. Todos os indicadores estavam melhorando. O problema é entender que o Nordeste, a despeito disso, ainda era uma região muito pobre. Para retirar a dúvida, o Fórum fez um estudo coordena-

nado pelo Roberto Cavalcanti, que se chama "A Questão Social no Brasil". E o estudo mostra claro que, até 1980, os indicadores sociais estavam todos evoluindo no sentido positivo, embora o País ainda fosse muito desigual. É preciso tornar claro: isso não significa que o Brasil passou a ter boa distribuição de renda; significa apenas que fez progresso social; o País continuava tendo uma das piores distribuições de renda do mundo.

Já citei o dado global sobre a pobreza absoluta. No tocante ao Nordeste, o dado de pobreza absoluta, em 1970, tinha 70% das famílias na faixa de pobreza absoluta; em 1980, tinha 42% das famílias; em 1988 já tinha subido para 51% das famílias. É a mesma trajetória do País. Se se examinar as outras regiões, é a mesma coisa. O Fórum construiu os indicadores do desenvolvimento humano, que é o mesmo indicador das Nações Unidas. A esperança de vida no Nordeste era de 44 anos, em 1970; de 52 anos em 1980. A taxa de alfabetização era de 45 em 1970 e 55 em 80. O rendimento domiciliar per capita era de 8,9 em 1970; 15,9 em milhares de cruzeiros, em 88 e em 80.

Tudo estava indo na direção certa. Agora, realmente, na década perdida, se se tomar por base o índice de vida, que é o índice que se refere a todos os indicadores de insuficiências sociais, o mesmo se observa. Foi por isso que sugeri que tivéssemos a preocupação de, primeiro, apoiar ao Governo Federal no esforço de fazer a estabilização relativa, porque com a inflação de 30% ou mesmo com uma inflação de 20%, nenhuma economia funciona, isso é bobagem.

Vamos retomar o crescimento dentro da idéia de crescimento com redistribuição e reformas simultaneamente. No tocante à área regional, dentro daquela idéia de integração com diferenciação, ou seja, as regiões apóiam o desenvolvimento nacional, mas a cada região tem que ser dada oportunidade, daí a necessidade da diferenciação.

Finalmente, é verdade que, nesse mundo da terceira revolução industrial, as regiões mais pobres podem sofrer mais, no sentido que as regiões menos pobres do País, ou até as mais ricas — porque o Brasil tem uma área que é desenvolvida — podem ter mais facilidade de montar aquilo que eu chamo as bases do desenvolvimento moderno, que é a interação entre reestruturação industrial, progresso técnico-científico e educação para a modernidade. Foi por isso que mencionei, quando me referi ao Nordeste, primeiro, que o Nordeste tem oportunidades nas áreas de altas tecnologias; segundo, que essas indústrias de alta tecnologia só vão ocorrer no Nordeste se houver duas coisas: desenvolvimento de capital humano e progresso técnico-científico. Reconheço o perigo e já adverti que é preciso uma atenção especial em relação ao Nordeste, senão vai surgir mais uma razão para que ele fique defasado em relação ao Sudeste do País.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alves) — Com a palavra o Deputado Marco Penaforte.

O SR. MARCO PENAFORTE — Sr. Ministro, faço minhas as palavras do Deputado Ariosto Holanda, no momento em que elogia o brilhante desempenho de V. Exª neste encontro. Gostaria rapidamente de propor algumas questões e, ao mesmo tempo, trabalhar alguns mitos que vêm se desenvolvendo no Brasil no campo ideológico em relação à questão nordestina. Um dos mitos mais comuns e que me assustou enormemente, em contato com os meios de comunicação e com intelectuais do sul do País, é de que a maior parte dos recursos da União tem como destino o Nordeste. Ao chegar

ao Nordeste, esses recursos são desperdiçados em obras pouco importantes ou, então, para o enriquecimento de um pequeno grupo de privilegiados. Nunca consegui contrapor a esse mito algo objetivo. Faltaram-me dados, até mesmo das instituições que tratam do problema do Nordeste.

Teria V. Exª, através da sua vivência como Ministro e nos estudos posteriores, uma noção da distribuição espacial dos recursos da União no Brasil ao longo das últimas décadas?

Não existe um conferencista aqui que não tenha utilizado a palavra choradeira — o Nordeste deixar de choradeira — e acredito que, choradeira, no sentido de se contrapor a administrações corretas, competitividade e oportunidade de lucro. Tivemos oportunidade de viver recentemente, nos últimos seis meses, uma grande articulação do Governo Federal com o partido majoritário desta Casa, que levou o Congresso a promover o perdão das dívidas dos Estados, perdão que aproximadamente chega a algumas dezenas de bilhões de dólares, privilegiando basicamente o Estado de São Paulo, responsável, talvez, por 40% dessas dívidas. No nosso entendimento, isso fere frontalmente essa idéia interessante que V. Exª aborda, a do pacto da federação para a estabilização com compensações econômicas, visando ao crescimento, já que as próprias tentativas que se fizeram para poder dar uma espécie de gratificação a Estados que tinham se saído relativamente bem no trato das suas finanças, como era o Estado do Ceará e o Estado de Santa Catarina, essa medida foi vetada pelo Presidente da República, mas não vetou o perdão das dívidas desses Estados.

Tivemos também informações recentes de que o Governo Federal perdou uma dívida de um e meio bilhão de dólares do Rio de Janeiro, relativa à construção do metrô. Como construir esse pacto em cima desses perdões que contrariam frontalmente essa idéia de uma federação, buscando a estabilização? Na verdade, nos parece que quem chora menos nessa história é o Nordeste, e chora mal, porque, em função desses perdões, obviamente quem lucra são Estados fora da região.

V. Exª também mencionou uma perspectiva, de uma maneira muito forte, de que uma alternativa de crescimento para a região se situava em diversos empreendimentos empresariais, na criação de indústrias de ponta, de agroindústrias e de vários outros empreendimentos, mas frisando bem o aspecto empresarial. É evidente que nenhum empresário vai aplicar capital através de uma perspectiva humanitária ou buscando resolver problemas sociais. Somos inteiramente contrários à manutenção das políticas anteriores em que o Estado oferecia dinheiro gratuito para empresários, mesmo do Nordeste, esquecendo o mercado e também a competitividade. Mas que atrativos haveria então para atrair esses empreendimentos para a região?

Embora concordando que devemos sofrer uma transformação radical do Estado, um Estado mais enxuto, no sentido de concentrar seus esforços na área da educação, na área da saúde e na área social, não nos parece impossível imaginar esse Estado sem tomar iniciativas pioneiras no campo da economia e no campo da infra-estrutura. Isso não seria fundamental no Nordeste, em função do grande atraso nesse campo, no sentido de atrair esses empreendimentos empresariais?

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Acho que as questões estão bem colocadas e vamos respondê-las mais ou menos pela ordem.

O que se observou no Nordeste, no período de 60 a 80, foi a realização de grandes investimentos do Governo Federal em infra-estrutura. Para dar o exemplo do mais pobre

— não foi só o Piauí, creio que foram todos os Estados —, havia, naquela época, mecanismos que permitiam realmente fazer esse atendimento. Existiam não só os grandes projetos hidroelétricos, que trouxeram dinamismo extraordinário à indústria da região, mas também o desenvolvimento das telecomunicações, o desenvolvimento do sistema rodoviário em todos os Estados nordestinos. Lembro-me bem, que no início do Governo Geisel tivemos as reuniões com os governadores e se chegou até à conclusão de que alguns estados nordestinos tinham a malha viária melhor do que a malha viária de Santa Catarina. A reivindicação do Governador de Santa Catarina, que era o Konder Reis, parlamentar durante muito tempo, era de haver um programa viário para Santa Catarina.

Acho que em termos de infra-estrutura nordestina houve um grande progresso, e em saneamento igualmente. Agora, na atuação direta dos Ministérios, o Nordeste não teve a participação correspondente à sua população. E se se fizer um estudo, até hoje, tenho quase certeza de que o resultado revelado será este: de que os Ministérios em geral gastam menos no Nordeste, proporcionalmente a sua população, do que na região centro-sul do País. Daí a importância do dispositivo que foi colocado na Constituição de que o orçamento federal seja distribuído espacialmente para se poder ter dados concretos que permitam uma discussão objetiva do assunto.

Os dados parciais que tenho de levantamentos que mandamos fazer para nosso uso no planejamento àquela época revelavam isso.

Resumindo: um grande investimento em infra-estrutura no Nordeste, os Ministérios, como ministérios, aplicando menos do que possivelmente deveriam estar aplicando, porque prevaleciam outros critérios na hora da destinação dos recursos.

E em todo país que tem graves desigualdades regionais é preciso haver uma política deliberada de correção das desigualdades, se não os processos políticos e econômicos naturais vão levar ao agravamento das desigualdades.

Por isso preocupei-me aqui em definir critérios, e para mim o principal é o da diferenciação, porque é um critério que ninguém pode atacar. Quando falo em choradeira, falo na atitude de ficar reivindicando questões que, na verdade, são privilégios. No momento em que o Nordeste se associa à busca de privilégios, ele perde a capacidade de fazer propostas viáveis e que politicamente sejam defensáveis perante a sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, pelas suas diferentes instituições, inclusive as instituições governamentais, mas não exclusivamente estas instituições, é que vai distribuir os recursos do orçamento federal, os recursos da União.

Então, temos que ter critérios, propostas, projetos que encontrem fundamentação econômica, social e política para conseguir a maior destinação de recursos para o Nordeste. Por isso que digo que na medida em que nos associamos a setores que, na verdade, estão reivindicando privilégios, cartórios ou mesmo a grupos empresariais ou segmentos da sociedade que querem esses privilégios, enfraquecemos a posição do Nordeste, perdemos a capacidade de denunciar os equívocos como esses que aqui estão sendo apresentados.

Na verdade, não houve um perdão de dívida, houve um reescalonamento num período, creio, de 20 anos. Mas é fora de dúvida que a lógica desse reescalonamento de dívida implicitamente significa uma injustiça em relação aos Estados cujas dívidas não foram reescaladas porque a situação estavam em ordem.

Então, a contrapartida é que esses Estados têm direito a outros tipos de compensação, inclusive um critério que o Governo Federal deveria adotar é o seguinte: ajudar a quem mais se ajuda, os Estados que estão em ordem. Assim, certamente, temos que dizer que até o final do Governo Sarney, possivelmente, os dois Estados com maior indisciplina financeira eram Rio de Janeiro e São Paulo, porque foram estados altamente beneficiados pela reforma tributária trazida pela Constituição de 1988 e que já estavam se beneficiando antes porque o crescimento do Fundo de Participação vem do Governo Geisel que passou de 12 para 20% e que continuou nos Governos seguintes, chegando hoje a uma média de mais ou menos 50%. Então, esses dois Estados foram os que mais se beneficiaram e, no entanto, foram os Estados que mais se endividaram, inclusive através da dívida não consolidada e que, portanto, nem constava de seus balanços porque era uma dívida pendurada no ar, dívidas para com empreiteiros. Foram construídas estradas faraônicas no interior de São Paulo e foram feitos certos dispêndios no Estado do Rio de Janeiro, que também não eram prioritários.

Acho que hoje o Rio de Janeiro está melhor, certamente, em termos financeiros, houve um trabalho significativo. Não tenho informações sobre o Estado de São Paulo, mas não tenho a menor dúvida de que o endividamento do Banco do Estado de São Paulo é uma barbaridade, talvez nem por culpa do Banco, talvez até o Governo Federal tenha induzido àquele endividamento externo.

A verdade é essa, realmente os dois Estados mais ricos do País foram os que menos preocupação tiveram de como colocar ordem na casa; isso já não é tão verdadeiro para o Estado do Rio de Janeiro. Temos que ter esses argumentos na hora de fazer a discussão de um eventual pacto que chamei Pacto de Desenvolvimento Sustentável. Os Estados vão apoiar o Governo Federal para sair da crise e o Governo Federal tem que dar um atendimento diferenciado às regiões.

Reconheço que Estados como Santa Catarina, Ceará e outros do Nordeste estão realmente com uma boa safra de Governadores. Quase todos os Estados do Nordeste estão passando por um estágio de situação financeira razoável, pelo menos. Isso tem que ser reconhecido; é argumento dentro daquele pacto.

Agora, quando proponho que o Nordeste venha e apresente as suas próprias idéias sobre a sua estratégia, tome a iniciativa de propor a sua estratégia, que o Nordeste tome muitas iniciativas em relação a seu desenvolvimento, tenho obrigação de dizer que existe um trabalho a ser realizado internamente, mas precisamos ter autoridade para isso. Temos que acabar com clientelismos, cartórios, privilégios, todas as nossas proposições têm que ser defensáveis econômica, social e politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Passo a palavra ao Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a inteligência brasileira no campo econômico — e, para citar alguns, começaria por V. Ex^a, o Ministro Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto, Roberto Campos, Celso Pastore, e tantos outros ilustres brasileiros que dominam bem essa área — essa inteligência tem a consciência da necessidade da promoção do desenvolvimento das regiões atrasadas do País, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa inteligência sabe muito bem que se perdurar essa desigualdade atual e se essas disparidades se aprofundarem, a vida nos grandes centros urbanos do País, nas regiões mais ricas, vai ficar insuportável, com

a marginalidade, o bem maior de cada um de nós, que é a vida, passa a ser comprometida pelos problemas derivados dessas regiões mais pobres. Sem contar os aspectos puramente econômicos.

Tenho também a consciência de que o investimento no capital humano da região é indispensável e inadiável para a superação dos gargalos que impedem o crescimento social e econômico.

No entanto, essa inteligência que tem um extremo e importante papel na formação da opinião pública do País, tem dado uma formação da opinião pública do País, tem dado uma contribuição muito escassa para a formação de uma mentalidade nas lideranças nacionais com vista à solução desse problema.

Indagaria se esse tema ainda se situa na visão de V. Ex^a e de seus companheiros num nível de prioridade menor com relação às questões nacionais ou se existem outros condicionamentos que estão fora do nosso universo de informações que inibem a inteligência econômica do País a clara e decisivamente se engajar no esforço de equacionamento desse problema.

Esse era o primeiro questionamento. O segundo questionamento que eu faria...

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — O senhor está entendendo aí o problema do capital humano. É isso?

O SR. VICENTE FIALHO — Exato! Um dos aspectos relevantes nessa questão seria o grande desenvolvimento de apoio ao capital humano. Mas, por que a nossa inteligência, as nossas lideranças econômicas não sensibilizam as áreas de decisão do nosso País nesse caminho? Quer dizer, quando um economista lá do Nordeste, seja do Ceará ou da Bahia, levanta esse tema, já leva a rotulação de ser um nordestino que está falando. Mas, se esse tema fosse levantado claramente pelas figuras representativas, no topo da inteligência nacional, tenho certeza de que haveria uma sensibilidade por parte do poder decisório do País nesse caminho.

Uma outra indagação, uma reflexão que eu faria. V. Ex^a sugeriu como um dos caminhos para o planejamento regional a criação de um conselho de desenvolvimento regional, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. O senhor sugere uma alteração no sistema atual de planejamento regional, uma modernização do processo de planejamento da região e de acompanhamento das ações do Governo na área. Tenho tido sempre uma preocupação muito grande com relação ao sistema de planejamento regional vinculado ao sistema do Governo Central. O que vejo aqui, e o senhor citou muito bem, e era São Paulo e Rio de Janeiro. São dois Estados que não têm nenhuma instituição regional de defesa: é o Governo de São Paulo com sua equipe e o Governo do Rio de Janeiro, com a sua equipe, e como eles não são dependentes; quer dizer, as instituições de planejamento dos problemas de São Paulo não dependem diretamente do Governo Federal. Então elas se articulam com o Governo, com os Parlamentares, com o seu grupo de pressão política e chegam aqui, negociam e barganham legitimamente com o Congresso, com o Governo Federal e arrancam o que querem ou o que necessitam. Nesse ano e meio que estou no Congresso, as grandes conquistas obtidas o foram principalmente por São Paulo, Rio de Janeiro e parte aqui citada pelo nobre colega Deputado Marco Penaforte. Não vi, em nenhum momento, nenhuma conquista que tenha sido obtida pelo Norte, pelo

Centro-Oeste ou pelo Nordeste, de forma decisiva, aqui no Congresso Nacional ou na área do Governo Central.

Começo a me preocupar, tenho um questionamento: será que vale a pena a instituição que planeja o desenvolvimento do Nordeste, aquela outra que planeja o Norte ou do Centro-Oeste, elas deveriam ser umbilicalmente ligadas ao Governo Federal? Não deviam ser independentes, autônomas, para que pudessem, legitimamente, ter uma negociação mais forte, uma pressão mais forte sobre o Governo Central, assim como têm feito o Rio de Janeiro e São Paulo? Órgãos regionais. Como a Sudene é a Sudam são instituições que, por serem dirigidos por pessoas nomeadas pelo Governo Federal, já estão comprometidas com o Governo Federal. Então, a capacidade de pressão dessas instituições vai a zero. Some-se a isso o fato, que aqui já foi discutido, que muitas vezes essas instituições — Sudene, Sudam — fazem alguns planejamentos com a intenção de fazer uma pressão de certa forma autônoma, mas usam parâmetros que não são coincidentes com os parâmetros econômicos e sociais, de interesse do Governo Federal e o planejamento termina indo por terra. Enquanto que se fossem autônomas, embora trabalhando com parâmetros diferentes, elas iriam colocar na mesa, legitimamente, uma pressão para a solução dos seus problemas.

Indagaria a V. Ex^a, que é um *expert* em matéria de planejamento governamental, se existe alguma experiência em outros países do mundo desse tipo de planejamento autônomo: Alguma coisa muito pequena sei que existe, por exemplo, na Alemanha, parece-me que são os Kreistadt, que são regiões que se agrupam a nível local para resolver os seus próprios problemas. Não sei se é para resolver localmente os seus problemas, ou se eles exercem pressão sobre o Governo Central, para ajudar na solução dos seus problemas locais.

Enfim, gostaria, que o Senhor nos desse algum esclarecimento sobre essa matéria, que o senhor conhece muito bem.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Tentando ser breve, porque as questões são amplas e muito interessantes agradeço a V. Ex^a

Primeiro o problema do capital humano: Gostaria de mencionar que o Fórum Nacional, que surgiu há 4 anos — começamos em 1988 e o próximo Fórum vai ser em abril do ano que vem, será o 5º Fórum Nacional —, é uma associação de economistas, de sociólogos, de cientistas políticos, que hoje reúne Congressistas há um grande número de Deputados e Senadores que participam das reuniões do Fórum. Reúne, também, os líderes empresariais como também as centrais sindicais. Estamos programando, agora, fazer dentro de um mês, em São Paulo, um seminário com as centrais sindicais para discutirmos o futuro do sindicalismo no Brasil. É uma espécie de tentativa de diálogo das lideranças nacionais. É um órgão da sociedade civil.

Então, os elementos principais desse Fórum Nacional são exatamente esses economistas que V. Ex^a citou, como o Simonsen, que é um dos principais; eu sou o coordenador-geral. Temos mantido, sistematicamente, um painel sobre desenvolvimento social. Na primeira etapa, a nossa preocupação foi fazer uma espécie de diagnóstico e o resultado dos estudos que fizemos já está aqui, considero o melhor trabalho que já se fez até hoje sobre a questão social no Brasil — quem estiver interessado é só pedir a minha secretária —, que foi feito com muita objetividade, desapassionadamente, sem ideologia, sem paixão política; foi coordenado — como eu disse — pelo Roberto Cavalcante, que é da região. Foi

Secretário de Planejamento na época em que eu era Ministro e, depois, foi Subsecretário-Geral do Ministério do Interior.

Agora, estamos propondo uma nova estratégia social, em que duas coisas se destacam: A primeira é a reformulação da estratégia econômica para adaptar-se melhor às necessidades sociais do País. Quer dizer, que a estratégia econômica, por exemplo, cuide melhor do perfil da produção, beneficiando aqueles setores chamados de bens de salários, os setores de interesse das grandes massas. Já tínhamos feito, em 1978 — foi uma das últimas coisas que preparamos para o Governo Geisel —, um estudo sobre o atendimento das necessidades sociais, que era uma idéia de alimentação de massa e que eu pessoalmente entreguei ao Presidente da República. Isso que se está procurando fazer agora, de eliminar, ou pelo menos reduzir o ICMS dos alimentos básicos, estava proposto em 1978. Fizemos para o IPI, estávamos propondo que se fizesse. A União compensaria os Estados para que pudessem fazer isso, em 1978 — mas o programa não foi adiante.

Voltando ao assunto, estávamos propondo uma estratégia social que diz o seguinte: “A melhor maneira de melhorar a distribuição de renda no Brasil é o ataque à pobreza absoluta.” Então, a nossa opção é pelos pobres. Isso parece redundante. Não é. Estudos mostram, alguns trabalhos do Roberto Macedo e do Banco Mundial que a ação social do Governo, no Brasil, não atende preferencialmente aos pobres, atende à classe de renda mais alta em educação, em saúde, em previdência e em saneamento.

O que estamos propondo é que a ação social do Governo Federal se volte, essencialmente, para os pobres, e estamos propondo um grande investimento em capital humano. Tanto que, pela primeira vez, creio faz-se no Brasil um estudo em que a própria estratégia de desenvolvimento econômico diz que a chave do desenvolvimento econômico está na interação entre formulação industrial para assimilar as altas tecnologias, progresso técnico-científico e educação. A educação sempre foi tratada como parte do programa social. Nós estamos dizendo: “Além da educação ser um problema social grave, é o eixo do desenvolvimento econômico moderno.”

Esse é um trabalho que estamos preparando para colocar em discussão no próximo Fórum. E para isso já fizemos convênio tanto com o BNDES, para a parte de indústria, e estamos fazendo com a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia — o Hélio Jaguaribe é do Fórum Nacional, como estamos fazendo convênio, também, com o Ministro Goldemberg, que é também do Fórum Nacional.

De modo que isso mostra consciência por parte dos principais economistas do País em relação à importância dessa questão do desenvolvimento do capital humano.

Quanto aos mecanismos institucionais para o desenvolvimento do Nordeste, considero perfeitamente válida essa proposta de se ter um órgão autônomo. Vi que no trabalho do Roberto Cavalcanti há algo nesse sentido. agora, creio que temos de ponderar. Na minha idéia, a Sudene e o Banco do Nordeste foram instrumentos importantes — e ainda podem ser — para auxiliar o desenvolvimento no Nordeste. O que aconteceu foi uma espécie de *down-grading*, um rebaixamento político desses órgãos.

O meu esquema propõe que o mecanismo que dialoga com os Ministros e com o Presidente da República sobre o desenvolvimento do Nordeste seja um mecanismo híbrido, constituído das lideranças da região, representadas pelos seus Governadores e por um grupo dos seus Congressistas — porque não podem ser todos — e os órgãos que já operam no

desenvolvimento da região, como a Sudene e o Banco do Nordeste. E eu colocaria mais todos os bancos do Governo Federal. Ou seja, em lugar de fazermos algo autônomo, que vale na medida em que haja unidade dentro da região — porque até hoje a região não conseguiu fazer algo desse tipo... Por que o Rio de Janeiro e São Paulo não precisam de um órgão regional? Porque têm peso específico. Quanto aos Estados menores, se não têm peso específico, o melhor é que atuem coletivamente. Daí a idéia de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.

E mais, propus também que a própria estratégia de desenvolvimento do Nordeste fosse formulada, inicialmente, pelo próprio Nordeste. Aí sim, para esse efeito poderíamos ter uma espécie de Fórum Nordeste. O Fórum Nacional, este ano, já está começando a conversar com os Governadores, para ver se interessa aos Governos da região que haja um seminário, por volta de novembro ou dezembro, para discutir as primeiras idéias para uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste. O próprio Nordeste vai formular a sua estratégia de desenvolvimento. Mas como existe um processo de tomada de decisões, creio que deve haver um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste que incorpore os órgãos do Governo Federal, mas que tenha grande peso político, porque lá estarão os Governadores, os Parlamentares e os próprios Ministros. Porque o problema de se manter, simplesmente, a Sudene e o Banco do Nordeste é que os Ministros vão lá eventualmente, e eles vão para assisitir a uma reunião, e há uma descontinuidade. A rotina da Sudene não é dialogar com Ministros.

Então, é necessário haver um órgão, em nível político, que dialogue com os Ministros e até com o Presidente da República. Mas para que esse órgão possa apresentar as suas propostas objetivamente, ele incorpora, com órgãos de assessoramento, a Sudene, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, ou BNDES, a Caixa Econômica, e assim por diante, que continuam sendo órgãos do Governo Federal, mas que são órgãos de assessoramento desse mecanismo político. E na própria idéia de criação da Sudene havia uma visão política do Celso Furtado, que era a de ter os Governadores da região. Mas isso não é suficiente, porque se os Governadores forem dialogar com funcionários do segundo ou do terceiro escalão do Governo Federal, não se tem o nível de decisões adequado. O que quero é esse nível de diálogo adequado politicamente.

Não estou dizendo que essa proposta não tenha defeitos. Ela foi trazida aqui com a idéia de que precisamos discutir e ver se é este o caminho ou se, por exemplo, o caminho da autonomia é melhor. Não me recuso a discutir a idéia do caminho da autonomia. Apenas tenho receio de que, com isso, o próprio Nordeste dê uma imagem de que está relegando a um plano inferior aqueles mecanismos do Governo Federal que já existem para atender a região e que, no meu entender, devem ser fortalecidos e colocados dentro de uma visão mais estratégica e menos de dia-a-dia, e não relegados a segundo plano. São essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Ministro, lamento não poder ter estado aqui desde o início de sua palestra, mas fico muito feliz em poder argüí-lo, pois conhecendo-o aprendendo a admirá-lo desde cedo.

Gostaria de fazer três observações rápidas sobre o que V. Ex.^a colocou em respostas às perquirições dos outros compa-

nheiros e, em seguida, fazer duas indagações, que serão rápidas.

Gostaria de parabenizá-lo pela sua visão quando o Sr. crivou esta frase: "A prioridade é o pobre". Até porque, já se está vendo que os ricos estão convivendo com uma massa imensa de pobres em torno deles, e toda essa insegurança está sendo gerada nos grandes centros. Se não dermos oportunidade ao pobre — já foi dito isso aqui, ontem, pelo Deputado Osvaldo Coelho citando um pensador paquistanês, — se não se levar oportunidade, a ele, ele irá atrás da oportunidade.

Outro aspecto que gostaria de frisar, Sr. Ministro, é a questão da seriedade com que o senhor chamou atenção para essa leva de Governadores nordestinos. Pelo menos, afianço-lhe de que o Governador do nosso Estado, o Piauí, tem tido uma preocupação enorme com a questão palpável, visível, de ser o Piauí o Estado mais atrasado e tentar, a partir daí, alavancar instrumentos para que ele possa sair desse atraso. Agora mesmo, venho de uma audiência com o Ministro Adib Jatene, e Sr. Ex^a me informou que o Estado do Piauí foi o único Estado, em que pese todo o seu atraso, nos dias atuais, que conseguiu dar uma cobertura nacional de 100% no caso do sarampo.

Chamo atenção, também, porque não poderia deixar de citá-la, para essa polêmica que circula nas duas Casas, e há muito tempo, sobre questão de Norte e de Sul; de se dizer que vai mais dinheiro para um ou vai mais dinheiro para outro. Tenho sido, aqui, um crítico, sempre que oportuno, dos recursos que vão para o Nordeste através de incentivos fiscais ou não, entendendo que eles devem ser bem aplicados, ou seja, precisamos criar uma moral criada lá dentro, quanto à questão de competência na aplicação desses recursos para, depois, reclamarmos dos poucos recursos que estamos recebendo. Na verdade, isso é bem conhecido, de que muito dinheiro vai para o Sul em detrimento do Nordeste. Em princípio, porque, quando um pólo é mais desenvolvido, ele atrai mais recursos e há necessidades maiores de recursos para a sua manutenção do que o outro que é mais atrasado.

Agora, quando os do Sul batem nessa tecla de dizer que o Nordeste leva tudo, estão tripudiando sobre a miséria. É justamente isto que pode, eventualmente, estimular algum movimento secessionista, que não é o desejo, como o senhor colocou na palestra, de ninguém deste País. Aliás, quem fala em secessão, quem fala em separação não somos nós, do Nordeste, são os mais ao Sul e já existem até adesivos, enfim, uma estrutura em formação dos Estados Unidos do Sul do Brasil.

O Sr. colocou, também, o problema da educação. Realmente, essa é uma questão fundamental e pode ser até acassiano. Mas, é importante que se diga que quem desconcentra renda é a educação, mesmo nas regiões mais atrasadas onde o nível de informação e instrução das pessoas é maior, a renda é muito melhor distribuída.

Sr. Ministro, passo agora a duas indagações: o senhor disse que é fundamental para o Nordeste que haja investimentos empresariais, e citou especificamente uma irrigação empresarial, a questão da soja, a questão do desenvolvimento dos pólos petroquímicos, e assim por diante. E ressaltou a situação das populações mais atrasadas, notadamente aquelas que vivem no semi-árido e, especificamente, é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos para a convivência com a seca.

Aí, a minha primeira pergunta: Como o senhor acha que esses mecanismos seriam desenvolvidos para a convivên-

cia com a seca, levando-se em conta o atraso das populações, notadamente aqueles do semi-árido?

A segunda indagação, de ordem mais geral, porque nós temos tido oportunidade, nesta Comissão, de ouvir sem pressa a história de que o País carece de um planejamento; quer dizer, não existe planejamento estratégico neste País. A pergunta é esta: Como o senhor vê a questão do planejamento a nível nacional? Se atualmente ele não existe, como deve ser retomado e de que forma?

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Vamos começar pela questão mais geral. O Ministro Márcilio já demonstrou a preocupação de retomar as questões de médio e de longo prazos. Inclui muitas das reformas necessárias que ele está procurando implementar são necessárias, não só o programa de estabilização, mas também a retomada do crescimento do País. Toda essa preocupação com competitividade, com o novo modelo industrial, com desregulação, e tudo o mais, são matérias que dizem respeito a uma política industrial de médio e longo prazos.

Já tive a oportunidade de ser convidado pela Secretaria do Ministério da Economia, Comandada pela Secretária Dorothéa, para apresentar as minhas idéias sobre o planejamento estratégico no País e confrontar com as idéias que eles têm. Entendi que a Secretaria de Economia está assumindo essas funções de visão de médio e longo prazos no momento em que a Secretaria de Planejamento propriamente se especializa no planejamento do Governo.

Planejamento hoje significa, principalmente, uma visão estratégica do futuro nacional, para onde queremos levar a sociedade brasileira e a economia nacional. Não vejo nenhuma importância em planos do tipo planos de metas, que se preocupavam em definir quanto se vai produzir, desde energia elétrica até rodovias. Isso foi uma fase necessária do planejamento brasileiro, mas no momento em que se, precisa passar de um modelo para o outro, o que importa é a visão estratégica.

Coloca-se o seguinte: o Brasil tem futuro industrial. Já que as nossas vantagens comparativas tradicionais como mão-de-obra barata e como recursos naturais perdem a importância na terceira revolução industrial, no novo paradigma industrial? Essa é a grande questão e é para isso que o Fórum Nacional está procurando colaborar. Eu mesmo, há 3 anos, escrevi um *paper* com o título "As Primeiras Idéias Para uma Nova Estratégia Industrial e Tecnológica". E é por isso que nós vamos fazer, agora, esse estudo sobre as novas bases do desenvolvimento moderno para mostrar que o Brasil tem vantagens comparativas dinâmicas, inclusive, dentro do novo paradigma industrial, senão nós não teremos futuro industrial, e não tendo futuro industrial, não teremos futuro, pois por mais importante que seja a agricultura brasileira, ela vive na interação com a indústria. O Brasil é o grande País da América Latina que tem uma clara e importante vocação industrial.

Da mesma forma, eu diria que em desenvolvimento regional de Nordeste, o de que estamos precisando são novas visões estratégicas, não é de nenhum planejamento detalhado. São novas concepções, são novas idéias, são novos instrumentos.

Falei aqui em investimentos e houve duas referências a isso em oportunidades empresariais. Fiz a referência porque estou tentando mostrar que são coisas que podem ser desenvolvidas naturalmente; são vocações da economia nordestina. Porque se uma certa atividade é desenvolvida primeiramente pelo Governo nunca se sabe se aquilo é uma vantagem comparativa-dinâmica da região. Tem-se que sair desse estágio pineiramente para um estágio em que o setor privado, inicialmente

com o apoio do Governo, e depois sem o apoio do Governo, para conduzir-se aquela atividade. Foi por isso que falei em inigação empresarial, falei em soja, tudo o que me parece novo na economia nordestina, para mostrar o que o Nordeste não pode ser escravo de antigas atividades econômicas; ou que crescem lentamente, ou que não são mais competitivas e exigem muito subsídio, porque isso é a condenação de o Nordeste crescer pouco; o Nordeste tem que se associar a coisas novas, a produtos novos, a regiões novas, a setores novas e dinâmicos e, principalmente, a projetos que mesmo com o apoio inicial do governo, naquele período que se o se chama de indústria nascente, ele mais adiante vai andar pelas próprias pernas e vai ser competitivo.

Evidentemente, nos estágios iniciais todos esses setores vão carecer de infra-estrutura, de proteção e de financiamento de longo prazo e, se possível, até de capitais sob a forma de participação acionária pelos incentivos fiscais ou por outros mecanismos. Na fase de indústria nascente, eles nunca estarão sozinhos. Agora, isto é temporário.

A grande crítica que se faz ao chamado modelo de substituição de importações, como já mostrei que era muito mais complexo do que isso, é que a grande indústria brasileira, que nasceu nos anos cinquenta, ainda tem um nível de proteção tarifária elevadíssima em 1990. Por quê? Porque faltou uma revolução que ocorreu no mundo. Aí, sim, pode-se falar em revolução liberal.

Depois que a Alemanha, a França e a Itália fizeram a sua grande indústria, os Estados Unidos, entre 1880 e 1940, foram um dos países mais protecionistas do mundo. No entanto, depois do pós-guerra, converteram-se exatamente em campeões do livre comércio. Por quê? Primeiro, porque lhes interessava, eles não precisavam mais de proteção. Segundo, porque já haviam ultrapassado aquela fase. A lição a se aprender de tudo isso é que indústria nascente é indústria nascente, mas ela não pode ser infante a vida toda. Toda proteção por definição é temporária, caso contrário se estará alimentando um setor inviável. De modo que precisamos ter essa consciência.

No tocante ao semi-árido, já ficou provado que em qualquer país do mundo esta região é suscetível de desenvolvimento. É uma questão de recursos. O semi-árido de Israel é hoje altamente desenvolvido. Mas também a Espanha, que não é tão rica, conseguiu desenvolver sua região semi-árida.

Primeiro, precisamos estabelecer uma economia de mercado, acabar com aquelas relações pré-capitalistas que existem no interior do Nordeste. São pré-capitalistas do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista político. Porque, com aquelas relações pré-capitalistas, nunca se passará a níveis mais altos de tecnologia. A tecnologia existente se eterniza.

Então, quando se fala em agroindústria, prefiro uma agroindústria que seja empresarial, ou seja, que seja financiada pelo Banco do Nordeste ou por outras instituições e que tenha condições de, aos poucos, até se tornar exportadora.

Pode-se fazer irrigação com apoio governamental, mas, num certo momento, é preciso que essa irrigação também se torne auto-sustentável, ela se dissocia daquela tutela de Governo, que faz certa infra-estrutura ou não.

Falei também nos programas para agricultura de baixa renda em que o conteúdo de subsídio é maior. Mas existe grande número de Estados o Nordeste que tem água, como o Piauí, e que podem ter esses programas integrados de agri-

cultores de baixa renda, mas que não podem ser excessivamente paternalistas. Esses programas fora começados no Governo Geisel. Lançamos um programa exatamente com o título "Agricultores de Baixa Renda". O Banco Mundial gosta muito desse programa assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A observação que faço é a seguinte: da mesma forma eles têm de passar por etapas e não podem ter um coeficiente de paternalismo excessivo, porque ficam extremamente dispendiosos e nunca saem daquela situação de subsistência, todos os programas têm que caminhar para sair da fase da subsistência. Tem-se, evidentemente, o desenvolvimento das vocações xerófilas, quer dizer, tudo o que pode ser aproveitado empresarialmente. É claro que tudo isso exige pesquisa; existem grandes institutos do trópico, financiados até pelas Nações Unidas — vamos ver o que se está fazendo em certos países da África por causa desses institutos.

Criamos em 1974/1975 o Programa do Semi-Árido.

É preciso aplicar o máximo de recursos em pesquisa para que o semi-árido descubra as suas vocações, mas sempre com a idéia de que se começa subsidiando, mas com o tempo o subsídio tem que diminuir e tornar a mão-de-obra móvel. A mão-de-obra tem que ter liberdade de se movimentar para onde ela quiser. Os problemas de crescimento demográfico: O Nordeste, como o Brasil, principalmente em termos dos pobres, tem que ter a consciência do que é o planejamento familiar. Quem quiser ter vinte filhos, tudo bem! Mas saiba quais são as consequências. Tem os vinte filhos como uma alternativa e não por ignorância. Todo o conhecimento possível sobre o que é o planejamento familiar deve ser levado ao Nordeste.

Lembro-me, quando houve aquela grande enchente de 1974, no Recife, que foi feito em levantamento — pessoalmente, vi esse levantamento — e fiquei impressionado com o número de casais vivendo na miséria e que tinham cinco, dez, vinte e um filhos, em certo caso. Não era por opção, não era por motivo religioso, não era porque quisesse ter muito filho, era simplesmente por ignorância! Esse tipo de situação é que não podemos admitir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — O último interpelante inscrito é o Deputado Luiz Girão, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ GIRÃO — Praticamente não tenho muitas perguntas, uma vez que nossos Companheiros já questionaram muito bem em tempo e hora.

Nesta nossa Comissão, a cada presença, vamos tendo novas perspectivas e recebendo informações que pensávamos ser nova, mas já haviam tomado decisões em 1974. Vê-se que o problema também é falta de uma continuação do que já foi começado, talvez de uma força política e de uma determinação. Vejo no Brasil exatamente isto: que as coisas não têm uma continuidade. Há muitos bons programas. A própria Sudene, quando da sua criação, não tenhamos dúvida, tinha força política; se todo aquele poder que me foi dado à época, ligada diretamente à Presidência da República, tivesse continuado, hoje teríamos uma região nordestina completamente diferente da atual.

Quero corroborar com o nosso grande Ministro, dizendo que o problema sério todo é pobreza no Brasil; no Nordeste, é miséria! Temos muito mais necessidade de velocidade desenvolvimentista do que qualquer outra região brasileira. E dizer

que quero continuar tão otimista quanto aqui nos disse a Dr^a Tânia Bacellar, quando falou que precisamos potencializar as nossas dificuldades e ter o otimismo de crer que todos aqueles defeitos são virtudes, se olhar com uma nova visão estratégica. Todos os defeitos de se ter um semi-árido podem, de um minuto para outro, transformar-se em virtudes se tivermos a visão estratégica de como realmente modificar a posição que temos.

Espero que esta Comissão termine o seu relatório, certo de que podemos reverter tudo isso, na medida em que se tiver coragem, decisão política e realmente investir pesado no homem — como disse o nosso companheiro Vicente Fialho —, no capital humano, na Educação e, com isso, voltar toda a nossa óptica a nossa visão de futuro, para se ter um semi-árido virtuoso. São poucos os lugares do mundo que têm a quantidade de sol que possuímos; são poucas as regiões do mundo que têm a quantidade de luz que temos; são poucas as regiões do mundo que têm a quantidade de vento que há aqui. Isso pode ser potencializado e reverter em benefício de toda essa comunidade. Basta que se dê a essa comunidade a capacidade de raciocínio, que só é possível se se fizer realmente um programa pesado de educação do homem.

Toda essa preocupação do Ministro com relação ao planejamento familiar nada mais é do que a falta de conhecimento e de educação. Precisamos ter coragem de parar grandes obras, que podem esperar, para gastar o dinheiro público na educação do brasileiro.

A questão é clara e muito límpida. Realmente, não temos muitos problemas, mas um só, maior, o problema político de fazer valer o que já conhecemos, e o senhor também conhecia, em 1974 —, o fato de não se continuar as obras, pois os desequilíbrios regionais estão cada vez maiores.

Precisamos ter consciência política de que, agora, é a hora da elite política nordestina. O Estado do Ceará está dando o exemplo ao Nordeste, para que aqui não aceitemos mais trocar negociações deixar de tomar as grandes decisões para a nossa região.

Não podemos permitir, de forma nenhuma, que se reescale as dívidas do Estado de São Paulo, ou do Estado do Rio de Janeiro, em que haja com isso uma compensação para nossas regiões. Porque a verdade é esta: sempre recebemos poucos recursos, e a nossa classe, a elite política negociou muito mal as suas posições políticas, neste País, nos últimos vinte anos. Essa é a conclusão a que cheguei, depois de estar aqui um ano e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Antes de encerrar a nossa reunião, passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (Relator) — (fora do microfone)... porque sabíamos da oportunidade que tínhamos de visualizar aspectos originais da questão nordestina, porque ele vive esse problema há muitos anos e tem uma inteligência voltada para descobrir, sempre, perspectivas e oportunidades que possam proporcionar uma melhoria na visão desse problema.

Citarei alguns casos que me chamaram a atenção:

Ele afirma que o desenvolvimento do País é essencial para que a região possa encontrar um caminho, sem dúvida em meio a um "barco furado", porque nenhum de nós tem nenhuma oportunidade.

Ele lembra bem que para regiões diferentes não se pode ter uma política idêntica. Parece truismo, mas já vivemos aqui, muitos anos, essa situação; ou seja, o País viveu sem

pensar nas diferenças enormes que existem. Em consequência, gerando políticas nacionais que são altamente prejudiciais às regiões periféricas. As políticas de desenvolvimento do Centro-Sul foram geradas sem levar em conta, de maneira significativa, a condição das regiões periféricas!

A questão política, tão bem expendida na sua exposição, foi bem visualizada por Celso Furtado, quando sugeriu o Conselho de Governadores como uma forma de ter uma posição política regional em relação à política nacional. Infelizmente, com o desenvolvimento das coisas, aquele Conselho tornou-se fraco politicamente. E hoje é quase um muro de lamentações. A reunião de conselho da Sudene é uma reunião de frustrações! Os Governadores fazem reclamações e não há nada de positivo que derive desse Conselho. Ele não tem realmente influência política para a fixação de uma política regional. Ele é tão frustrado assim, porque foi nivelado por um universo enorme de funcionários de segundo e terceiro níveis, o que leva os Governadores a olharem aquele Conselho como algo que não merece respeito e que deveria merecer.

Então, podemos nos conformar com essa ausência de uma força política regional no cenário nacional. Sugerir que os Governadores deveriam compor um Conselho, talvez até reunido em Brasília semestralmente ou coisa assim, para uma visão estratégica maior do problema regional seria uma forma muito adequada de retomar uma idéia que é altamente fecunda. Se a região não consegue se articular politicamente, ela não chega a nada.

Pode-se pensar que essas regiões são fortes politicamente, porque têm uma representação no Congresso até desproporcional a sua população. Mas o que ocorre é que os representantes que vêm para cá, com honrosas exceções, via de regra representam aquela elite regional atrasada! E aqui fazem um pacto de mediocridade: associam-se ao Governo Federal, desde que as migalhas sejam encaminhadas através deles, e aí dão suporte maior para que o Governo Federal seja tão atrasado e reacionário em relação às nossas regiões.

O exemplo da Comissão de Orçamento é flagrante: cheia de nordestinos, cada qual defendendo o pior pleito: dinheiro para aquela péssima prefeitura; dinheiro para aquele político do estado que vai dividir com ele benefícios e vantagens. Portanto, trata-se de uma elite altamente danosa à região. Não sei se ela é uma representação política, da dimensão que é, boa ou má. Às vezes, até penso que se ela fosse menor poderia ser mais representativa. Isso é uma questão realmente grave!

A nossa representação política nordestina é uma representação de baixo preço! Uma negociação com São Paulo custa 50 bilhões de dólares! A negociação com um Estado do Nordeste custa a abertura de um banquinho qualquer falido; qualquer valor entre 400 ou 500 milhões de cruzeiros dá prestígio àquele Governador! Ele fica satisfeito com isso e não assume os pleitos da região ou do povo da região. Ele é dissociado desse povo.

Então, uma das guerras que temos que estabelecer para que o Nordeste possa ter posição política adequada é tentar hegemonizar nas nossas regiões uma política mais fiel aos interesses reais dessa região; são os interesses de uma enorme população de marginalizados, desassistidos, deseducados!

Temos o exemplo da irrigação. A irrigação é importante para o Nordeste! Quem vai irrigar o Nordeste! Já compusemos os quadros; não temos um Instituto de Pesquisa e Irrigação; não temos nenhum treinamento básico para o agricultor trabalhar na irrigação. Em consequência, a coisa não passa de

um sonho quimérico. Ou somos capazes de encarar os nossos problemas como eles realmente são ou não chegaremos a nada! Para se pensar em irrigação, deve-se pensar no fator humano, porque a irrigação não é uma agricultura comum, é um estágio superior da agricultura, terceiro nível, digamos assim. Ela não pode ser feita com os "coitadinhos" que temos lá, mas com pessoas treinadas adequadamente para isso. E o resultado desse trabalho da irrigação é que pode ser distribuído para a população, melhorando seu nível de renda, sua condição de educação, de saúde etc.

Quando Reis Velloso se refere ao problema que parece marginal, realmente não é, é uma questão absolutamente essencial. Se existisse esse Conselho, ele deveria ser capaz de acompanhar as políticas de crédito que os bancos oficiais exercitam, porque é aí uma das maiores fugas.

Foi composto para o Nordeste o Fundo Constitucional, que hoje é alguma coisa em torno de 400 a 500 milhões de dólares, um valor relevante, desde que ele fosse o valor adicional ao capital que a região recebe. Mas, na medida em que ele vai, reduzem-se as aplicações do BNDES. E 1% da aplicação dos Bancos do Brasil e do BNDES é o suficiente para anular o Fundo Constitucional. Quer dizer, perdemos as coisas por falta de controle sobre as políticas nacionais que realmente importam e que são poderosas e que têm massa crítica suficiente para alavancar a posição da nossa região.

Tive também minha atenção chamada para uma afirmação do Ministro, quando diz que a forma de ver a liberalização da economia nacional deveria conduzir muito mais a um sistema assemelhado com o do Japão e tigres asiáticos do que com outro qualquer, porque o sistema japonês é um sistema em que há realmente uma posição liberal razoável, mas que é um pacto entre governo, iniciativa privada e a população para se estudar a política que convém ao País. Vemos um pouco de macaquice, aqui no Brasil. Estamos falando em liberalismo o tempo todo, mas não se vê bem se esse liberalismo é realmente conveniente a toda a extensão do País.

Essa diferenciação que eu chamo tanta atenção pode ser altamente prejudicada por uma política liberal indiferenciada; essa política liberal tem que ser uma política que tenha em vista não somente o fator liberal, mas uma política mais própria ao atendimento dos interesses da nacionalidade.

O caso japonês é muito interessante. Lembro-me que, em 1974, havia um atraso muito grande na área de computadores entre o Japão e os Estados Unidos e o governo japonês investiu na Toshiba, NEC e Fujitsu. Foi muito dinheiro na mão dessas empresas para que desenvolvessem a sua tecnologia e pudessem produzir computadores a nível internacional. Depois soltou essas empresas e elas passaram a um regime de liberalidade. Mas antes elas receberam aquele influxo que era necessário para que pudessem alavancar.

A questão dos recursos humanos é algo que só poderíamos conquistar através de uma determinação como a que o Deputado Ariosto tem de só falar nisso, só brigar por isso! A questão da formação de recursos humanos no Nordeste tem que ser na frente; não pode ser na mesma proporção que o restante da população mais avançada. Tem-se que pôr mais recursos humanos do que o necessário, para que se possa fazer aquela ruptura de mudar a perspectiva da economia regional. Temos que partir com a Educação na frente; não simultaneamente, nem atrás. Para isso, é necessário realmente um engajamento político maior, para distorcer até a necessidade real. Temos que formar quadros em excesso, no momento, o que seria mais próprio do que formar apenas os necessá-

rios. Precisamos de formar mais técnicos do que o necessário, para que eles possam alavancar essa mudança que necessitamos tão urgentemente.

Não é importante para o Nordeste apenas manter essa forma de desenvolvimento que tem aparentado. É necessário que sejamos capazes de romper com esse equilíbrio aparente que a economia nordestina representa. Romper por quê? Porque ele é um equilíbrio desigual e injusto, que precisa ser rompido em busca de um equilíbrio mais justo e melhor.

É difícil gerar uma nova ideologia para o Nordeste, contando com uma elite tão atrasada e tão poderosa. Ela é muito insensível e muito distanciada dos problemas da região. E elite da região canavieira, por exemplo, nos faz um mal extraordinário, porque ela não tem nenhum compromisso com a região. E há outras também, não é só a canavieira. É, como eu dizia, uma elite barata e muito comprometida, o que é um grande fator de atraso para a nossa região, talvez o seu maior fator de atraso.

Não devemos prender-nos ao que estão na região. A Sudene, o BNB, a Sudam, o Banco da Amazônia e seus instrumentos tiveram um grande papel, tiveram o seu momento, mas à medida que o tempo foi avançando, foram perdendo substância como uma idéia-força. Perderam a condição de alavancar a mudança regional, porque ficaram antigos, não foram reavaliados. E o tempo é cruel. Realmente eles perderam capacidade de galvanizar a força regional. Temos não que acabar com eles. A idéia que ele levanta é muito interessante: termos um conselho político forte e podermos levar esses órgãos como uma espécie de secretaria de apoio às novas medidas que a região possa vir a precisar.

Estou muito feliz por ter tido a oportunidade de ouvir o Ministro Reis Velloso, e a sua exposição comprova que o País o tem como um dos seus melhores pensadores.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Obrigado.

O SR. LUIZ GIRÃO — Sr. Presidente, permita-me quebrar um pouco o protocolo para denunciar um fato que acabei de assistir agora, na Comissão de Economia, no depoimento do Dr. Modiano — por isso cheguei um pouco atrasado aqui. S. S^a foi taxativo ao dizer que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico deixou de ter relações comerciais com o Banco do Nordeste do Brasil. Ou seja, toda a possibilidade de alavancar recursos para a região nordestina por intermédio do BNDES deixou de existir, porque o Banco do Nordeste deixou de honrar compromissos de administrações anteriores pelas quais ele emprestou dinheiro à Binacional Itaipu. Vejam V. Ex^{as} os absurdos que ainda encontramos em nossa região: o Banco do Nordeste age como se fosse a África emprestando dinheiro aos norte-americanos. O Banco do Nordeste, como se recursos estivessem sobrando, se presta a emprestar dinheiro à Binacional Itaipu, e hoje está completamente inadimplente, com relações cortadas com o BNDES, porque a Itaipu não honrou os seus compromissos. Quero, já que há uma boa quantidade de Deputados da região Nordeste na Comissão, que nós façamos um trabalho, uma força-tarefa para encontrar-mos a forma de resolver politicamente esse impasse para que os recursos do FNE possam ter um papel maior, porque se pode fazer financiamento mix onde se colocaria parte dos recursos do FNE e parte dos recursos do Finame e do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Depois da intervenção do Deputado Luiz Girão, a Mesa consulta o Ministro Reis Velloso se deseja fazer alguma colocação final.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Apenas para dizer da satisfação com que eu compareci a esta Comissão, pois ela tem um papel muito importante a desempenhar, e também do prazer de estar com V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — A Mesa, em nome do Relator Beni Veras e em nome de todos os integrantes da Comissão Mista, manifesta-se, mais uma vez, profundamente agradecida, a sua simpatia, admiração e reconhecimento à inteligência desse notável brasileiro que é o Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

Declaro encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaração de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências. (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar -
Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110 (abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.
Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - André Franco Montoro
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - Jorge Miranda
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - Inocêncio Mártires Coelho
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - Leomar Barros Amorim de Sousa
Revisão constitucional - Geraldo Ataliba
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - Sebastião Baptista Affonso
Mandado de injunção - Marcelo Duarte
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - Fran Figueiredo
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - Vitor Rolf Laubé
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - Geraldo Brindeiro
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - Anamaria Vaz de Assis Medina
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - Adilson Abreu Dallari

Auditoria e avaliação da execução - Rosinethe Monteiro Soares
Soberania do Poder Judiciário - Antônio de Pádua Ribeiro
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
A Escola Judicial - Sálvio de Figueiredo Teixeira
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - Adriano Perácio de Paula
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - Marcos Jurueña Villela Souto
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - Werter R. Faria
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - Mauro Márcio Oliveira
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - José Arthur Rios
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - Rubem Nogueira
PESQUISA - Direito Comparado
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF